

**A ÉTICA TRADUTÓRIA EM CONTEXTO JORNALÍSTICO:
UM ESTUDO DE CASO NO *OBSERVADOR***

Xénon van der Klugt Martins da Cruz

**Relatório de Estágio
de Mestrado em Tradução
Especialização em Inglês**

Abril de 2016

**Relatório de Estágio apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de Mestre em Tradução realizado sob a orientação científica da
Professora Doutora Isabel Oliveira Martins e da Mestre Susana Valdez.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Isabel Oliveira Martins e à Mestre Susana Valdez a presença permanente, a ajuda inestimável e, acima de tudo, a simpatia com que me acompanharam.

À equipa do *Observador*, e em particular ao Dr. Diogo Queiroz de Andrade, agradeço a oportunidade e a disponibilidade, as conversas e a alegria do trabalho. Agradeço ainda a todos os jornalistas e tradutores pela amabilidade que tiveram nas entrevistas que me concederam.

Por último, à cidade das sete colinas, às amigas que a ela me levaram, às que nela travei, agradeço os rumos, as passagens, os encantos, mas também os desencantos, e o que em mim deles ficou. À minha mãe e ao meu pai, que diriam que nada lhes devo, devo-lhes o mundo.

RESUMO

A ÉTICA TRADUTÓRIA EM CONTEXTO JORNALÍSTICO: UM ESTUDO DE CASO NO *OBSERVADOR* Xénon van der Klugt Martins da Cruz

O presente relatório espelha a experiência de um estágio de três meses levado a cabo no jornal *Observador* e procura dar voz às reflexões que o mesmo motivou. Tendo como objetivo imediato o desenvolvimento das competências em tradução adquiridas durante a componente letiva do Mestrado, o estágio serviu simultaneamente de berço às preocupações que, em última instância, conferiram o título a este relatório. Nessa medida, a primeira parte expõe o contexto laboral do estágio, tendo em conta o fluxo de trabalho da redação, a presença do tradutor nesse meio, as suas responsabilidades e desafios. Na segunda parte, permitimo-nos abordar um tema transversal a toda e qualquer prática tradutória particular e cuja pertinência, ainda que sentida no seio dos Estudos de Tradução, tem sido algo descurada no debate alargado entre tradutores, a saber, a ética tradutória. Finalmente, e fazendo uso do contexto idiosincrático em que decorreu o estágio, estabelecemos um paralelo entre os sistemas éticos de áreas profissionais distintas, procurando revelar um possível diálogo deontológico entre o jornalismo e a tradução.

PALAVRAS-CHAVE: tradução, ética tradutória, jornalismo, deontologia, código de conduta

ABSTRACT

TRANSLATION ETHICS IN THE JOURNALIST CONTEXT: A CASE STUDY AT THE *OBSERVADOR* Xénon van der Klugt Martins da Cruz

This report reflects the experience of a three month internship that took place at the *Observador* newspaper, and seeks to express the thoughts it has given rise to. In addition to the immediate goal of developing the translation skills acquired during the Master classes, the internship also proved to be a cradle for the considerations that ultimately gave title to this report. As such, its first part presents the work context of the internship, regarding the workflow in the editorial office, the presence of the translator in that environment, his responsibilities and challenges. In the second part I address a cross-sectional topic to any particular translation activity and whose relevancy, although felt amid the field of Translation Studies, has been somewhat overlooked in the larger debate among translators; that is, translation ethics. Lastly, by making use of the idiosyncratic framework in which the internship took place, I have set forth a parallel between the ethical systems of two distinct professional areas, looking to unveil a possible deontological dialogue between journalism and translation.

KEYWORDS: translation, translation ethics, journalism, deontology, code of conduct

ÍNDICE

LISTA DE ABREVIATURAS

LISTA DE FIGURAS

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO.....	2
1.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DO ESTÁGIO.....	2
1.2. O FLUXO DE TRABALHO	7
1.2.1 A REDAÇÃO	7
1.2.2. O TRADUTOR INSERIDO NA REDAÇÃO	8
1.3. TIPOLOGIAS DE TEXTO E PROBLEMAS DE TRADUÇÃO	12
CAPÍTULO 2. DA ÉTICA DA TRADUÇÃO À ÉTICA DO TRADUTOR.....	15
2.1. O ESTADO DA ARTE.....	15
2.1.1. ENTRE ÉTICA E MORAL	15
2.2. ÉTICA TRADUTÓRIA.....	17
2.2.1. UMA TRADIÇÃO DA INVISIBILIDADE.....	18
2.2.2. EM DIREÇÃO A UMA ÉTICA DA DIFERENÇA.....	20
2.2.3. PROBLEMAS PARA O TRADUTOR ÉTICO	24
CAPÍTULO 3. ÉTICA PROFISSIONAL: CÓDIGOS E PRÁTICAS.....	26
3.1. O QUE DIZEM AS ORGANIZAÇÕES DE TRADUÇÃO	26
3.2. NA VOZ DOS TRADUTORES	31
3.3. CÓDIGOS DA DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA E A PRAXIS NO <i>OBSERVADOR</i>	33
3.4. PARALELISMO ENTRE DOIS SISTEMAS ÉTICOS.....	38
CONCLUSÃO	41
BIBLIOGRAFIA.....	43
ANEXOS	48
I – ENTREVISTAS.....	49
II – EXEMPLOS DE TRADUÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO	69

LISTA DE ABREVIATURAS

APT	Associação Portuguesa de Tradutores
ATA	American Translators Association
CDJ	Código Deontológico do Jornalista
FIT	Federation Internationale des Traducteurs
ITI	Institute of Translation & Interpreting
LC	Língua de Chegada
LP	Língua de Partida
TC	Texto de Chegada
TP	Texto de Partida

LISTA DE FIGURAS

Tabela 1: 1.º exemplo de um problema de tradução	15
Tabela 2: 2.º exemplo de um problema de tradução	15
Tabela 3: 3.º exemplo de um problema de tradução	16

INTRODUÇÃO

A tradução é caracteristicamente difusível. Onde quer que olhemos à nossa volta, aí está a tradução. Quando vamos à livraria vasculhar a secção de literatura estrangeira ou quando vamos ao cinema ver o último êxito de bilheteiras de Hollywood, quando vamos às compras e prestamos atenção aos rótulos alimentares para ver o número de calorias da nossa marca de chocolate preferida, ou quando vamos à farmácia e lemos a bula para saber que contraindicações tem um determinado medicamento; quando um chefe de estado se dirige aos seus homólogos num simpósio de política internacional; quando queremos dar indicações a um turista simpático ou quando travamos amizades com pessoas de outras nacionalidades.

De facto, ocorre-nos uma miríade de exemplos que demonstra a vitalidade do papel que a tradução desempenha, e sempre desempenhou, na comunicação não só entre pessoas individuais mas entre comunidades inteiras. Um papel que demais vezes passou, e passa, despercebido e, por isso mesmo, foi remetido à obscuridade e ao esquecimento. O presente relatório pretende, por um lado, evidenciar esse carácter, manifestamente, relacional da tradução com outras áreas profissionais, neste caso, aproveitando o contexto jornalístico em que o estágio esteve inserido. Por outro, visa usar esta oportunidade académica para investigar um tema que julgamos premente, não só no âmbito dos Estudos de Tradução, como no ensino da prática tradutória profissional, a saber, a questão da ética tradutória.

O primeiro capítulo do presente relatório serve, nessa medida, para expor a experiência laboral do estágio de três meses levado a cabo no *Observador On Time*¹, um jornal português sediado em Lisboa que, não obstante contar ainda com um curto tempo de vida, se tem afirmado entre os principais órgãos de comunicação social como o primeiro e, até agora, único jornal com uma edição exclusivamente *online*. Durante as primeiras páginas procuraremos descrever, pormenorizadamente, o funcionamento do jornal, o fluxo de trabalho, a relação com os restantes elementos da redação, as tarefas que nos foram delegadas enquanto tradutor residente, os desafios com que fomos confrontados e o balanço dessa experiência.

¹ Doravante designado por “*Observador*”.

Na segunda parte, utilizámos a oportunidade que a elaboração do presente relatório nos proporcionou para refletir sobre um tópico que nos tem vindo a inspirar leituras e discussões, desde as aulas do primeiro ano letivo do Mestrado em Tradução que, por este meio, vem propor o seu desfecho. O tema da ética tradutória deve ser encarado de forma transversal, não apenas aos académicos, como à comunidade de tradutores, na medida em que a conduta pessoal, as responsabilidades profissionais, as boas (e más) práticas, são elementos que merecem uma coesão reflexiva e comunitária. Nesse sentido, atentaremos os mais recentes desenvolvimentos na área dos Estudos de Tradução, face à moralidade tradicional inculcada aos tradutores, e posteriormente faremos o levantamento das principais preocupações éticas relevadas pelas organizações de tradução, alicerçando-as às entrevistas que pudemos realizar aos tradutores colaboradores do *Observador*. Finalmente, e face ao tema em debate, não poderíamos deixar de aproveitar a oportunidade de estágio num contexto tão particular para apresentar, paralelamente, um breviário das normas deontológicas fundamentais do jornalismo, contadas em primeira mão pelos jornalistas com quem travámos contacto.

Por último, no terceiro capítulo, proporemos um exercício de diálogo entre os dois sistemas éticos aqui laborados. Buscaremos eventuais semelhanças discursivas que unam as duas atividades profissionais, procurando olhar para além das evidentes diferenças que as separam e ver que, quando falamos de ética, existe sempre lugar para o convívio fértil de ideias e comportamentos.

CAPÍTULO 1: DESCRIÇÃO DO ESTÁGIO

1.1. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO DO ESTÁGIO

Na parede do fundo do escritório aberto que serve de local de trabalho aos jornalistas do *Observador* foi pintado a letras grossas o logótipo do jornal. Azul-claro e cinzento são os matizes que o envolvem. Ao lado da sala onde antes morava uma mesa de pingue-pongue que agora foi, para descontentamento geral, destituída do seu local habitual de relaxamento, está pendurado estrategicamente um grande ecrã plasma que monitoriza, em direto, o número de cliques do *website*. Os cliques representam os visitantes por página. O ecrã distingue quais as notícias mais lidas daquele momento, qual delas vai à frente na

“corrida”, o número total de leitores daquele dia, o tempo médio de leitura por artigo, entre outros aspetos. As estatísticas não mentem: salvo rara exceção, todos os meses se batem recordes. O jornal generalista *online Observador*, fundado em 2014, é hoje uma das referências nacionais, em termos de consumo de notícias, e pode orgulhar-se de ter conseguido, na sua curta existência, sagrar-se como o único meio de comunicação social com uma plataforma exclusivamente digital.

Abandonar o formato analógico do papel manifesta, evidentemente, uma clara posição não só pragmática, mas ideológica, relativamente ao futuro dos meios de comunicação social. Esse futuro antevê-se cada vez mais veloz, multifacetado e ubíquo. Exemplo disso será talvez a simbiose entre as redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, e os meios de comunicação social, em que o mesmo “mural” tanto serve como local de exposição das fotografias íntimas das últimas férias dos nossos amigos mais chegados e, simultaneamente, de motor atualizado ao minuto das últimas novidades da política nacional e internacional. O *Observador* deve por isso, antes de mais, ser visto como um meio de comunicação que aposta numa certa visão de futuro. A opção pela exclusividade digital está presente em todas as fases do processo editorial: a urgência do fecho de edição para seguir para a imprensa é substituída pela urgência da atualização constante da informação; as cartas à redação são substituídas pelas reações imediatas dos leitores na secção dos comentários das notícias; as pilhas de papel dão lugar aos *tablets* e aos ecrãs duplos; as entrevistas agendadas às mesas dos cafés são agora conversas por *Skype*. Estamos, sem dúvida, perante um maravilhoso mundo novo.

Sendo um jornal generalista, o *Observador* dedica-se a uma vasta amplitude de conteúdos e formatos noticiosos. Quanto a este último, o jornal oferece os típicos formatos presentes na maior parte dos jornais generalistas portugueses: as notícias breves, os artigos de extensão média, as reportagens, as crónicas e os artigos de opinião. Salientamos a importância que um formato particular tem tido na história do *Observador*, os “especiais”. Este tipo de artigo assemelha-se à reportagem, no sentido em que tem uma extensão mais longa e exige, por esse motivo, um tempo de leitura mais alargado, e resulta de um trabalho de investigação temático aprofundado por parte do jornalista que o escreve. O formato tem tido um êxito inquestionável, sendo o *Observador*, neste momento, o *website* de notícias com maior tempo de leitura em artigos deste género, quando comparado com outros

jornais da concorrência.² Destaca-se, igualmente, a versatilidade que o meio digital pode oferecer a este tipo de artigos mais longos, na medida em que permite aos mesmos terem uma liberdade, em termos de extensão, simplesmente inalcançável pelos meios tradicionais, limitados pelas restrições naturais das edições em papel.

Conquanto sejam sobejamente conhecidas, não deixa de ser importante mencionar as principais áreas que ditam o fluxo de notícias que continuamente é produzido pelos jornalistas da redação. Falamos aqui das principais secções do jornal, como a de política, de economia, de país/sociedade, de notícias internacionais e de desporto, sendo as principais chefiadas por um editor de secção. Depois, existem ainda várias microsecções que, como o nome indica, são estruturalmente mais pequenas e contam, por isso, com menos jornalistas a trabalhar diretamente para elas, entre as quais encontramos, por exemplo, a secção de tecnologia e de ciência. O *Observador* tem vindo a investir na secção de cultura, bem como na denominada *lifestyle*, que conta principalmente com artigos sobre moda, gastronomia, o mundo das celebridades, ou como nos descreveria a editora executiva Filomena Martins, notícias “leves”. Para além das secções, existem ainda jornalistas que se têm firmado em determinadas áreas, que embora não possam ainda ser consideradas por direito próprio como secções, são certamente âmbitos temáticos recorrentes. Um dos temas que tem vindo a ganhar notoriedade no jornal e cujos artigos já foram galardoados pela sua qualidade jornalística é precisamente o espectro das questões LGBTI+, tendo a principal responsável, a jornalista Catarina Marques Rodrigues, a amabilidade de se disponibilizar para ser entrevistada para este relatório.

A secção que mais se destaca em toda a redação, não só pela azáfama pela qual é constantemente responsável, como pelo nível de organização logística que exige, é a secção de atualidade. Esta oferece aos leitores “notícias ao minuto”, as últimas atualidades nacionais e internacionais. Os jornalistas dividem-se, regra geral, por cada uma das secções e, tal como existem arqueólogos especializados na era do bronze ou engenheiros dedicados exclusivamente à manutenção das asas dos aeroplanos, os jornalistas tendem a ser, analogamente, especialistas numa determinada área. Assim, os conhecimentos e as aptidões de um jornalista de economia não são as mesmas de um de política. Mais ainda,

² Segundo Diogo Queiroz de Andrade, em "Oficina Humanidades Digitais: a reinvenção dos media" ministrada na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa no dia 22 de junho de 2015 e organizada pelo Centro de Estudos Anglístico da mesma instituição.

dentro de cada área geral de interesse jornalístico, existem especializações densamente pormenorizadas, pelo que podemos ter um jornalista de política interna especializado na história de um determinado partido e outro com um conhecimento mais aprofundado sobre todas as vitórias, derrotas e empates de um certo clube desportivo desde a sua fundação. Evidentemente que todos os jornalistas partilham uma herança comum de formação profissional que lhes permite deslocar entre meios e áreas da informação, mas a especialização é uma parte fundamental da labuta jornalística, implicando anos de experiência no terreno (físico ou não) e a criação de carteiras de contactos e fontes que fazem a inveja aos recém-chegados estagiários que entram numa redação agarrados a pouco mais do que uma licenciatura.

Não obstante a sua breve existência, o *Observador* depositou a gestão da sua redação nalgumas das mãos mais experientes do jornalismo português atual. A secção de atualidade foi, assim, ao contrário do que se passa em muitos outros jornais, configurada nos moldes de sistema de rotação contínuo. Esta engrenagem permite que, todas as semanas, jornalistas de diferentes secções ocupem as cadeiras da atualidade. A dinâmica provou não só ser produtiva, como desejável. Desde a sua génese até hoje que a redação prima pela contratação jovem. A grande maioria dos jornalistas residentes tem idades compreendidas na faixa dos vinte anos. O sistema de rotação permite, assim, que jornalistas menos experientes aprendam a gerir múltiplas funções a um ritmo exigente e acelerado. Outra vantagem de não ter uma equipa fixa na secção da atualidade prende-se com o facto de, se faltar um membro especializado numa determinada área jornalística, outro o poderá facilmente substituir nas suas tarefas.

O jornal *Observador* conta não só com uma equipa relativamente reduzida de jornalistas (à volta de trinta) e cerca de cinco estagiários permanentes da área de jornalismo ou de comunicação social, mas também com uma equipa técnica audiovisual, uma equipa de apoio à *web* e uma *designer* residente. Até à data, o *Observador* acolheu dois estágios de tradução, incluindo aquele aqui descrito, em protocolo com a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. O primeiro, ocorrido há um ano, resultou na apresentação da dissertação do Mestre Francisco Ferreira a esta mesma instituição sobre o processo tradutório em contexto jornalístico (Ferreira, 2015). Este trabalho não só deu provas da importância da presença de um tradutor na redação de um jornal, em particular

de um jornal com as idiossincrasias do *Observador*, mas da premência da própria tarefa tradutória no seio jornalístico.

Temos entretanto de distinguir entre um e outro aspeto. Em primeiro lugar, a tradução tornou-se, no contexto jornalístico, e nomeadamente no âmbito de um jornal que prima pelo contacto permanente com fontes noticiosas estrangeiras (Martins, 2015), um instrumento indispensável para o normal funcionamento de uma redação. O jornalista contemporâneo já não pode (se é que alguma vez pôde) exercer a sua profissão sem conhecer, pelo menos, mais uma língua para além da materna. Estamos longe de afirmar que isso faz dele um tradutor, mas atribui-lhe alguma competência que, bem ou mal aplicada, pode mimigar o processo de tradução. A verdade é que os jornalistas traduzem diária e constantemente, seja para produzir uma tradução integral de uma notícia ou de uma entrevista, seja para traduzir parcialmente declarações, citações ou comunicados. É uma verdade à qual não se pode fugir, tal como não se pode escapar ao facto de que haverá sempre jornalistas que farão um trabalho mais, ou menos, adequado quando traduzem. Ainda assim, descurando por um momento a eventual qualidade de uma tradução realizada por um jornalista, o que interessa sublinhar aqui é que essa tarefa é desempenhada por alguém que não tem a formação especializada para o fazer, a formação de um tradutor. E é aqui que entra em causa a segunda parte da questão levantada anteriormente: a importância da presença de um tradutor no jornal. O tradutor não só é responsável pelos trabalhos que lhe são “encomendados” pelos jornalistas ou por quem gere a sua função, mas serve também de revisor aos textos produzidos, inevitavelmente, a partir de traduções dos jornalistas. Isto porque, mesmo com um tradutor residente numa redação, este não pode substituir-se à suma do trabalho de tradução exigido por uma equipa de jornalistas, já que este é, como afirmámos, constante. Apenas uma equipa de tradutores poderia levar a cabo a tarefa imensurável de traduzir *tudo* aquilo que passa pelas mãos dos jornalistas. Assim, para além de tradutor e revisor, essa pessoa terá de servir ocasionalmente de “consultor linguístico”, ou seja, alguém a quem os jornalistas poderão recorrer quando têm alguma dúvida urgente, seja terminológica, idiomática ou de outro cariz. Pode o tradutor fazer valer-se da sua formação, das suas competências e da sua experiência. O estágio proporcionou-nos, nesse aspeto, esses três desafios, pelo que foram, com a devida distribuição de peso, desempenhadas as três tarefas aqui identificadas.

O responsável e orientador de estágio no local que o acolheu e cujo relatório aqui se apresenta foi o Dr. Diogo Queiroz de Andrade, que ocupa o cargo de diretor criativo do *Observador*. Embora a sua orientação não tenha incidido, obrigatoriamente, na área da tradução, foram indispensáveis o seu auxílio e a sua disponibilidade para a realização do estágio e a posterior elaboração deste relatório. A sua receptividade, que de resto ecoou por toda a redação, fez com que nos pudéssemos sentir em casa, no local que foi, infelizmente, de apenas três meses de trabalho.

1.2. O FLUXO DE TRABALHO

1.2.1 A REDAÇÃO

Nas palavras de Diogo Queiroz de Andrade, “O jornalismo é, normalmente, o produto de um caos organizado” (Anexo I Andrade, 2015). Quando entramos pela primeira vez na redação de um jornal, o caos instalado parece ter pouco de organizado, mas depressa percebemos que existe uma subtil distinção entre o pânico generalizado que é refletido exteriormente e o compasso sincopado da execução ordenada das tarefas que cada profissional tem a seu cargo. O diretor criativo do *Observador* explica que, na redação, é possível identificar dois tipos de alinhamentos, relativamente ao fluxo normal do trabalho jornalístico:

Nós trabalhamos com alinhamentos horizontais e verticais. Isso quer dizer que, na vertical, temos as secções – existe uma secção de política, de economia, de país/sociedade, há uma minissecção de tecnologia e de ciência –, e nós temos *outputs* de cada uma dessas secções, que têm uma relativa (ou enorme) autonomia para cobrir as áreas a que se dedicam. (Anexo I Andrade, 2015)

Com base nesta descrição, e lembrando aquilo que mencionámos anteriormente em relação à estrutura interna da redação, compreendemos que as secções (e as microsecções) cumprem apenas uma das missões vitais no funcionamento do jornal. O outro alinhamento de que Queiroz de Andrade fala diz respeito ao trabalho individual de cada jornalista, quer integrado nas secções, quer no desempenho pessoal do seu papel enquanto profissional de comunicação. O fluxo de notícias é, por um lado, ditado pelas necessidades do momento, o que explica a suma importância da secção rotativa da atualidade. Por outro lado, existe uma

agenda de artigos não tão urgentes, que resultam de um trabalho mais ponderado e atempado, e que são elaborados continuamente e em simultâneo com as notícias atuais. A criação deste género de artigos, que não estão diretamente relacionados com nenhum assunto “de última hora”, pode resultar de vários fatores: da destreza criativa dos próprios jornalistas para identificar questões de interesse; do contacto com meios que despertem esses mesmos problemas, e que poderão inclusive ser pessoais ou familiares; ou até de algum comentário inocente de um leitor, que acaba por despoletar, conseqüentemente, uma investigação mais aprofundada. As fontes de inspiração noticiosa são inesgotáveis e cabe ao senso do jornalista saber distinguir aquelas que merecem ser utilizadas e encontrar um equilíbrio entre o exercício das suas funções individuais e enquanto membro de uma equipa.

A verticalidade e a horizontalidade do trabalho geral das secções e dos jornalistas, em particular, são supervisionadas hierarquicamente pelos editores das secções e pela direção do jornal, os quais têm, em última instância, o direito de veto ou de aprovação sobre qualquer conteúdo a ser publicado ou investigado. Para além das funções de chefia e de gestão, o *Observador* tem, como já foi acima referido, uma equipa técnica de audiovisual ao dispor dos jornalistas e outra de apoio à *web*, responsável pelo bom funcionamento e a otimização do *site* do jornal.

1.2.2 O TRADUTOR INSERIDO NA REDAÇÃO

Identificámos anteriormente três funções que um tradutor pode vir a desempenhar num local de estágio como a redação de um jornal. Ele deve estar preparado para fazer, evidentemente, traduções, revisões e servir ocasionalmente de “consultor linguístico”, tal como o descrevemos. No âmbito do estágio, tivemos a oportunidade de cumprir, por vezes consecutivamente, essas três tarefas. A primeira, que diz respeito à tradução de textos, foi, como seria de esperar, a que mais peso teve na realização do estágio.

O *Observador* não tem um tradutor residente. O jornal colabora, regularmente, com tradutores em regime de *freelance* (alguns dos quais foram entrevistados para a elaboração deste relatório), encomendando-lhes trabalhos de tradução, sempre que necessário. Não havendo uma equipa de tradução permanente na redação, a presença de um tradutor, independentemente da duração da sua estada, assemelha-se em muitos aspetos a esse

processo de encomenda externa. O jornalista ou o responsável pela distribuição do trabalho envia ao tradutor o texto de partida (TP) a ser traduzido, bem como eventuais diretrizes para que este possa entregar um produto final com a melhor qualidade possível. Veremos, mais à frente, o tipo de diretrizes que podem ser exigidas. A principal diferença entre o trabalho de um tradutor na redação e um tradutor à distância é, precisamente, a proximidade com o “cliente final”, neste caso, o próprio jornalista que lhe encomendou a tradução. Como se pode prever, a comunhão do tradutor com o jornalista permite ao primeiro resolver, na hora (e no local), dúvidas e questões resultantes do processo tradutório. Em vez da habitual e morosa troca de *e-mails*³ a explicar os problemas textuais encontrados, o tradutor precisa apenas de se levantar da sua cadeira, ir ter com o jornalista (se este não estiver imerso em trabalho) e partilhar com ele as suas dificuldades presentes. Não sendo esta ocupação uma exceção à regra, esta é a grande vantagem de participar um espaço de trabalho comum. O mesmo se aplica relativamente à tarefa de revisão ou de aconselhamento tradutório que o tradutor pode desempenhar. De resto, em relação à tradução de textos, propriamente dita, o processo de trabalho também não dista muito do de um tradutor externo. Depois de recebido o TP, o tradutor tem de completar a tradução nos prazos estipulados que, como se pode compreender, são geralmente curtos, e enviá-la ao jornalista que lhe pediu ou a outro membro indicado do jornal. A redação tem, necessariamente, de assegurar a qualidade dos textos que são diariamente publicados e lançados no *site* do jornal. Para isso, a tarefa de revisão ocupa um lugar central no fluxo de textos. Contudo, no que diz respeito às traduções executadas, este processo de revisão não passa, geralmente, pelo controlo da qualidade da tradução em si, mas apenas da do TC. São avaliadas, entre outras, questões de correção ortográfica, formatação, estilo, formalidade de discurso e fluidez textual. Este tipo de revisão é transversal a todos os textos produzidos (quer noticiosos, quer traduzidos). Porém, isto significa que a qualidade da tradução (e deixaremos para a segunda parte deste relatório o que “qualidade” poderá querer dizer no contexto da tradução) é da exclusiva responsabilidade do tradutor. É evidente que o objetivo deve ser sempre almejar o melhor TC possível, mas sabendo que existe um revisor, a diferença na execução de uma tradução pode comparar-se, talvez, àquela que um equilibrista tem quando anda sobre uma corda com ou sem uma rede de segurança por

³ Conquanto alguns problemas também possam ser resolvidos, com a equipa externa de tradução, através de chamadas ou mensagens por telefone.

baixo dele. O equilibrista nunca quer cair da corda, tal como o tradutor nunca quer falhar na sua tradução, mas tendo uma rede de segurança – neste caso, um revisor – ambos sabem que a queda não será fatal. No nosso caso, isto representou uma consciencialização acrescida em relação à responsabilidade do tradutor. Sabendo que qualquer lapso poderá induzir o leitor, e até o revisor que não está focado no TP, em erro, significa que somos inteiramente responsáveis pela transmissão da informação, do estilo, da linguagem ou de qualquer outro aspeto funcional que esteja a orientar a tradução.

Entre os diversos formatos de texto com que fomos confrontados durante o estágio, houve três que se destacaram pela frequência dos pedidos de tradução, a saber: a tradução para legendagem; a transcrição e tradução de entrevistas em formato áudio; e a tradução de reportagens de longa extensão. O volume total de palavras traduzidas ultrapassou as cinquenta e cinco mil (55 000), contudo, este valor deve apenas servir de referência, já que foram desempenhadas, como se tem vindo a afirmar, outras tarefas para além da tradução.

Não foram utilizadas quaisquer ferramentas informáticas específicas para a tradução, a não ser os habituais processadores de texto e leitores de multimédia. Também na legendagem de conteúdos audiovisuais ficou apenas a nosso cargo a tradução textual, ficando a equipa técnica responsável pela inserção das legendas nos vídeos. Para este formato, em particular, uma das diretrizes habitualmente pedidas dizia respeito à formatação do texto: a segmentação prévia das legendas ajudava e poupava tempo à equipa técnica, que assim apenas tinha de as inserir nos tempos adequados.⁴ Esta divisão do processo tradutório para a legendagem não deixa de ser indesejada e pode mesmo vir a provocar resultados não previstos, já que, poderá ser necessário omitir certas passagens de texto por questões de tempo e de facilidade visual de leitura e, não sendo neste caso o tradutor o responsável direto pela inserção das legendas, este fica sem saber se deve ou não proceder a certas omissões.

As transcrições e traduções de entrevistas em formato áudio revelaram ser o tipo de texto que mais morosamente levava a ser produzido. Regra geral, optou-se por não transcrever o texto para a língua de partida (LP), que foi sempre, tal como para todas as outras traduções realizadas, o inglês, mas traduzir diretamente para a língua de chegada (LC), o português. O que tornava este processo particularmente demorado era não só a

⁴ Foram anexados a este relatório três exemplos de traduções dos três principais formatos textuais tratados ao longo do estágio, entre os quais se encontra, também, uma tradução para legendagem. (Anexo II: 69-102)

dupla tarefa de traduzir enquanto se está a transcrever, mas muitas vezes a fraca qualidade das gravações com que se trabalhava, exigindo que algumas passagens tivessem de ser atenta e repetidamente analisadas (por vezes recorrendo à ajuda do jornalista que as tinha realizado) para que pudessem ser decifradas. Nestes casos, era habitual a tradução servir apenas como referência para o jornalista poder elaborar um artigo a partir da informação contida na entrevista, mas noutras situações as entrevistas eram diretamente publicadas e a sua tradução assinada, como de resto acontecia com todas as traduções que foram realizadas no decurso do estágio. Tanto num como noutro caso, o jornalista poderia pedir que se omitissem algumas passagens não tão relevantes para o conteúdo global da entrevista, ficando ao nosso critério a pertinência das mesmas. Para as entrevistas diretamente publicadas, era costume serem feitas algumas ligeiras adaptações textuais às intervenções dos entrevistados, muitas vezes devido à fluidez do discurso.

Finalmente, as traduções de reportagens extensas poderiam exigir, por questões de especificidade temática, um trabalho prévio de investigação. Se o TP fosse, por exemplo, acerca de um tópico científico que contivesse alguma linguagem terminológica específica dessa área de conhecimento, valia-nos, nestes casos, a bagagem e a preparação académica para lidar com este tipo de problemas, quer através do uso de ferramentas de consulta apropriadas, quer aplicando a experiência anterior acumulada em traduções semelhantes. Em relação a diretrizes, o TC, por ser geralmente mais extenso, devia primar pela fluidez e a clareza de leitura. Também não devia ser extremamente denso, terminologicamente, já que o público-alvo é, na maioria dos casos, o leitor comum não especializado.

Para concluir este ponto relativamente ao fluxo de trabalho do tradutor na redação, gostaríamos apenas de referir a utilidade que o conhecimento de mais do que apenas um par de línguas pode representar, não apenas para o tradutor, mas para toda a equipa do jornal. Lembrando o que anteriormente foi dito em relação ao contacto constante que os jornalistas têm com fontes noticiosas noutros idiomas e que nos foi confirmado pelo que nos disse, em entrevista, a editora executiva do *Observador* (Anexo I Martins, 2015), temos perfeita noção de quais as línguas que mais impacto causam no dia-a-dia da redação e estamos a falar, evidentemente, das FIGS – francês, italiano, alemão e espanhol. No nosso caso, para além do inglês, tínhamos o neerlandês para oferecer como segunda língua de trabalho, mas sendo um idioma com pouca relevância na esfera noticiosa europeia, não tivemos, oportunidade de o aplicar em contexto algum.

1.3. TIPOLOGIAS DE TEXTO E PROBLEMAS DE TRADUÇÃO

Os diferentes formatos textuais que foram há pouco descritos partilham, entre si, características tipológicas comuns por pertencerem ao mesmo plano pragmático que é o texto jornalístico. Este palco comum remete-nos, entretanto, para a distinção proposta por Katharina Reiss em relação às diferentes tipologias existentes de texto (1971). Seguindo a teoria de *skopos* apresentada por Hans Vermeer na década de 70 do século XX que encara o processo tradutório tendo em vista a funcionalidade textual do TP e do TC nos diferentes contextos de partida e de chegada, a autora oferece-nos ferramentas para enquadrarmos os textos que ditaram a experiência tradutória que presentemente se descreve. Como não seria de estranhar, a grande maioria dos textos abordados tem um carácter informativo, na medida em que visam a transmissão de um conjunto de informações, conhecimentos ou opiniões ao público leitor. Alguns textos, nomeadamente as peças jornalísticas mais extensas como as reportagens ou os “especiais” do *Observador* poderão, igualmente, integrar a categoria do texto expressivo, já que lhes é própria uma utilização da linguagem mais estilística e criativa, mais centrada na forma. O texto jornalístico poderá também ter uma função apelativa no leitor, exercendo uma determinada influência sobre o seu pensamento ou comportamento. Exemplo disso serão os artigos de opinião ou, por exemplo, as notícias que alertem para determinados comportamentos de risco, enaltecendo no jornalismo a sua qualidade de meio de consciencialização pública. Para além destas três tipologias textuais, referimos já a importância que o texto audiovisual teve no âmbito deste estágio.

Debruçando-nos agora sobre as problemáticas tradutórias emergentes do percurso tradutório aqui descrito, recordamos a definição que Hurtado Albir (2001) dá de problemas tradutórios, não os distinguindo do conceito de dificuldades de tradução como, por exemplo, Christiane Nord (1991):

Dificultades de carácter objetivo con que puede encontrarse el traductor a la hora de realizar una tarea de traducción; los problemas de traducción pueden ser: lingüísticos, textuales, extralingüísticos, de intencionalidad y pragmáticos. Los problemas de traducción tienen un carácter multidimensional ya que en una misma unidad problemática puede darse la conjunción de varias categorías de problemas. (639)

Notando o que Albir refere relativamente à forma como os problemas tradutórios se podem conjugar numa mesma “unidade problemática”, procuraremos evidenciar essas mesmas dificuldades, apresentando alguns exemplos práticos a partir de traduções realizadas.

Texto de partida	Texto de chegada proposto
(...) a rare form of dementia that attacked memory, self-awareness and rational intellect, was accompanied by <u>plaques and tangles</u> in the brain (...)	(...) uma forma rara de demência que ataca a memória, a autoconsciência e a capacidade racional e intelectual, acompanhada por <u>placas e emaranhados</u> no cérebro (...)

Tabela 1: 1.º exemplo de um problema de tradução (sublinhados nossos)

O excerto em causa foi retirado de uma reportagem inglesa sobre a doença de Alzheimer. A sua tradução viria a ser publicada na íntegra e serve como exemplo de algumas peças maiores que foram tratadas. Neste caso, a dificuldade prendia-se com a equivalência dos termos ingleses “plaques” e “tangles”. À primeira vista, as expressões poderão convidar a uma tradução livre, mas a sua recorrência ao longo do texto indicava que fariam parte de um conjunto terminológico específico da área da medicina e, em particular, da linguagem usada para descrever a doença em questão. A consulta de algumas fontes médicas⁵ revelou ser produtiva, já que se encontrou, de forma sistemática, os termos “placas” e “emaranhados” como traduções adequadas para os termos ingleses.

Texto de partida	Texto de chegada proposto
He knew that the cabinet couldn't handle it. It was clear that there were elements in the government putting pressure on him. Already, within hours, he had been pressured by major figures in the government, effectively to turn	Ele sabia que o ministério não iria conseguir lidar com a vitória. Era evidente que havia elementos do governo que o estavam a pressionar. Mesmo em poucas horas, já tinha sido pressionado por figuras do governo para

⁵ A título de exemplo o *website* da Alzheimer's Association: https://www.alz.org/braintour/plaques_tangles.asp.

the no into a yes, <u>to capitulate</u> .	transformar, efetivamente, o não num sim, a <u>render-se</u> .
---	--

Tabela 2: 2.º exemplo de um problema de tradução (sublinhados nossos)

O TP dizia respeito a uma entrevista que havia sido concedida por Yanis Varoufakis, ex-Ministro das Finanças grego, ao repórter australiano Christos Tsiolkas. A entrevista, que fazia parte da reportagem, viria a ser utilizada num artigo publicado pelo *Observador*, praticamente na sua totalidade. Neste caso, a dificuldade, que de resto se repercutiu em todo o texto, tinha a ver com o aspeto expressivo do mesmo, ou seja, a fluidez e a facilidade da sua leitura e até da sua informalidade. A expressão “to capitulate” poderia ser traduzida por “capitular”. Estaria, sem dúvida, correto, e num contexto político poderia até ser a opção preferida. Contudo, optou-se, aqui, pelo verbo “render”, precisamente porque, dada a intenção confessional das palavras de Varoufakis julgou-se que esta palavra manifestava melhor o carácter dramático da situação descrita. Mais uma vez somos lembrados do carácter funcional da teoria de *skopos* e da expressividade presente nesta tipologia textual.

Texto de partida	Texto de chegada proposto
I think it's very difficult for people to live <u>without being named</u> , without being seen, without feeling that they have a recognizable place in society.	Penso que é muito difícil para as pessoas viverem <u>sem serem identificadas</u> , sem serem vistas, sem sentirem que têm uma posição reconhecida na sociedade.

Tabela 3: 3.º exemplo de um problema de tradução (sublinhados nossos)

O último problema que aqui apresentamos foi retirado de uma entrevista feita pela repórter do *Observador* Catarina Marques Rodrigues à filósofa Judith Butler. A dificuldade que assinalámos está associada ao uso do termo “named”, cuja tradução mais direta poderia ser “nomeado” ou “atribuído um nome”. Contudo, neste contexto, a filósofa parece

não estar a falar propriamente de nomear pessoas ou de pessoas com um determinado nome, mas de outro aspeto. Após esclarecimentos com a jornalista entrevistadora, chegámos à conclusão que o sentido daquilo que foi dito seria melhor expresso através do termo “identificado”, já que Judith Butler está a falar do processo de como as pessoas são categorizadas e reconhecidas enquanto indivíduos no seio de uma sociedade.

Através destes três exemplos pudemos dar testemunho da riqueza desafiante que a passagem pela redação do *Observador* provocou, ao nível do desenvolvimento e maturação de competências e métodos de tradução. A par da resolução de problemas diários como estes, a noção de que tipologias distintas de textos requerem abordagens diferentes apenas pode resultar numa prática tradutória mais apta e consciente.

CAPÍTULO 2: DA ÉTICA DA TRADUÇÃO À ÉTICA DO TRADUTOR

2.1. O ESTADO DA ARTE

2.1.1. ENTRE ÉTICA E MORAL

Perguntar pela ética, ou pela moral, é perguntar, no fundo, pelo aspeto mais íntimo e simultaneamente mais universal do género humano. É a pergunta pelo sentido da existência. Não de forma teleológica, sobre o propósito da vida e das vidas humanas, mas pela forma como existimos, como vivemos, como nos relacionamos, como somos uns para outros e uns com os outros. A pergunta, e a história que a acompanha, é vasta, tão vasta que podemos delinear-lhe um percurso imemorável, aos primórdios da civilização. Claro que para nós, herdeiros dessa comunhão rica do mundo helénico com a cultura judaico-cristã, a moral tem uma dimensão que nos é própria e que partilhamos enquanto comunidade. Para falar de ética é portanto necessário estar ciente desse passado que nos foi legado; é estar ciente das diferentes, e muitas vezes díspares, respostas que foram dadas à pergunta fundamental “Como devo viver?”. É lembrar a *eudaimonia* aristotélica, o Talmude judeu, o contrato social de Rousseau ou o mito originário hobbesiano, o imperativo categórico de Kant, a crítica marxista à moral dominante, a moral dos fracos e dos poderosos de Nietzsche, até mais recentemente à ética da *alteridade* de Emmanuel Levinas. Esta parca enumeração procura apenas dar prova da consciência desse passado meditado que nos

é comum, já que estas páginas não almejam ser uma reflexão sobre a história da moral. Contudo, inauguramos este ponto utilizando os termos, por isso, é justo (senão mesmo forçoso) que falemos acerca deles, tentando clarificar o que nos referimos quando falamos de moral e de ética.

A palavra “ética” radica em dois termos gregos com grafia e sonância próximas, mas significados diferentes: o termo ἔθος (*éthos*) refere-se ao “costume”, “uso” ou “maneira de proceder”; enquanto ἦθος (*êthos*) significa “morada”, “toca”, “maneira de ser” ou “carácter”. Tratando-se aqui de uma reflexão sobre tradução, não deixa de ser curioso que o uso do termo latino *moralis*, e conseqüentemente o termo “moral”, se deva às mãos virtuosas de um tradutor. No século I a.C., Marco Túlio Cícero traduz o grego ἠθικός (*ethikos*) para *moralis*, que por sua vez deriva de *mos*, e que significa “hábitos” ou “costumes”. Não obstante o profundo impacto que esta e outras traduções de Cícero tiveram na língua latina, o filósofo esquece-se (porventura) da distinção originária das duas palavras gregas, aproximando a sua proposta de tradução ao primeiro termo apresentado, ἔθος (*éthos*) (Renaud 1990; Cabral 1989). Este gesto, quer tenha sido voluntário ou involuntário, não passou incólume a muitos pensadores que beberam, no ocidente, desta fonte etimológica. Como exemplo significativo disso mesmo temos Heidegger que, na sua *Carta sobre o Humanismo* (1946) se debruça sobre a importância de não esquecer esta ligação que a palavra “ética” tem com a “morada” originária do humano. Outros autores houve, no entanto, que optaram por obliterar essa distinção e usaram, nesse sentido, os dois termos de forma indiferenciada. Não será preciso retroceder muito no tempo para encontrarmos autores que escolhem usar as duas palavras para se referirem a uma mesma realidade, a saber, aquela que se ocupa dos valores que guiam o comportamento humano. Assim notamos que Mary Midgley, no seu artigo de abertura ao *Companion to Ethics* (1991), editado por Peter Singer, faz questão de afirmar que não faz distinção entre os dois termos. O próprio Singer, noutra obra, parece não dar preferência a nenhum dos dois: "What is it to make a moral judgment, or to argue about an ethical issue, or to live according to ethical standards?" (1993: 9).

Para o decurso do presente trabalho não seremos indiferentes aos dois usos e significados dos termos. Ainda assim, mostrar-nos-emos sensíveis e teremos consciência de que os autores trazidos a este debate poderão não fazer essa mesma distinção concetual. Tomando-a, nessa medida, apenas como referência e clarificando essa mesma distinção,

notamos que o termo “moral” se situa, etimologicamente, mais próximo dos hábitos e dos costumes; isto quer dizer, em termos simbólicos, que quando falamos de moral, nos estamos a referir à exterioridade do comportamento humano, que se manifesta nas regras comunitárias e se cristaliza na lei. Por sua vez, a ética pode dizer respeito à fundamentação da moral, e neste caso estaríamos a falar de uma *filosofia moral*; ou poderá incidir sobre a interioridade das ações, descurando a norma comum e concentrando-se nas motivações pessoais de quem as executa.

No ponto que se segue, procuraremos, assim, dar conta daquilo que tem sido dito e pensado acerca da ética tradutória, ou do tradutor, na medida em que podemos encontrar nela dois aspetos distintos mas complementares:

The ethics of translation is twofold: it contains collective professional aspects as well as the translator’s individual morality. Collective efforts to formulate ethical guidelines include codes of practice, legal obligations (...), social expectations of “good” translation practice, and the norms that govern translation in a particular situation. (Koskinen, 2000: 15)

Importará, assim, para esta reflexão, tanto as motivações interiores que guiam o tradutor no desempenho das suas funções profissionais, como o conjunto de normas que orientam, e orientaram no passado, o seu comportamento.

2.2. ÉTICA TRADUTÓRIA

A profissionalização de uma determinada tarefa social ou cultural, como é o caso da tradução, implica a regulamentação da comunidade que exerce essa mesma função. Essas regras e esses códigos nascem e devem ser pensados no âmbito da ética, na medida em que estão relacionados com o comportamento de indivíduos e profissionais. Além disso, a tradução deve ser vista como uma atividade com implicações éticas e os tradutores como os seus potenciais agentes éticos, visto desempenharem um papel central nos sistemas culturais (Goodwin 2010; Baker e Maier 2011), moldando as sociedades e as nações num mundo cada vez mais globalizado. Em verdade, devemos antes lançar o nosso olhar para a tradução, não apenas como um exercício linguístico, mas como uma ação pautada por princípios éticos e enquadrada numa determinada esfera ideológica e política (Tymoczko,

2006). Em termos particulares, interessa-nos pensar a ética em tradução porque as traduções podem, de forma muito pragmática, afetar a vida das pessoas que delas possam depender:

The decisions made during the course of translating and interpreting can potentially have considerable impact on the survival of individuals and even whole communities; at the very least they can impact the quality of life of those who rely on the translator or interpreter to mediate for them, whether in business meetings or healthcare encounters, in daily interaction between host country officials and vulnerable migrants, or in preparing instructions for the use of a food mixer. (Baker & Maier, 2011: 4)

Também por estes motivos importa pensar a tradução e os seus agentes do ponto de vista da ética, descrevendo as normas que orientaram o seu comportamento no passado, as mudanças paradigmáticas a que estão sujeitos no presente e os desafios futuros que lhes são lançados.

2.2.1. UMA TRADIÇÃO DE INVISIBILIDADE

Ao longo da tradição ocidental, a tradução tem sofrido, sob um olhar de desconfiança, um estatuto que não lhe presta justiça e que só na sua história mais recente tem vindo a ser reabilitado. Torna-se evidente essa desconfiança generalizada perante a prática tradutória, quando recordamos a célebre máxima *traduttore, traditore*, que denuncia o véu de traição com que os críticos da tradução cobriam os seus praticantes. Outro caso que manifesta claramente essa visão redutora é o uso da expressão *les belles infidèles*, na qual não está apenas presente a questão da fidelidade, símbolo e produto desse olhar culturalmente “miope” (Steiner 1998: 65), como se desdobra nela o sexismo, literal e figurativamente,⁶ que marcou a tradução no ocidente (Valdez, 2009: 53). Contudo, a história que mais evidentemente expõe a má fama que foi associada à tradução talvez seja o mito bíblico

⁶ Por um lado, literalmente, porque a profissão tem sido entregue, demais vezes, às mãos de mulheres, por ser considerada uma tarefa pouco exigente ou estimulante em termos intelectuais (cf. López, 2004). Por outro lado, em termos figurados, a tradução ocupava, tal como a mulher, uma posição secundária e subserviente face ao homem, que nesta analogia seria o texto “original”. Aproveitamos também a ocasião para mencionar e mostrar apreço pelo contributo inestimável que essas mulheres tradutoras representam para o espólio cultural de que somos herdeiros. Não será por isso em vão lembrar que nomes como Aphra Behn ainda não obtiveram o devido reconhecimento histórico que lhes é merecido.

sobejamente conhecido da torre de Babel. O projeto titânico de alcançar os céus mereceu apenas a fúria divina. Castigando a ganância da humanidade, Deus desfaz a torre e a língua pura do Éden em mil pedaços. Cada uma das línguas fragmentadas consegue apenas expressar um fragmento da realidade divina. A pena resultante é uma multiplicidade de línguas a traduzir; quem a cumpre, os tradutores. A sua tarefa reflete essa sentença originária que deixou a humanidade dispersa e imersa numa neblina silenciadora, como nos diz George Steiner: “Translators are men groping towards each other in a common mist” (1998: 65). Ainda nas palavras de Jacques Derrida encontramos a mesma conclusão, de que a tradução pode ser encarada, mitologicamente, como um mal necessário ou uma maldição, na medida em que é simultaneamente imprescindível e impossível (Derrida, 1985).

Estas abordagens dão conta de uma história da tradução que foi escrita face ao preceito da fidelidade, cujo maior e mais significativo exemplo começa com a Septuaginta. Por um lado, a tradução do texto sagrado revela aquilo que Etienne Dolet viria a defender no século XVI como sendo as exigências (morais) dos tradutores: um conhecimento perfeito das línguas trabalhadas e uma neutralidade exímia. Por outro lado, a versão dos setenta pode ser utilizada como paradigma para explicar o carácter sacro dos textos e dos autores que, vindo predominantemente da religião e da filosofia, eram tratados com a mais completa reverência autoral. A neutralidade requerida deveria manifestar-se na transposição exata da forma do texto de partida, dando primazia às palavras e às frases, em detrimento do conteúdo e do significado subjacentes (Wyke, 2010: 111). Torna-se evidente que a busca pela fidelidade e pela neutralidade é, simultaneamente, a busca pela invisibilidade. Se é verdade que o tradutor devia almejar manter-se neutro em relação ao texto, a sua tarefa não era pois interpretativa, mas apenas relacional. Como os antigos operadores das linhas telefónicas, esperava-se dos tradutores somente que fizessem a ligação entre uma e outra língua, como se de um gesto mecânico e estéril se tratasse, uma “permuta de códigos” (Içöz, 2010: 131). Embora esta visão comece a mostrar sinais de fragilidade já no final do século XVIII, com o Romantismo alemão, havendo uma mudança no enfoque da fidelidade para uma preocupação com as diferenças culturais e o problema da alteridade (Valdez, 2009: 54), o seu ideal continua, ainda hoje, a marcar a prática e os discursos teóricos da tradução. Se por um lado, e como veremos mais à frente, muitas das organizações de tradução à volta do mundo ainda continuam a utilizar nos seus códigos de conduta expressões como “fidelidade” ou “imparcialidade”, notamos que os Estudos de

Tradução, enquanto disciplina teórica emergente na segunda metade do século XX, tiveram ainda pouco tempo, face ao peso da moral milenar do tradutor “fiel”, para exercer alterações penetrantes e duradouras. Não obstante o tempo que novas ideias levam a sedimentar nas práticas quotidianas, muitos são os pensadores que se têm afirmado criticamente em relação aos modelos estereotipados da tradução, fomentando o desuso de expressões como “fidelidade” ou “literalidade”.

2.2.2. EM DIREÇÃO A UMA ÉTICA DA DIFERENÇA

No início do século XIX, mais precisamente em 1813, Friedrich Schleiermacher brune uma pedra de toque no discurso teórico acerca da tradução. Além de nomear dois tipos de tradutor, aquele que trabalha textos comerciais e outro, mais criativo segundo o autor, dedicado a obras artísticas e académicas, Schleiermacher faz a importante distinção entre duas orientações possíveis na aproximação do autor do TP e o leitor do TC. Para o pensador germânico, a diferença reside na tentativa de o tradutor aproximar o autor ao contexto de chegada, com as devidas implicações linguísticas e culturais, i.e., domesticando-o, ou, no sentido oposto, trazer o leitor mais perto do autor e, num gesto de xenofilia, manter intacto o carácter estrangeiro e estranho deste último. Uma ideia que, aliás, é repetida nas palavras de um outro autor que nos é, cronologicamente, mais próximo: “(...) the properly ethical aim of the translating act is receiving the foreign as foreign” (Berman, 1985/2000: 285).⁷ Para que o leitor possa genuinamente gozar da essência adventícia de uma obra ou de um autor, Schleiermacher defende a prática deste segundo tipo de tradução, em detrimento dos processos de naturalização. Atendendo já à denúncia que mais tarde Lawrence Venuti fará do estatuto do tradutor, não deixará de ser curioso notar que tal opção torna o tradutor mais visível, na medida em que o texto perde⁸, possivelmente, a fluidez que tanto é desejada nos círculos da crítica tradutória. Acerca da análise e crítica que Venuti faz do manto de invisibilidade que o tradutor foi forçado a vestir durante tantos séculos, o autor reflete que o ideal da fluidez tem por objetivo a criação da ilusão, aos olhos do leitor, de estar diante de um texto não traduzido. A fluidez aparente de um texto, e por extensão o

⁷ Compreenda-se a posição de Berman com a devida distância e distinção necessária da de Schleiermacher. Enquanto o primeiro tem como principal preocupação teórica a posição do *Outro*, este último não se debruça ainda sobre tal aspeto.

⁸ Ou, na perspetiva do autor, “ganha”, por aproximar o leitor ao (con)texto de partida.

nível da sua domesticação, será assim diretamente proporcional à ilusão criada nos olhos do leitor de estar perante um texto não traduzido (Valdez, 2009: 58). Ou seja, em nome da fidelidade autoral.

Se é verdade que até à década de 1950 do século XX continuamos a ouvir vozes de autores a insistirem na ideia de que a exclusiva responsabilidade do tradutor é reproduzir, com exatidão, o texto “(...) and nothing but the text” (Nabokov, 2004: 212), principalmente a partir dos anos 70, notamos uma mudança paradigmática nos discursos teóricos acerca da tradução. A par da exposição crítica de Venuti, a edificação da teoria de *skopos*, de que Hans Vermeer e Katharina Reiss são exemplos, vem oferecer uma tentativa de pensar uma ética da tradução independentemente do conceito de fidelidade (Koskenin, 2010: 20). Tal como outras abordagens funcionalistas, esta teoria visa pensar a prática tradutória respondendo à questão do propósito do texto, ou como o termo genérico indica, a sua função:

It can be claimed that both functionalism together with descriptivism are particularly concerned with questions, such as: who translates the text, what is the text that needs translation, to whom is it directed, when is it translated, why is it translated, where is it translated and how is it translated? (Alwazna, 2014: 52)

Perguntar pelas funções que um texto pode ter é, no âmbito da teoria de *skopos*, pensar além do cânon literário com que o discurso académico sobre a tradução se tem, de forma geral, preocupado, abrindo assim a possibilidade de analisar outras tipologias textuais (Reiss, 1971), refletir sobre os desafios que elas apresentam e propor estratégias e métodos adequados a cada situação particular. Críticos houve à teoria que a acusaram de conceder demasiadas liberdades aos tradutores, ao que Vermeer responde que ela apenas lhes confere a sua devida responsabilidade no mundo (1996: 14).

A filosofia pós-moderna, e em particular a área da desconstrução, pela pena de Jacques Derrida, ofereceu aos Estudos de Tradução um terreno fértil para repensar a posição do texto de partida e, conseqüentemente, a atitude ética com que poderá ser confrontado. Se no passado o gesto interpretativo era tido como um campo intransponível ao tradutor, por a este caber a exclusiva tarefa da equivalência textual, a pós-modernidade veio afirmar que a interpretação é, precisamente, um ato indissociável à leitura. Poderíamos até dizer que ela representa um gesto radical de leitura, na medida em que o *sentido* do

texto não reside no próprio texto, passivo de ser dele extraído ou desvelado, mas é-lhe atribuído por quem o lê, por quem o interpreta (Wyke, 2010: 113). Os costumes morais do tradutor exigem que este se mantenha alheio ao texto, fora dele, exercendo uma presença quase espectral de reprodução fidedigna, em nome da sua pretensa invisibilidade. Ou seja, quanto menos interpretativa for a ação de quem traduz, mais fiel e invisível será a sua marca no resultado final. Consequentemente, a proposta de Derrida convida o tradutor a ocupar o merecido lugar na construção significativa que é a tradução. Já não importará, assim, manter um véu ilusório de neutralidade, porque traduzir implica ler, logo, interpretar, atribuir sentido e, derradeiramente, *transformar*: “According to postmodern thought, however, these traditional requirements are unattainable, as is the notion of complete reproduction or transferral of the original because translation will always *transform it*” (Wyke, 2010: 113).

Anthony Pym vem, juntamente com Jiří Levý sublinhar o aspeto decisório do processo de tradução (Pym 1992, Levý 1989). Pym reflete igualmente sobre o papel ético que o tradutor pode vir a desempenhar enquanto mediador cultural, referindo-se à tradução, em si, como uma “transação intercultural” (Pym 1992, 2002, 2004). O tradutor profissional, munido das suas competências linguísticas e culturais, ocupa a posição de um estratega no espaço comunicacional que se estabelece entre culturas diferentes. Não será de somenos importância voltar a frisar que, também face a este aspeto, ele se define como um agente ético.

Tendo ainda em mente a crítica de Venuti ao estatuto tradicional do tradutor, serão ainda de relevar as palavras de Rosemary Arrojo que se debruça sobre a possível *imoralidade* da ambição da invisibilidade tradutória, em consonância com o aspeto intangível de uma tradução livre de interpretação, denunciada pelo pensamento pós-modernista: “(...) it has been argued that striving for invisibility can be seen as unethical. If translators embrace the fantasy that they can be completely objective and invisible, then they will not critically look at the role they are actually playing” (Wyke, 2010: 113).

Se até aqui vimos como o foco da fidelidade clássica tem sido posto em causa pelos autores contemporâneos, não deixa de ser verdade que este termo continua a fazer parte do vocabulário discursivo de muitos teóricos e críticos da tradução, para já não falar dos códigos profissionais promovidos pelas organizações de tradução espalhadas à volta do globo. Ainda assim, é de salientar a forma como a expressão se pintou de novos matizes,

alcançando agora uma outra dimensão que não tem necessariamente que ver com a exatidão textual com que era histórica e tradicionalmente associada: “In today’s discussions, fidelity can be defined in whatever way the speaker feels preferable” (Koskinen, 2000: 20).

Podemos notar esse deslocamento concetual, mais recentemente, no caso da tradução feminista, que faz depender a fidelidade do tradutor, não do autor ou do texto de partida, mas do projeto de escrita em si (Simon, 1996: 2). Arrojo fala, por sua vez, de uma fidelidade imbuída de contexto cultural. A fidelidade dos tradutores deve-se às suas próprias convicções e princípios, não apenas enquanto indivíduos (moral pessoal), mas como membros de uma comunidade que os valida (1994: 160).

Christiane Nord, expondo as limitações de uma abordagem unilateral entre tradutor e texto de partida, procura alargar o conceito de fidelidade, substituindo-o pelo termo “lealdade” (*loyalty*). Para a autora, esta palavra expressa, de forma mais clara, a responsabilidade que recai sobre o tradutor no desempenho das suas funções: um compromisso que abarca tanto a situação ou o sistema de partida como os de chegada (Nord, 1991: 29). Nord contrapõe o conceito de lealdade ao de fidelidade por identificar, neste último, uma dimensão puramente textual, enquanto o primeiro manifesta uma categoria interpessoal mais próxima da vivência tradutória.

A tradição moral milenar do tradutor fiel e invisível parece estar, lentamente, a ser erodida. Outras vanguardas têm oferecido um olhar rejuvenescido sobre o que significa traduzir num mundo cada vez mais globalizado e multifacetado. Ainda assim, parece inevitável que se continue a falar de fidelidade, seja pelo peso histórico da palavra ou porque ela guarda algo autenticamente ligado à prática da tradução: “It seems that fidelity is still perceived as *the* word to be used in speaking about translation and ethics” (Henry, 1995: 370). Repensar a fidelidade tem sido um exercício dos académicos contemporâneos, ora silenciando-a ora reformulando-a. Contudo, como denota Kaisa Koskinen na sua tese, esta não pode ser a palavra-síntese sobre a qual recaia toda a reflexão acerca da ética de tradução (2000: 22). Pensar a ética da tradução poderá começar pela fidelidade, mas não deve findar na mesma. Como procurámos demonstrar, o mundo da tradução e dos tradutores é demasiado complexo para que se possa resumir a um termo apenas: “Being ethical does not involve simply declaring fidelity, but, instead, sorting through difficult decisions and taking responsibility for those taken” (Wyke, 2010: 114).

2.2.3. PROBLEMAS PARA O TRADUTOR ÉTICO

A ética é uma área do saber eminentemente prática, no sentido em que a sua teorização deve servir de reflexo aos problemas da realidade pessoal, laboral ou de outra situação concreta. Para o mundo da tradução, e para os tradutores em particular, isso significa o confronto com situações desafiantes em termos individuais e profissionais. Seguidamente, apresentamos dois casos, retirados de um artigo de Mona Baker e Carol Maier sobre ética na formação do tradutor, que exemplificam e dão conta do tipo de dilemas éticos com que os tradutores podem ser confrontados no seu trabalho diário. A sua enunciação, e subsequente análise, não servem apenas de pano de fundo à explanação anterior, como evidenciam outro tipo de problemáticas relacionadas com o lugar da ética na tradução.

I was hired to do the voice-over for a French version of the annual video report of a high-profile religious organization. The video opposes gay marriage, a view untenable for me. During the recording session, I noticed various language errors. Nobody there but I spoke French, and I considered letting these errors go: my guilty-free sabotage. Ultimately I made the corrections. As a married gay man, I felt ethically compromised even taking this job. Did I betray my tribe by correcting the copy? (Cohen, 2010 *apud* Baker & Maier, 2011)

O exemplo anterior manifesta uma realidade moral comum a muitas práticas profissionais, a saber, a conflituosidade interior experienciada por alguém que, profissionalmente, é compelido a agir contra as suas convicções pessoais. Neste caso, trata-se de um tradutor que, não se identificando, ou até opondo-se, ao conteúdo da mensagem a ser traduzida, acaba por se sentir dividido entre seguir os seus próprios pressupostos morais ou cumprir o imperativo contratual a que se sujeitou. Poderia fazer-se a pergunta, colocando sobre os pratos de uma balança moral os dois fatores em causa e ver para que lado ela pendia. Mas a realidade nem sempre é assim tão simples de destrinçar e parece de pouco consolo recorrer a velhas máximas, como aquela kantiana que diz que a nossa ação deve ser motivada por princípios universais.⁹ Idealmente, nenhum tradutor, aliás, nenhum profissional, deveria ser obrigado a fazer algo que vá contra os seus princípios pessoais. Infelizmente, se tal não for possível, seja por motivo de força maior, por razões contratuais ou, simplesmente, porque o seu meio de subsistência depende disso, o tradutor poderá ter de se induzir num estado

⁹ Parafraseando a formulação geral do princípio kantiano: Age como se a máxima de tua ação devesse tornar-se, através da tua vontade, uma lei universal (Kant, 1795: 33).

temporário de cegueira e, utilizando a expressão coloquial, “fazer aquilo que tem a fazer”. No primeiro exemplo que aqui apresentámos, a ação do tradutor parece ter sido pautada por outro motivo, nobre também em essência, o da fidelidade (neste caso, não ao texto) à profissão e ao bom nome da tradução em si. Com a devida e necessária distância contextual, lembra-nos o caso do médico negro que, de repente, vê na sua mesa de operações um sujeito em estado crítico com as vestes do Klu Klux Klan. O que deverá ele fazer senão respeitar o juramento hipocrático que prestou quando pela primeira vez vestiu a bata branca? Talvez outro caso que nos seja mais próximo, temática e temporalmente, seja o da reedição iminente em solo português do livro *Mein Kampf* de Adolf Hitler. Não só dizendo respeito à sua publicação, que tem sido alvo de críticas¹⁰ por ser uma obra, manifestamente, panfletária e de disseminação de ódio racial, a mesma acusação podia ser feita ao tradutor encarregado de produzir a sua tradução. Deverá ele recusar-se a traduzi-la com base nesse mesmo argumento? Ouvimos vozes que afirmam, precisamente, a legitimidade de tal posicionamento: “(...) if he/she is faced with a largely offensive text, the translator may withdraw from the situation” (Alwazna, 2014). Voltemos, agora, a nossa atenção para o segundo exemplo¹¹ diretamente relacionado com as questões levantadas pelo caso anterior:

If Blackwater asked you to translate assembly instructions for an automatic rifle, would you do it? What if they told you the document’s target audience was teenagers in the Sudan? This is not a hypothetical but a real dilemma my staff had to grapple with a few years ago. (Bell, 2010: 41 *apud* Baker & Maier, 2011: 6)

Novamente temos presente a questão da legitimidade moral de uma determinada encomenda de trabalho. O tradutor vê-se confrontado com o cenário de o seu trabalho poder vir a ser usado para fins, não apenas bélicos, mas que poderão, inclusivamente, causar a destruição de vidas de jovens. Evidentemente que os exemplos aqui expostos, em particular este último, atestam uma realidade que não fará parte da experiência diária da maior parte dos tradutores profissionais, contudo, precisamente porque são casos

¹⁰ Remetemos o leitor para um artigo de opinião lançado no jornal *Público* em janeiro do presente ano: <http://p3.publico.pt/cultura/livros/19384/quotmein-kampfquot-publicar-o-livro-de-hitler-e-disseminar-o-odio>

¹¹ As autoras do artigo explicam, em relação a “Blackwater”, que se trata de uma companhia militar privada norte-americana, que esteve envolvida em inúmeros casos relacionados com a morte de civis e abusos de prisioneiros em cenários de guerra.

extremos, têm a força de demonstrar o quão envolvida pode estar a questão ética na prática da tradução.

Num artigo já previamente usado no decorrer deste trabalho, Nihan Içöz discute as razões que poderão fazer uma tradução ser considerada “imoral” (*unethical*) (2012: 133). Lembrando outros escritos, o autor refere o caso de Anthony Pym (2001), que atribui ao tradutor a “culpa” se algum elemento do texto de partida estiver em falta no texto de chegada, e ainda o de Andrew Chesterman (2001), que, ecoando a teoria derridiana aqui exposta do significado, informa que uma tradução fruto de uma “má-interpretação” não pode deixar de ser uma tradução tendenciosa e ideologicamente suspeita. Em síntese, Içöz enumera os critérios que definem se estamos perante uma tradução moralmente comprometida: quando o tradutor representa mal ou interpreta mal o texto de partida e produz um texto de chegada a) ideologicamente suspeito, b) que perdeu, acidentalmente ou não, o seu valor informativo, c) que provoca escândalos, agravando ideias etnocêntricas (Içöz, 2012: 133). Ainda acerca da questão ideológica, será de interesse sublinhar aquilo que E. Birkan Baydan conclui na sua dissertação (2008), de que não existem traduções ideologicamente neutras. O problema que aqui se coloca não é, portanto, o de uma tradução estar ou não carregada ideologicamente, mas de aferir se o tradutor conseguiu manter o mesmo enquadramento ideológico do contexto de partida à chegada.

CAPÍTULO 3: CÓDIGOS ÉTICOS E PROFISSIONAIS

3.1. O QUE DIZEM AS ORGANIZAÇÕES DE TRADUÇÃO

Tal como referido na secção 2.2., a profissionalização de uma determinada tarefa social ou cultural exige uma reflexão cuidada, por parte da comunidade que a pratica, no quadro de uma ética geral que se consubstancia numa deontologia profissional. Para tal, e particularmente em relação à defesa do estatuto coetâneo dos tradutores, tem sido indispensável o papel das várias organizações e associações de tradução espalhadas pelo globo. O ponto que aqui introduzimos servirá para expor as principais preocupações de algumas das organizações de tradutores (portuguesas e estrangeiras) de maior renome, contidas nos seus códigos de prática profissional. Dedicaremos especial atenção ao

vocabulário escolhido na elaboração de tais códigos, dando continuidade à problemática anteriormente indicada.¹²

A Associação Portuguesa de Tradutores¹³ (APT) disponibilizou publicamente o seu código deontológico — o *Juramento de São Jerónimo* —, título que, ecoando os juramentos prestados noutras atividades profissionais, reclama a importância e a responsabilidade do papel dos tradutores. Sob a alçada do código encontram-se todos os tradutores profissionais que sejam membros da APT (art. 1.º), mas poderemos encarar o mesmo como uma sugestão deontológica a todos os tradutores portugueses que, mesmo não pertencendo à Associação, desempenham a profissão. Os primeiros artigos do Código, além de estipularem a sua abrangência, procuram definir alguns aspetos de relevância relativamente ao estatuto profissional do tradutor. Diz-se tradutor todo “o profissional que efetua uma tradução, isto é, que verte por escrito para uma língua um texto redigido numa outra língua” (art. 2.º). Decorrendo dela, o código prossegue: “O Tradutor deve considerar-se um servidor da língua e da cultura e, como tal, mostrar-se digno das responsabilidades inerentes” (art. 4.º). Este artigo reflete uma atribuição consciente, por parte da APT, do papel que o tradutor desempenha enquanto servidor da língua e da cultura, remetendo-nos para o conceito de “mediação cultural”, anteriormente encontrado em Pym (1992, 2002, 2004).

Após esta designação inicial da função e responsabilidade do tradutor, o código avança para as obrigações éticas e profissionais do mesmo. Espera-se que do trabalho do tradutor resulte numa “tradução rigorosa e fiel ao conteúdo original, mantendo em todas as circunstâncias isenção e neutralidade” (art. 7.º) e ainda que “[a tradução seja lida] como um original, sem deixar perceber a existência de um intermediário” (art. 8.º). A primeira parte, citada do que aqui fizemos iniciar no artigo 7.º, demonstra claramente uma preferência, ou uma tendência, conceptual e terminológica, que se torna patente com o uso de expressões como “fidelidade”, “isenção” e “neutralidade”. O artigo 8.º dá continuidade a este pré-

¹² Lembrando as palavras de Jacqueline Henry (1995: 330) já anteriormente citadas, procuraremos determinar a validade da posição da autora quando diz que a “fidelidade” continua a ser, no discurso contemporâneo, a palavra a ser usada quando se fala de tradução e ética tradutória.

¹³ Após troca de correspondência com a Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes (APTRAD), foi-nos comunicado que o seu código deontológico se encontra neste momento a ser revisto e atualizado pelo seu departamento jurídico, como de resto se pode ver consultando o *website* da Associação (http://www.aptrad.pt/codigo_deontologico). À data da submissão do presente relatório para avaliação, não nos foi possível obter uma data prevista da republicação do código deontológico da APTRAD e, por este motivo, referimo-nos aqui somente ao da APT.

requisito, evidenciando que o público final da tradução não deve ser capaz de identificar o trabalho realizado pelo tradutor. Subentendemos nestas palavras o conceito de “fluidez”, explorado anteriormente, quando se diz que o texto de chegada deve poder ser lido “como um original”. Quanto ao tradutor, este quer-se fiel, isento, neutro, e face ao que se espera do seu trabalho, *invisível*, conceito já referido quando abordámos Venuti. O uso do termo “original” para designar a semelhança desejada do texto de chegada ao de partida tem implicações.¹⁴ Se por um lado se quer uma tradução que não denuncie o trabalho de quem a produziu e, com isso, manter nela esse carácter “original” predileto, será legítimo perguntar onde deve a tradução buscar a sua *originalidade* senão às mãos do tradutor. Estaremos, portanto, perante um dilema oximorónico de querer manter (aparentemente) original aquilo ao qual retirámos o direito de admitir um agente de originalidade.

Para além da fértil discussão que estes artigos possam gerar em torno da questão da fidelidade, o código deontológico da APT sublinha ainda a importância da confidencialidade inerente aos serviços quotidianos de muitos tradutores, que devem segundo a Associação "manter total e absoluto sigilo sobre toda e qualquer espécie de trabalho efetuado" (art. 12º). Veremos como este tema é abordado transversalmente por todas as associações de tradutores. Por último, notamos o artigo 14º: "O Tradutor compromete-se a não incorrer em qualquer prática antiética no desempenho das suas funções". Não obstante compreendermos a intenção que subjaz à elaboração deste artigo, enquanto guia moral para o comportamento dos tradutores, não podemos deixar de o considerar vago quanto à sua aplicação, já que não é explicitado em mais pormenor o tipo de práticas antiéticas a que se refere.

No código de conduta profissional (Code of Professional Conduct) do Institute of Translation & Interpreting (ITI), encontramos muitas das diretrizes espelhadas no código deontológico da APT. Aos membros do ITI é explicado que devem apenas traduzir para a sua língua nativa ou para outra em que tenham demonstrado a competência necessária para o fazer: "members shall translate only into a language which is either (i) their mother tongue or language of habitual use, or (ii) one in which (...) they have equal competence" (al. 4.1.1). Subsequentemente, os tradutores devem recusar qualquer trabalho que, por motivos

¹⁴ O termo “original” foi, de resto, merecedor de uma atenção especial na área dos Estudos de Tradução nos últimos anos, e em particular pelos Estudos Descritivos que, contestando o seu uso, deram preferência à designação “texto de chegada”.

linguísticos ou de outro tipo de conhecimento, exceda as suas competências pessoais (al. 4.3).

Os membros desta associação abrangidos pelo código são igualmente convidados a desenvolverem as suas competências num processo contínuo de aprendizagem ao longo das suas carreiras profissionais: "Members should endeavour to undertake continuing professional development" (al. 4.3A). Na alínea 3.2.1 promovem-se o ideal da entreatajuda e da lealdade para com os restantes membros tradutores: "Members shall assist each other in every practical way, and shall conduct themselves loyally towards their fellow members and the Institute". Notamos que o termo "lealdade", juntamente com "honestidade", são repetidos em várias circunstâncias ao longo do código, em particular no que se refere aos serviços contratuais prestados aos clientes e aos seus produtos. Podemos ainda observar no código a afirmação dos valores da confidencialidade, imparcialidade e fidelidade. Em relação ao primeiro dos três valores, o discurso não dista daquele que encontramos anteriormente ou dos exemplos que se seguem; é sublinhada a importância de manter sob sigilo qualquer informação obtida por parte do contraente, especialmente em casos manifestamente sensíveis, e não a usar para beneficiar lucros alheios (al. 3.4.1). Os tradutores devem manter-se imparciais quanto ao conteúdo traduzido e declarar quaisquer motivos que possam afetar essa mesma imparcialidade: "(...) and shall disclose any business, financial or other interest which might affect this impartiality" (al. 3.4.3). Finalmente, no que se refere à fidelidade, o código refere que os tradutores devem ser fiéis quanto ao sentido e registo do texto de partida, excetuando os casos em que lhes seja ordenada uma "reescrita"¹⁵ do texto face ao contexto cultural da língua de chegada: "ensuring fidelity of meaning and register, unless specifically instructed by their Principals (...) to re-create the text in the cultural context of the target language" (al. 4.1.2). Por último, salientamos a seguinte prescrição relativa à tradução indevida e consciente, que poderá ajudar a incidir algumas luzes sobre as práticas antiéticas anteriormente referidas no código da APT:

They [the members] shall not knowingly mistranslate or misinterpret, even if instructed so to do, and shall not accept work which they believe may further any illegal or criminal activity, concerning which they shall have a duty of disclosure to the proper authorities.
(al. 4.5)

¹⁵ Remetemos aqui o leitor para o conceito de *transedição* explorado na dissertação de Francisco Ferreira (2015: 14), já mencionada no decorrer da presente exposição, que surge no contexto da redefinição da tradução, juntamente com outros exemplos como a *localização* ou a *transcrição*.

Nos códigos deontológicos da Federation Internationale des Traducteurs (FIT) (Code of Professional Practice) e da American Translators Association (ATA) (Code of Ethics and Professional Practice), encontramos repetidas muitas das máximas anteriormente expostas. O texto elaborado pela ATA é notoriamente completo na descrição dos princípios que advoga, explicitando e exemplificando a terminologia utilizada. Por exemplo, às noções de fidelidade e imparcialidade faz associar o conceito de integridade linguística, explicando que uma tradução fiel e precisa é aquela que transmite uma determinada mensagem com a mesma intenção do autor e com o mesmo impacto emocional no leitor do contexto de chegada (al. 1). Para obter este efeito, é contudo necessário não acrescentar ou omitir nada na mensagem final. O mesmo código fala ainda, na mesma alínea, de um "véu de imparcialidade" com que o tradutor se deve revestir. O documento da FIT explica, em relação à imparcialidade, que esta se deve manifestar na abnegação por parte do tradutor em expressar opiniões pessoais ou de caráter político no decorrer do seu trabalho: "shall carry out their work with complete impartiality and not express any personal or political opinions in the course of the work" (al. 1.3). Novamente vemos sublinhada a importância do pressuposto da confidencialidade, particularmente nos casos em que a necessidade desta possa não parecer óbvia (ATA, al. 2); e ainda do ideal da entreatajuda (ATA: al. 5, FIT: al. 3.3) e do desenvolvimento curricular (ATA: al. 4). Ambos os códigos consideram essencial a representação honesta das qualificações e competências profissionais dos tradutores, que devem sempre ser divulgadas de forma responsável e consciente: "Truth in advertising (...) need to accurately reflect who we are and what we can actually do, both practically and professionally" (ATA: al. 3). Notamos ainda, dentro do contexto das relações entre profissionais da tradução, a advertência que a FIT faz em relação à competição saudável no mercado de trabalho: "Translators and interpreters shall refrain from unfair competition (e.g. predatory pricing) and public attacks on the reputation and competence of other translators and interpreters" (al. 3.1). Por último, a ATA sublinha a necessidade do trabalho dos tradutores ser devidamente reconhecido e do papel que estes desempenham naquela que mais não é senão a luta pelo reconhecimento do seu estatuto enquanto tradutores (al. 7), algo que a FIT também realça na introdução ao código e particularmente num outro documento (Translator's Charter), constante da sua página oficial.

Esta análise permitiu não apenas sumariar o tipo de linguagem utilizada por algumas organizações de tradução quando falam sobre ética na profissão, como vislumbrar outros horizontes do debate que até agora pudessem ter passado despercebidos. Por um lado parece-nos essencial manter um enfoque aceso sobre a questão da fidelidade, discutindo a força que este vocábulo continua a ter no quotidiano profissional e pragmático da tradução, face à viragem concetual que anteriormente identificámos e que os Estudos de Tradução têm almejado repensar e redefinir. Por outro, mostramo-nos igualmente sensíveis a outras realidades éticas que não estão necessariamente e diretamente relacionadas com este tema, a saber, questões ligadas à ética empresarial, ao tema da confidencialidade e às próprias preocupações morais e pessoais daqueles indivíduos que comportam a insígnia da profissão de tradutor. O ponto seguinte dá continuidade a esta discussão alargada sobre a ética tradutória e procura encontrar nas vozes dos próprios tradutores respostas aos problemas aqui levantados.

3.2. NA VOZ DOS TRADUTORES

No decurso do estágio levado a cabo no *Observador* e nos meses que lhe seguiram, tivemos oportunidade de realizar várias entrevistas não só a elementos da redação, que foram já utilizadas na primeira parte do presente relatório e cuja pertinência se voltará a fazer sentir no ponto seguinte, como aos vários tradutores que colaboraram (e aqueles que continuam a colaborar) com o jornal. Aproveitou-se esta oportunidade para investigar as principais preocupações sobre o tema aqui em destaque que estes tradutores possam ter.¹⁶

Em primeiro lugar, salientamos o facto de que todos os tradutores entrevistados terem reconhecido a pertinência de se pensar (e falar) sobre o tema da ética em tradução, não obstante este ser ainda parcamente abordado no universo universitário português. Com ocasionais referências à conduta profissional que é esperada do tradutor no exercer das suas funções, a ética tradutória, como a que foi apresentada no decorrer da presente exposição, ainda é um tema pouco realçado nos conteúdos programáticos das cadeiras de tradução, tanto a nível das licenciaturas como dos mestrados. Conquanto seja abordada a moral dos tradutores, e particularmente o tópico da fidelidade, esta merece apenas o seu devido enquadramento histórico, não reverberando para o presente essa mesma discussão.

¹⁶ As entrevistas podem ser consultadas na íntegra no Anexo I a este relatório.

Se, por um lado, seria frutífero ver que novas vozes poderiam ser levantadas, nas salas de aula, por esse eco da fidelidade, por outro, ficámos a saber da existência de outras preocupações éticas partilhadas pelos tradutores entrevistados que ultrapassam essa mesma questão. Embora os tradutores sejam confrontados, habitualmente, e de forma mais ou menos evidente, com questões éticas — "Somos confrontados todos os dias com os nossos próprios valores, a nossa própria ética, e a ética do nosso cliente" (Anexo I Valdez, 2015) —, a não existência de um espaço próprio para pensar essas mesmas questões, quer dentro das universidades, quer fora delas, contribui para a desagregação dos profissionais da tradução e a desvalorização do seu estatuto enquanto tal: "Agir de forma ética é contribuir para a dignidade e para o reconhecimento da profissão de tradutor" (Anexo I Gama, 2015).

Pensar sobre ética em tradução torna-se particularmente premente quando é preciso "salvaguardar o tradutor em alguns casos onde este possa não querer fazer uma tradução por alguma razão" (Anexo I Ferreira, 2015), uma preocupação que de resto foi manifestada por outros entrevistados. Na entrevista que nos concedeu, Francisco Ferreira explica que um texto que atente contra os valores pessoais da pessoa a quem é encomendado o trabalho pode, legitimamente, ser recusado. Com base na sua experiência pessoal enquanto tradutora, Susana Valdez revela a mesma sensibilidade, relativamente a esta questão: "eu não traduziria, neste momento, algo que soubesse que iria fazer mal a alguém, como um texto racista ou discriminatório ou ofensivo" (Anexo I Valdez, 2015).

Todos os tradutores entrevistados mostraram-se sensíveis e conscientes em relação aos valores patentes nas diretrizes deontológicas das associações de tradução, que há pouco pudemos expor. Pareceu-nos, contudo, que o conhecimento de tais princípios não se deve, necessariamente, a uma leitura atenta desses códigos, mas a um bem comum subentendido que está relacionado com "uma ética transversal a tudo o que será uma profissão" (Anexo I Ferreira, 2015). Valores como a confidencialidade contratual, o sigilo profissional, o zelo no desempenho das tarefas, a honestidade no desenvolvimento e na divulgação das competências profissionais, a lealdade para com os colegas de profissão, a integridade pessoal, fazem parte de um espólio comunitário partilhado por todos.

Sobre o tópico que tem permeado o discurso acerca da ética tradutória ao longo desta exposição, a saber, a questão da *fidelidade*, refletimos até que ponto ela não deveria integrar um outro tipo de discussão ética, diferente daquela que tem diretamente a ver com

a conduta profissional no dia-a-dia dos tradutores. Esta ética está relacionada com as boas (ou más) práticas profissionais e os valores cuja consciência comunitária agora mesmo evidenciámos. Saber se um tradutor se posiciona com maior ou menor distância relativamente ao texto de partida, ou se privilegia a voz do autor em detrimento da escuta do público, ou se o seu exercício tradutório tende para uma prática da estrangeirização ou da domesticação, tem consequências éticas que devem ser pensadas no âmbito de uma ética tradutória. No entanto, julgamos que tais considerações não fazem um tradutor ser mais ou menos ético. E pensamos que é precisamente aqui que reside a diferença entre pensar uma ética *da tradução* e uma ética *do tradutor*. Encontramos esta mesma distinção nas palavras de Henri Meschonnic: "An ethics not of translating, not of translation, but of the translator. We may believe it is the same thing. It is not" (2011: 46). Meschonnic relembra e denuncia o binómio, já exposto na obra de Pym (1997: 10), de uma ética exclusivamente teórica, académica e, por esse motivo, dissociada da pragmática da tradução e essa outra ética, aqui exposta nos últimos parágrafos, relativa à comunidade profissional dos tradutores: "The very binarism which opposes "academic theorists" and professional translators. Therefore, a binary ethics as well, an ethics lacking practice, a practice lacking ethics" (Meschonnic, 2011: 46). A proposta de Pym faz depender uma possível ética inclusiva da tradução da responsabilidade intercultural com que o tradutor, por sua vez, se reveste. Esta é a base da ética (1997: 67), uma ética que se quer profissional, normativa, que não se cinja, pura e simplesmente, ao cumprimento de "prescrições" (*recipes*). Ao longo deste trabalho procurámos ter em conta esse binómio que julgamos ainda persistir na experiência ética da tradução, dando especial destaque à ética dos tradutores nestes dois últimos pontos que apresentámos.

3.3. CÓDIGOS DA DEONTOLOGIA JORNALÍSTICA E A PRAXIS NO *OBSERVADOR*

Na presente secção debruçar-nos-emos, contextualmente, sobre o tópico da deontologia jornalística. Com base, principalmente, nas entrevistas recolhidas no decurso do estágio levado a cabo na redação do *Observador*, e alicerçando-nos naquele que é o Código Deontológico seguido pela comunidade de jornalistas portugueses, procuraremos oferecer um brevíário dos principais valores e diretrizes éticas estipuladas para essa mesma comunidade. Esta exposição terá como fim último estabelecer um diálogo ético entre

universos profissionais, partindo da premissa de que quando falamos de comportamentos, boas práticas ou, no fundo, da conduta humana, há pontes possíveis, muitas vezes invisíveis, que merecem ser atravessadas, com vista ao enriquecimento coletivo e pessoal.

A leitura do Código Deontológico do Jornalista¹⁷ (CDJ) oferece uma visão global dos deveres morais da comunidade jornalística, cujo caráter normativo deixa ainda entrever os limites éticos, por vezes permeáveis, que os jornalistas devem obedecer. Como se poderá verificar mais à frente, os parâmetros aí estabelecidos refletem, exemplarmente, as considerações dos jornalistas entrevistados para esta ocasião.

A primeira alínea do Código explica que os jornalistas devem obedecer ao critério do rigor, da exatidão e da interpretação honesta dos factos, que devem ser sempre comprovados, ouvindo cada uma das partes envolvidas. A honestidade interpretativa que aqui vemos sublinhada remete-nos para o ideal da imparcialidade, amiúde atribuído à conduta profissional do jornalista. Os pontos seguintes denunciam as graves transgressões, como a acusação sem provas ou o plágio, e exaltam simultaneamente os ideais que norteiam a prática jornalística, a saber, a luta contra "(...) as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar" (al. 3), e ainda o combate à censura e ao sensacionalismo, e a rejeição de tratamentos discriminatórios (cf. al. 8). As alíneas 4 e 5 promovem o uso de "meios leais" na obtenção de informações, repudiando os abusos da boa-fé depositada nos jornalistas; exige-se ainda aos profissionais que assumam responsabilidade pelos trabalhos que desenvolvem. Chamamos a atenção para a última advertência da quinta alínea: "O jornalista deve também recusar atos que violentem a sua consciência", cujo âmbito vemos reafirmado no ponto último: "deve recusar funções, tarefas e benefícios suscetíveis de comprometer o seu estatuto de independência e a sua integridade profissional" (al. 10). O tratamento das fontes é igualmente relevado no Código, que, por um lado, sublinha a importância da sua correta identificação e, por outro, adverte no sentido do respeito e compromisso para com as confidenciais. Nos casos jurídicos, deve o jornalista "(...) salvaguardar a presunção de inocência dos arguidos até a sentença transitar em julgado" (al. 7). De igual forma, alerta-se o jornalista para os casos que envolvam vítimas de crimes sexuais e delinquentes menores de idade, na medida em que se deve preservar a identidade dos mesmos. Quanto à

¹⁷ Aprovado em 4 de maio de 1993 pela assembleia-geral do Sindicato dos Jornalistas.

privacidade dos cidadãos, esta deve ser mantida, salvo situações em que o interesse público ou a conduta dos próprios exijam intervenção mediática.

Como referimos há pouco, os valores espelhados no CDJ foram diversas vezes enunciados, diretamente ou recorrendo a exemplos, pelos jornalistas entrevistados do *Observador*, que de resto mencionaram o Código como o guia de conduta predileto dentro da redação, em particular, e para a comunidade jornalística portuguesa, em geral.

Quando questionados sobre os possíveis fatores que distinguem a ética jornalística da conduta profissional dos jornalistas, todos os entrevistados relevaram a íntima relação existente entre ambos os conceitos, sublinhando que um não pode ser pensado sem o outro: "A minha conduta define a minha ética e vice-versa" (Anexo I Esteves, 2015). Ainda assim, nas palavras de Diogo Queiroz de Andrade, encontramos a seguinte distinção:

A ética jornalística é um princípio que está acima da conduta profissional, ou seja, diz respeito a princípios que balizam e validam todo o trabalho jornalístico. (...) A conduta profissional tem mais em conta o trabalho prático. Tem a ver com lealdade ao órgão de comunicação a que se pertence, tem a ver com a capacidade de cumprir prazos, (...) os requisitos que foram pedidos, tendo sempre em conta que a ética jornalística está presente. (Anexo I Andrade, 2015)

Nessa medida, a conduta profissional do jornalista é, ou deve ser, pautada pelos princípios éticos que orientam, ou usando as palavras de Queiroz de Andrade, "balizam", o comportamento dos jornalistas. Dentro dos princípios enunciados pelos elementos do *Observador*, encontramos, como seria de esperar, muitos daqueles já refletidos no CDJ. A jornalista Catarina Marques Rodrigues reflete sobre aquele que considera ser o mais importante objetivo para qualquer jornalista: informar. Todavia, é vital saber como informar corretamente, "(...) com todos os factos, se possível com todas as partes do mesmo assunto" (Anexo I Rodrigues, 2015). A primazia da informação serve, impreterivelmente, o critério da verdade, ainda que este possa ser "tremendamente subjetivo" (Anexo I Esteves, 2015).

Um aspeto igualmente destacado pela editora Filomena Martins, ao falar de um dever particular dos jornalistas: "Devemos sempre ouvir a outra parte. Esse é o direito de contradição" (Anexo I Martins, 2015). Para além da questão da objetividade ou da isenção, que aqui vemos presentes, os jornalistas frisam um aspeto particular: o respeito. Um

respeito que se quer transversal, tanto às fontes noticiosas, ao público, como aos restantes colegas de profissão, e que tem como pressuposto a criação e a manutenção de uma relação saudável com todos:

[A] relação que estabelecemos com as nossas fontes, da mesma forma devemos cultivar uma boa relação com a nossa audiência (...) Claro que existe sempre competição entre os diferentes órgãos de comunicação social, é normal e penso que até é saudável. Mas, mesmo assim, é preciso manter o respeito entre jornalistas que trabalham para órgãos diferentes. (Anexo I Novais, 2015).

Para Catarina Rodrigues, esse respeito passa, necessariamente, por não ter medo de apresentar temas difíceis ao público-leitor. Habituada a tratar temas polémicos ou de uma certa sensibilidade social, a jornalista explica que informar exige, frequentemente, “desconstruir mensagens”, na tentativa de chegar ao cidadão comum não especializado e de lhe apresentar novas realidades (cf. Anexo I Rodrigues, 2015). Vera Novais continua, dizendo que, um tal processo de desconstrução implica, simultaneamente, uma “triagem” de conteúdo: “(...) se penso que uma informação não é assim tão relevante para o público e pode prejudicar o entrevistado” (Anexo I Novais, 2015). Este processo requer, subsequentemente, “uma grande ética” (Anexo I Rodrigues, 2015), porque o jornalista tem de conseguir manter uma distância exigida deontologicamente para “conseguir filtrar o que é realmente necessário e aquilo que serve para empolar as suas mensagens [dos entrevistados]” (Anexo I Rodrigues, 2015). É permitido ao jornalista ter uma posição relativamente aos assuntos que aborda (se é que não é mesmo saudável que tenha), mas a sua missão enquanto profissional de comunicação social é saber abster-se pessoalmente e de forma consciente para não contaminar o espaço informativo. Novamente, somos recordados do princípio fundamental da objetividade que encabeça as diretrizes morais do Código de Deontologia do Jornalista.

Um tópico particularmente próximo da realidade deontológica do *Observador* é a atribuição das fontes noticiosas. Sempre que um jornalista redige uma peça que contenha informação proveniente de outro profissional ou órgão de comunicação social, é-lhe exigido¹⁸ que atribua, i.e., cite essa mesma fonte. Esta tem sido uma prática comum nos meios tradicionais (em papel) de comunicação social, contudo, como nos explica Queiroz de

¹⁸ Lembrando a alínea segunda do CDJ: “O jornalista deve combater a censura e o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas e o plágio como graves faltas profissionais”.

Andrade, não tem sido esse o caso na realidade do digital: “Fazer a atribuição no digital é ainda mais importante por uma razão muito simples: porque não tem sido hábito fazê-lo, especialmente em Portugal” (Anexo I Andrade, 2015). O diretor criativo do *Observador* explica que o meio digital tem servido de desculpa para não se fazer a correta e devida atribuição das fontes noticiosas, o que parece ir contra o senso comum, já que a facilidade da utilização de *links* neste meio faria esperar o contrário. “A ética jornalística deve ser cumprida independentemente do meio (...) O meio não interfere com a ética jornalística, porque ela também está acima disso” (Anexo I Andrade, 2015). Esta tem sido, de resto, uma preocupação emergente nos discursos sobre a ética jornalística dos novos *media*, como podemos notar nas palavras de Steve Buttry, num artigo sobre a importância do uso de *links* no meio digital: “Links provide attribution, an essential practice in journalism. More important, in the context of this book, a culture of linking to relevant content may be one of the most important protections against plagiarism and fabrication” (2013).

Questionados sobre a aprendizagem formal dos princípios da ética jornalística, os entrevistados confessaram o parco investimento nesta matéria por parte das instituições de ensino portuguesas.¹⁹ Filomena Martins denuncia mesmo o que considera ser uma preparação jornalística excessivamente teórica, vaga, no que diz respeito aos valores da profissão, e presa no tempo: “a teoria que lhes é ensinada é exatamente a mesma que me foi ensinada a mim há 30 anos” (Anexo I Martins, 2015). Segundo a editora, isto conflui para que os alunos cheguem mal preparados a um primeiro estágio numa redação e dificulte o ensino *in loco*, por parte dos elementos mais experientes. Ainda assim, e especialmente no tocante à ética, os elementos do *Observador* testemunham uma realidade que não mudou assim tanto desde os tempos da máquina de escrever. Existe um legado coletivo a ser transmitido de mão em mão, de jornalista em jornalista, que diz respeito não só às boas práticas profissionais como aos valores morais que integram o campo da comunicação social. Esta passagem de testemunho é na verdade indispensável à formação do aluno, na medida em que o meio académico só pode iluminar, de forma brumosa, o labor diário do meio.

¹⁹ Conquanto encontremos, em vários conteúdos programáticos de cursos de jornalismo e de comunicação social, cadeiras temáticas sobre deontologia, não podemos aferir qual o nível de aproveitamento que os alunos demonstram ter em tais disciplinas.

Por último, no que diz respeito aos valores que guiam a prática jornalística dos profissionais aqui entrevistados e que, por vermos refletidos no seu Código Deontológico, questionamos até que ponto se estendem a toda a comunidade, reservamos uma nota conclusiva e de apreço àquilo a que a editora do *Observador* designa a “primeira regra ética do jornalismo” (Anexo I Martins, 2015), nomeadamente: o “bom senso”²⁰. A capacidade de discernir a boa da má conduta não nos é introduzida de forma mecânica. A postura moral da pessoa é algo que uns argumentam nasce com ela, outros, que depende da sociabilização, mas ninguém recusa a noção de que os valores que transportamos individualmente assim existem porque foram acalentados ao longo de toda a nossa vida, por mais jovem ou antiga que seja. E a forma como nos comportamos face aos outros, no nosso trabalho, no nosso dia-a-dia, nada mais é senão um reflexo desse percurso interno duradouro.

3.4. PARALELISMO ENTRE DOIS SISTEMAS ÉTICOS

O exercício de analogia que aqui apresentamos deve ser encarado enquanto tal: um exercício. Quais possíveis semelhanças que possamos encontrar entre as tarefas que os tradutores e os jornalistas desempenham, como a prática da escrita, que requer um cuidado e um tato linguístico particulares, não nos ocupam presentemente o pensamento, já que este trabalho quis, antes de mais, incidir sobre questões que não têm necessariamente a ver com o labor jornalístico ou tradutório em si, mas os valores que devem guiar esse mesmo labor. Assim sendo, não podemos deixar de alertar o leitor de que o presente exercício serve, igual e naturalmente, de síntese conclusiva ao que anteriormente tivemos oportunidade de expor, cabendo-lhe a ele a função de avaliar a legitimidade do paralelismo.

Se palavras houve, nos discursos aqui analisados, que definissem os princípios que norteiam a prática da tradução, e independentemente da nossa posição face à pertinência do seu uso atual, seríamos tentados a enumerá-los da seguinte forma: *isenção*, *neutralidade* e *fidelidade*. Argumentámos e evidenciámos que a fidelidade tradutória está, no que diz respeito à sua tradição concetual e aos seus alicerces históricos, cada vez mais a ser posta

²⁰ Se a ocasião o permitisse, seria interessante fazer discorrer a questão do bom senso à fundamentação da própria moral. Somos recordados desse exemplo máximo do otimismo renascentista que foram as palavras de Descartes, que escreve naquele que também não pode deixar de ser considerado um *Método* para a orientação do espírito: “O bom senso é a coisa do mundo mais bem distribuída; porque cada um pensa estar dele tão bem provido que mesmo os mais difíceis de contentar em qualquer outra coisa não costumam desejar mais do que o que têm”. (1637: 39).

em causa. Formas emergentes de pensar, ou mesmo de transcender o vocábulo, constam hoje do discurso académico de muitos teóricos da ética tradutória. Todavia, somos confrontados com uma realidade profissional que insiste em usar o termo para designar uma boa prática da tradução. Não podemos ser alheios a este facto, conquanto possamos contorná-lo e, aproveitando esses discursos emergentes, falar de uma fidelidade não ao original, mas ao público ou ao projeto de tradução. Será, pois, interessante iniciar o paralelismo precisamente por esta expressão que nos tem ocupado, de forma tão presente, o discurso.

Não será verdade que podemos encontrar, tanto nas palavras dos jornalistas entrevistados, como no próprio Código ao qual estão profissionalmente submetidos, um tipo de fidelidade semelhante àquele que vimos consignado aos tradutores? O jornalista deve ser fiel aos seus leitores e às suas fontes, no sentido em que os deve saber respeitar consoante as situações em que se encontra. O jornalista deve ser fiel aos seus princípios e valores pessoais, e recusar qualquer trabalho que atente contra a sua integridade profissional (cf. CDJ: al. 10), tal como o tradutor tem o direito de se salvaguardar contra circunstâncias análogas. Ademais, tanto tradutores como jornalistas são confrontados, frequentemente, com contextos que envolvem questões de sigilo e confidencialidade, devendo a sua formação profissional saber prepará-los para enfrentar tais situações.

Repetidas vezes, nos códigos de conduta ética dos tradutores, vimos expressos os ideais da entejuda e da lealdade para com os colegas de profissão. A distância que, demais vezes, separa fisicamente um tradutor do outro, no seu trabalho, e que amiúde peca pela sua natureza solipsista, contrasta com a azáfama do dia-a-dia partilhada entre jornalistas, mas tal não deve obstar à confiança que se espera que todos tenham uns nos outros, coletivamente. A honestidade, o zelo e o brio profissionais, o desenvolvimento contínuo das competências individuais, são valores que ultrapassam sistemas éticos particulares. De parte a parte, escutámos tradutores e jornalistas afirmarem que uma conduta profissional não pode viver sem ser em profunda comunhão com uma ética pessoal. Fruto do crescimento e da maturação individuais, da consciência social e do exercício da solidariedade, uma ética assim deve o seu valor não apenas à comunidade em que nos inserimos, mas às instituições responsáveis pela defesa desses ideais que excedem esta ou aquela profissão.

Os alunos que hoje frequentam os seminários de tradução e de jornalismo nas faculdades são os profissionais de amanhã em quem serão depositadas as responsabilidades exigidas pelas carreiras que escolheram. Se é verdade que, na área do jornalismo, alguns dos valores e muitas das boas práticas são transmitidos aos elementos mais novos por aqueles mais experientes, julgamos ser um exercício útil, ao futuro da profissão tradutória, e já que lhe é próprio esse caráter desagregador, pensar e dedicar um espaço próprio no ensino da tradução à discussão desses princípios que nos devam guiar enquanto coletivo.

CONCLUSÃO

O relatório que, nesta página, encontra o seu desfecho encerra não apenas um capítulo no percurso académico do seu autor, como lhe deu a oportunidade de se debruçar sobre um tema que julga ser vital nos Estudos de Tradução. Quisemos, por isso, oferecer uma visão dupla do que pode ser uma experiência de estágio em contexto curricular. Por um lado, procurámos evidenciar o quão produtiva foi a passagem pela redação de um jornal como o *Observador*, por outro, espelhar as cogitações que tal passagem inspirou.

Se o desafio de estar num local que, não sendo estranho ao mundo da tradução, raras vezes conta presencialmente com um tradutor a tempo inteiro, pudesse, ao início, parecer intimidante, rapidamente tomámos rédeas da independência e responsabilidade em nós depositadas. O convívio diário com profissionais de outras áreas, a sua recetividade, simpatia e disponibilidade, tornaram esta experiência ainda mais satisfatória e instrutiva. À parte da motivação que nos deu o ambiente envolvente, demos conta, no primeiro capítulo, da intensa experiência tradutória por que passámos. Sendo o único elemento “oficialmente” de tradução na redação, não demorou muito até que os restantes membros tomassem proveito — no melhor dos sentidos — dessa situação. O volume de artigos a serem traduzidos, entrevistas a serem transcritas, vídeos a serem legendados, correspondeu a um enriquecimento pessoal e multidisciplinar absolutamente ímpar. Mantendo um diálogo ativo com os conteúdos, as ferramentas e as competências apreendidas durante o ano letivo, foi neste contexto que iniciámos as primeiras leituras sobre a questão da ética em tradução. Foi preciso pouco tempo para que de tais leituras brotasse a ideia de aproveitar a situação única em que nos encontrávamos para investigar possíveis semelhanças com um dos mais bem assentes sistemas éticos do mundo laboral, a deontologia jornalística.

Na segunda parte deste trabalho, procurámos dar conta do estado da arte na ética tradutória. Começámos por distinguir concetualmente *ética* e *moral* e refletimos sobre a importância, para a própria valorização estatutária da profissão, de pensar e regulamentar a conduta no campo da tradução. Analisámos algumas das mais recentes contribuições, no contexto dos Estudos de Tradução, de autores que, repensando e lutando contra uma tradução da invisibilidade, têm afirmado as suas vozes numa área ainda pouco relevada. Analisámos e demos exemplos de alguns problemas éticos particulares com que os tradutores podem ser confrontados no seu dia-a-dia. Posteriormente, numa terceira parte,

expusemos as principais diretrizes que constam dos códigos de conduta das organizações de tradução, encontrando, nas entrevistas que realizámos, uma consciência idêntica por parte dos tradutores. Finalmente, no ponto seguinte, apresentámos um breviário das principais normas deontológicas estipuladas e seguidas na prática jornalística, tendo sido indispensável o contributo dos jornalistas que entrevistámos.

Por último, cumprimos um exercício de síntese, procurando avaliar a legitimidade de um possível paralelismo que se possa estabelecer entre as duas realidades profissionais. Argumentámos que, independentemente das idiosincrasias do mundo do jornalismo ou da tradução, quando falamos de comportamentos, de pessoas, de boas e más condutas, existe um elemento que transcende essas particularidades. Pensar esse elemento é pensar de forma ética e compreender a força possível do diálogo.

BIBLIOGRAFIA

- Albir, Hurtado (2001) *Traducción y Traductología: introducción a la traductología*, Madrid: Ediciones Cátedra.
- Alwazna, Rafat Y. (2014) "Ethical Aspects of Translating: Striking a Balance between Following Translation Ethics and Producing a TT for Serving a Specific Purpose". *English Linguistics Research* 3(1), 51-57.
- Andrade, Diogo Queiroz de (2015), entrevista, 3 de novembro, Anexo I, 58-60.
- American Translator Association, "Code of Ethics and Professional Practice". Disponível em: http://www.atanet.org/governance/code_of_ethics_commentary.pdf. [Acedido a: 21 de março de 2016].
- Arrojo, Rosemary (1994) "Fidelity and the Gendered Translation". *TTR* 7(2), 147-163.
- Associação Portuguesa de Tradutores, "Juramento de São Jerónimo". Disponível em: <http://bo.appt.pt/fileuploads/Objetivos/APT-JURAMENTO%20SAO-%20JERONIMO.pdf>. [Acedido a: 21 de março de 2016].
- Baker, Mona & Maier, Carol (2011) "Ethics in Interpreter & Translator Training". *The Interpreter and Translator Trainer* 5(1), 1-14.
- Berman, Antoine (1985/2000) "La Traduction Comme Épreuve de L'étranger", *Text* 4: 67-81, trans. by Lawrence Venuti as "Translation and the Trials of the Foreign", and reprinted in Lawrence Venuti (ed.) *The Translation Studies Reader*, 2000, London: Routledge, 284-297.
- Baydan, E. Birkan (2008) *Visibility of Translation through Conflicting Ideologies: The Islamic Retranslations of "100 Essential Readings"*, Dissertation presented to the Department of Translation & Interpreting Studies of Boğaziçi University.
- Buttry, Steve (2013) "Journalists need to use links to show our work". Disponível em: <https://stevebuttry.wordpress.com/2013/04/05/plagiarism-and-fabrication-summit-journalists-need-to-use-links-to-show-our-work/>. [Acedido a: 21 de março de 2016].
- Cabral, Roque (1990) "Ética" in *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Volume 2, Lisboa e São Paulo: Verbo, 334-335.

- (1991) "Moral" in *Logos: Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Volume 3, Lisboa e São Paulo: Verbo, 956-981.
- Chesterman, Andrew (2001) "Proposal for a Hieronymic Oath". *The Translator* 7(2), 139-154.
- Derrida, Jacques (1985) *The Ear of the Other. Otobiography, Transference, Translations. Texts and Discussions with Jacques Derrida*, ed. Christie V. McDonald, trans. by Peggy Kamuf, New York: Schocken Books.
- Descartes, René (1993) [1637] *Discurso do Método*, trad. João Gama, Lisboa: Edições 70.
- Esteves, Pedro (2015), entrevista, 4 de novembro, Anexo I, 63-64.
- Fédération internationale des traducteurs, "Code of Professional Practice". Disponível em: http://www.fit-europe.org/vault/deont/CODE_PROF_PRACTICE.pdf. [Acedido a: 21 de março de 2016].
- Ferreira, Francisco (2015) "O Processo Tradutório em Contexto Jornalístico: A Tradução e a Transedição na Redação", Tese de Mestrado submetida à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- (2015), entrevista, 10 de dezembro, Anexo I, 52-54.
- Gama, Marta (2016), entrevista, 14 de fevereiro, Anexo I, 55-56.
- Goodwin, Phil (2010) "Ethical Problems in Translation: Why We Might Need Steiner After All". *The Translator* 16(1), 19-42.
- Gonçalves, Rita (2015), entrevista, 10 de dezembro, Anexo I, 54-55.
- Heidegger, Martin (1980) *Carta sobre o Humanismo* trad. por Phinharanda Gomes, Lisboa: Guimarães Editores.
- Henry, Jacqueline (1995) "La fidélité, cet éternel questionnement. Critique de la morale de la traduction". *Meta* 15(3), 367-371.
- Içöz, Nihan (2012) "Considering Ethics in Translation". *Electronic Journal of Vocational Colleges* 2(2), 131-134.

Institute of Translation and Interpreting, "Code of Professional Conduct". Disponível em: http://www.itl.org.uk/attachments/article/154/Code%20of%20professional%20conduct%2008%2009%202013_Final.pdf. [Acedido a: 21 de março de 2016].

Kant, Immanuel (1997) [1795] *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*, trad. Paulo Quintela, Lisboa: Edições 70.

Koskinen, Kaisa (2000) "Beyond Ambivalence. Postmodernity and the Ethics of Translation", Dissertation presented to the Faculty of Humanities of the University of Tampere.

Levý, Jiří (1989) "Translation as a Decision Making Process" in Andrew Chesterman (ed.), *Readings in Translation Theory*, Helsinki: FinnLectura, 38-52.

López, Sonia Villegas (2004), "Aphra Behn's Sentimental History: The Case Study of Agnes de Castro, or the Force of Generous Love (1688). *SEDERI XVI*, 239-246.

Martins, Filomena (2015), entrevista, 2 de novembro, Anexo I, 66-68.

Meschonnic, Henri (2011) *Ethics and Politics of Translating* trans. and ed. by Pier-Pascale Boulanger, Amsterdam and Philadelphia: John Benjamins.

Midgley, Mary (1991) "The origin of ethics". Peter Singer (ed.) *A Companion to Ethics*, Oxford: Blackwell Publishers.

Nabokov, Vladimir (2004) "Problems of Translation: *Onegin* in English". *The Translation Studies Reader*, Lawrence Venuti (ed.), London and New York: Routledge, 115-127.

Nord, Christiane (1991) *Text Analysis in Translation*, Amsterdam: Rodopi.

Novais, Vera (2015), entrevista, 2 de novembro, Anexo I, 64-66.

Pym, Anthony (1992) *Translation and text transfer: An essay on the principles of intercultural communication*, Frankfurt am Main/Berlin/Bern: Peter Lang.

----- (1997) *Pour une éthique du traducteur*, Arras/Ottawa: Artois Presses Université/ Presses de l'Université d'Ottawa.

----- (2002) "On Cooperation" in (ed.) M. Olohan, *Intercultural faultlines: Research methods in translation studies I: Textual and cognitive aspects*, Manchester: St. Jerome, 181-192.

----- (2004) "Propositions on cross-cultural communication and translation". *Target* 16(1), 1-28.

Reiss, Katharina (1971) *Translation criticism, the potentials and limitations: categories and criteria for translation quality assessment*, Manchester: St. Jerome Pub.

Rodrigues, Bernardo (2016), entrevista, 14 de fevereiro, Anexo I, 56-57.

Rodrigues, Catarina Marques (2015), entrevista, 4 de novembro, Anexo I, 60-63.

Schleiermacher, Friedrich (1982) [1813] "On the Different Methods of Translation" in (ed.) A.L. Willson, *German Romantic Criticism*, New York: Continuum.

Simon, Sherry (1996) *Gender in Translation. Cultural Identity and the Politics of Transmission*, London and New York: Routledge.

Sindicato dos Jornalistas, "Código Deontológico do Jornalista". Disponível em: <http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/CodigoDeontologicoJornalista.pdf>. [Acedido a: 21 de março de 2016].

Singer, Peter (1993) *Practical Ethics*, Cambridge: University Press.

Steiner, George (1998) *After Babel. Aspects of Language and Translation*, London: Oxford University Press.

Tymoczko, M. (2006) "Translation: Ethics, ideology, action". *The Massachusetts Review*, 47(3), 442-461.

Valdez, Susana (2009) "O Autor Anónimo. A Invisibilidade do Tradutor no Contexto Português", Tese de Mestrado submetida à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

----- (2015), entrevista, 10 de dezembro, Anexo I, 49-52.

Venuti, Lawrence (1995) *The Translator's Invisibility*, London and New York: Routledge.

Vermeer, Hans J. (1996) *A skopos theory of translation (Some arguments for and against)*, Heidelberg: TEXTconTEXT.

Wyke, Ben van (2010) "Ethics and translation". *Handbook of Translation Studies*, Volume 1.
Amsterdam: John Benjamins, 111-115.

ANEXOS

ANEXO I

ENTREVISTAS AOS TRADUTORES COLABORADORES DO *OBSERVADOR*

Entrevista pessoal a Susana Valdez a 10 de dezembro de 2015

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

Julgo que é pertinente pensar numa ética, sim. Somos confrontados todos os dias com os nossos próprios valores, a nossa própria ética, e a ética do nosso cliente — não apenas o cliente direto, ou seja, a pessoa que nos pede diretamente a tradução, como também o cliente indireto, como um leitor final —, mas acho que se pensa [sobre a ética] de forma inconsciente. A meu ver, não é algo consciente, não é a primeira coisa na qual eu penso quando recebo uma tradução, mas acho que ela está lá, está subjacente, se nós pararmos para pensar nela. Talvez esteja subjacente àquilo que eu considero ser uma boa tradução ou o que é profissionalismo ou o que é qualidade — como é que eu me devo comportar? — há aqui um valor; de tal forma que, quando alguém se comporta de uma forma que não é parecida com a minha, eu digo que isso está errado — mais uma vez, estamos a falar de valores, de juízos. Portanto, se falamos nisso, no que é correto ou errado, também acho que falamos de ética. Embora ninguém fale em voz alta sobre ética ou profissionalismo ou qualidade; não se fala muito nestes temas.

Mas existe espaço para pensar esses temas?

Eu penso que não há muito espaço para os pensar, mas é importante que haja. Não acredito que os tradutores se juntem e falem sobre isso. E quando se juntam, o que é raro, quer seja presencialmente ou em fóruns, fala-se sobre outras coisas, como se os clientes pagam ou não, quanto é que pagam, se somos bem pagos, e como é preciso ter mais clientes... esse tipo de discurso. Fala-se muito de erros e julga-se muito o tradutor, o colega: "este traduziu mal" ou "viram ontem, na televisão, aquela legenda de um colega que traduziu mal?" ou "está aqui um erro, não se faz assim". Isso eu vejo, embora eu não goste de entrar nesse tipo de discurso, porque penso que isso não é ético, não é profissional. E talvez isso tenha a ver com a forma como os tradutores se organizam profissionalmente e em relação ao seu próprio estatuto: precário, de não nos vermos como uma profissão ou um grupo unido, haver muita discórdia, dizermos muito mal uns dos outros nas costas, nós acharmos que temos todo o saber... Penso que isto está tudo interligado.

Por exemplo, a ITI (Institute of Translation and Interpreting) tem um panfleto muito conhecido, que já foi traduzido para muitas línguas, que basicamente serve para explicar aos clientes como é que devem contratar serviços de tradução, o que é que devem procurar num tradutor e o que é a conduta profissional dos tradutores. E este é um documento de referência para como é que um tradutor se deve comportar. E isso é igual a profissionalismo e é igual a qualidade e, no fundo, é um sinónimo para dizer "tradutor". E serve também para distinguir dos "outros" que não são tradutores, que não são profissionais — os amadores.

Do mesmo instituto existe também outro documento, que é quase um código do tradutor: o que é que ele deve e não deve fazer. "O tradutor deve comportar-se de forma profissional". Mas o que é isso, afinal? Esses manuais, ou esses guias, falam muito disso, da conduta profissional e dão exemplos como entregar o trabalho a tempo e horas, saber se podemos aceitar ou não um determinado tipo de trabalho, entregá-lo em condições — é tudo muito subjetivo, tem muito a ver com a nossa própria visão. Embora isso não esteja lá escrito, depreende-se que toda a gente sabe o que é esse bem comum, mas é muito próprio de cada pessoa. E para mim é difícil de discernir a diferença entre o que é a conduta profissional ou um trabalho de qualidade, se isso é profissionalismo — e isso é ética. Será que isto tudo é ética? (...) E se existem estas dificuldades em conceptualizar o que tudo isto significa, talvez isso se espelhe na forma como nós, tradutores, nos apresentamos, individualmente e enquanto coletivo, como profissionais — mais uma vez a questão do estatuto —, como comunidade, às outras pessoas. Se nós próprios não sabemos bem o que é uma conduta profissional, se nós não nos sabemos apresentar... Como é que o outro nos vai ver? Como é que um advogado ou um médico vê a nossa profissão?

Quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

A primeira coisa que me ocorre é o que a ética é para mim e o que ela é para a comunidade. E talvez dissesse coisas diferentes para os dois casos (...) Para mim, por exemplo, eu não traduziria neste momento algo que soubesse que iria fazer mal a alguém, como um texto racista ou discriminatório ou ofensivo — eu não o faria, se tivesse consciência disso — exceto, se fosse algo histórico, por exemplo, um texto que servisse para documentar a realidade de um determinado período, mas não um documento de propaganda discriminatória. E neste momento tenho uma questão que penso que é ética e que me causa algum conflito se eu parar para pensar nela. Eu tenho um cliente israelita — e eu já vi certos comportamentos da parte desse cliente, a nível *online* — e sei que a posição dele face às mulheres não coincide com a minha. E causa-me conflito trabalhar com ele, embora ele nunca tenha sido ofensivo pessoalmente, mas pergunto-me para que estou eu a lidar com esta pessoa. Isto para dizer que talvez as pessoas se possam dar ao luxo de certos comportamentos éticos quando estão numa posição confortável. Se calhar no início de uma carreira queremos é trabalhar e pôr a comida na mesa com a nossa profissão e não pensamos tanto nisso. E à medida que a nossa vida profissional vai avançando, podemos vir a pensar mais nisso. Então, talvez, a conduta ética seja um luxo. (...) Para defendermos aquilo em que acreditamos, os nossos valores, precisamos de ter poder para isso — não é o *underdog* que o vai fazer. Isto do lado da ética pessoal. Por exemplo, também já me deparei com colegas que não traduzem textos que vão contra a sua fé. (...) E é uma posição muito nobre conseguirmos defender, em todas as circunstâncias, a nossa fé, seja ela religiosa ou política ou outro tipo de crença. E há tradutores que o fazem, mesmo em condições precárias.

Em relação a máximas de conduta profissional para a comunidade, a primeira coisa que me lembro são os lugares-comuns, como entregar o trabalho a horas e com qualidade, manter a confidencialidade — num sentido mais amplo daquele que eu penso que é praticado, que

passa por não falar dos clientes, dos colegas, das tarifas, das condições, em lado nenhum, nem sequer no *facebook* em tom de desabafo. Para mim é tão importante eu não dizer que trabalho com aquela pessoa, como aquela pessoa não dizer aos outros que eu pratico aquela tarifa. Ou quando eu assino um acordo de confidencialidade com um cliente, que eu não o divulgue, como ele, por exemplo, não divulgar o meu e-mail. Mas isso acontece. Quer as pessoas tenham consciência ou não, quer seja intencional ou não, eu vejo clientes meus a colocarem o meu endereço de e-mail em correspondências onde mais pessoas me conseguem ver. E penso que isso não se faz. Eu tenho direito a que mais ninguém saiba que eu trabalho para aquela pessoa ou que o meu e-mail não seja divulgado, que é quase a minha morada. Conhecemos casos, por exemplo, em que um PM (gestor de projetos) sai de uma empresa e leva os contactos dos colaboradores para outra empresa — números de telefone, NIB, moradas — e penso que isso não é ético, não é profissional. (...) Para mim [a confidencialidade] é importante. E aquilo que eu posso revelar nas redes sociais, acerca de mim mesma, não concede o direito a outros de fazerem o mesmo em relação a mim. A qualidade é outra grande questão. Para mim "qualidade" não é a mesma qualidade que eu leio nos códigos das associações de tradução. Eles referem claramente que o tradutor deve ser fiel para com o original e eu quero ser fiel, sempre, para com o meu leitor. Portanto, há aqui um atrito. (...)

Tendo em conta a sua formação, e carreira profissional enquanto professora, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

Na Universidade Nova, existe um seminário de tradução, onde uma das subalíneas do programa é ética da tradução. E existem textos, nesse programa, que abordam a ética da tradução. Mas não conheço mais nenhum caso. Não quer dizer com isso que não existam.

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outros tipos de texto?

Não se pode comparar com outros tipos de texto. Para mim isso é tão vasto que eu não consigo pensar assim... Mas eu nunca tinha pensado, ou repensado, no texto jornalístico neste sentido até. (...) Aconteceu-me uma situação específica. Eu traduzia para o *Observador* como sempre traduzo para qualquer cliente, obviamente tendo em conta a tipologia de texto, o público-alvo, etc., até que me chamaram a atenção de que o que eu estava a fazer não era um bom trabalho. Para eles, aquilo não era tradução. Eu estava a traduzir e não a transeditar. E eles queriam transedição. Obviamente que não mo disseram por estas palavras, mas neste caso — e estou a falar de uma tradução de uma entrevista —, eu traduzi tudo e legendou-se tudo, e recebi um e-mail a dizer que não era assim que se fazia em contexto jornalístico. O que se faz, descodificando essa mensagem que recebi, é transeditar. Portanto, eles queriam que eu repensasse o texto aos olhos de um jornalista e do público-alvo, não podendo transmitir tudo o que a pessoa entrevistada está a dizer, e desse quase uma explicação, ou uma explicitação, e um resumo, simultaneamente, do que estava a ser dito na entrevista. E tive de parar e pensar para comigo: "obviamente que eu não estou a aplicar aquilo que eu sei sobre tradução jornalística, nem o conceito de transedição àquilo que eu estou a fazer". E foi aí que percebi a minha falha. Isto para dizer

que, neste caso, um editor me lembrou do poder que eu tinha sobre o texto. E eu estava a esquecer-me disso, estava em piloto automático.

Um poder análogo ao que os jornalistas têm sobre os materiais que eles trabalham.

Exatamente. O poder de cortar, colar, adaptar, explicar, remover informação que não é útil... E parece que, independentemente dos nossos anos de experiência, a nossa configuração padrão é a tal fidelidade! E talvez tenhamos de ser lembrados de vez em quando de que se espera mais de um tradutor.

Entrevista pessoal a Francisco Ferreira a 10 de dezembro de 2015

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

Penso que é pertinente pensar na ética da tradução, no sentido de salvaguardar o tradutor em alguns casos onde este possa não querer fazer uma tradução por alguma razão. Seja pelo tema, que por motivos éticos ele não queira traduzir, ou por ser um texto da autoria de uma personalidade que representa algo. Seja em contexto jornalístico, por exemplo, uma peça de opinião de alguém cujos valores vão contra os do tradutor. Acho que se deve falar e pensar sobre isso, mas sabendo que é um tema muito vago e que tem muitas arestas por limar. [Em relação aos valores] há uma linha que separa... Os nossos valores não têm de ser os valores de toda a gente, mas há valores que são errados, como a xenofobia, o racismo, a discriminação seja ela de que tipo for. Isso é independente da cultura em que nos possamos encontrar. Não é subjetivo.

Quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

Para mim, a ética que se aplicará à tradução é uma ética transversal a tudo o que será uma profissão. A tradução tem as suas características, outras profissões hão de ter outras, mas temos de saber respeitar o que assinamos e para quem trabalhamos; isto significa saber respeitar os acordos de confidencialidade — o que não é difícil de fazer —, saber como pedir ajuda a outras pessoas — ou seja, se estamos a fazer um trabalho que envolve não podermos dizer publicamente para quem estamos a trabalhar, temos de saber o que podemos perguntar a outras pessoas (...), devemos saber omitir nomes, por exemplo; essas pequenas coisas são muito importantes para o trabalho [de um tradutor]. A questão da ética é muito isso. Portanto, os acordos de confidencialidade, respeitar para quem trabalhamos e não partilhar aquilo que não temos necessidade de partilhar.

Tendo em conta a sua formação, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

Falando de ética neste sentido, que eu considero ser mais prático, não falamos. Abordámos do que foi em tempos a moral dos tradutores: basicamente questões relacionadas com a fidelidade. Mas não julgo que essa ética seja igual à ética de que aqui falamos. Isso estará mais ligado a algo de igual importância, mas que talvez sejam conjuntos de características e valores profissionais que se manifestam no trabalho.

Boas práticas de trabalho?

Podem não ser necessariamente boas, mas são as práticas de cada pessoa. O cliente estará ou não de acordo. Há pessoas que dão muita importância e põem o texto de partida muito acima do de chegada — especialmente cá em Portugal — e há pessoas que, talvez, não o façam. Há pessoas que traduzem de forma muito imparcial e outras que o fazem à revelia para ir contra as pessoas que o fazem em demasia. Esse é talvez um aspeto bom e mau da cultura onde nos encontramos. A língua inglesa tem um peso muito grande (...); culturalmente sempre venerámos [outras culturas], seja a inglesa ou a francesa. Há trinta ou quarenta anos, a cultura francesa estava no pináculo; talvez hoje em dia seja a inglesa. E poderá ser por isso que haja um decalque tão grande hoje em dia — as coisas são legendárias e nós engajamos nelas. E isso é resultado disso mesmo, de termos assimilado tanto a língua inglesa e de não pensarmos muito nisso (...); mas é isso, nós não desafiamos a língua inglesa. Fartamo-nos de rir, por exemplo, do que os brasileiros fazem, de forma geral, mas se calhar não pensamos muito no quanto isso significa "dar um murro na mesa" —, não há nada a entrar no país, tudo é traduzido. Traduzem, por exemplo, as casas do Harry Potter. Coisas das quais nos rimos por eles traduzirem. Mas isso tem um significado cultural. Significa que a cultura deles [do Brasil] está acima das outras e não querem assimilar outras culturas. Pelo menos, é assim que eu o vejo.

De qualquer forma, ao pôr isso em prática, já é trazer valores pessoais para o trabalho pessoal, que é algo muito importante e indispensável, mas já não vejo isso como ética. Porque traduzir algo de uma certa forma para ser mais ou menos fiel ao leitor, não faz de um tradutor mais ou menos ético. É assim que eu vejo. Posso ter uma opinião sobre isso, e tenho, mas não consigo dizer que isso seja mais ou menos ético. E nas aulas essa foi sempre a grande questão, porque não tivemos — nem há em Portugal, que eu conheça — uma cadeira de ética profissional. O que se analisou foi a ética do tradutor no passado, quando os tradutores eram censurados durante tanto tempo. (...)

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outras tipologias textuais?

Em termos éticos não deveria [apresentar maiores problemas], porque penso que — e tem a ver com algo pessoal — se vivemos num meio onde existe liberdade de expressão, toda a gente tem liberdade para se exprimir, seja a dizer o que for. Eu traduzi coisas com as quais, obviamente, não concordava pessoalmente: visões deste país ou de outro (...); mas penso que não devemos deixar de traduzir nada. Essa é a ideia de um jornal: informar as pessoas e depois cabe às pessoas que recebem essa informação fazer com ela o que quiserem. Mas um jornal não deve fazer uma seleção, nesse sentido. Claro que um jornal também não é um mero repositório de palavras, mas não deve selecionar nesse sentido.

[Em relação] àquilo que eu penso significar a palavra ética, um bom exemplo é um livro *80/20* escrito por um dos irmãos Koch, que no papel foram dos maiores responsáveis pela não evolução nos EUA, e conseqüentemente a nível global, no que diz respeito a medidas para prevenir alterações climáticas. Não traduzir um livro de uma pessoa como essa, se os valores da pessoa que o está traduzir forem contra isso, para mim isso é uma razão ética. Mas se estivermos a falar de, por exemplo, relatórios médicos onde sejam descritos, explicitamente, abusos sexuais — o tradutor poderá não querer traduzir por alguma razão, e pode ser uma razão tão válida como qualquer outra, mas não considero que isso seja uma questão ética. E penso que, às vezes, se fala de ética de forma demasiado abrangente. Penso que, por mais que sejam válidas [as razões], não têm a ver com valores éticos. Nesse caso, e noutros casos específicos que estejam relacionados com coisas horrendas que tenham sido feitas, não tem tanto a ver com ética, porque na verdade estamos a ajudar as pessoas que sofreram nessas situações. O tradutor pode recusar-se a fazê-lo por sensibilidade em relação ao tema ou por outro motivo qualquer.

Entrevista pessoal a Rita Gonçalves a 10 de dezembro de 2015

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

É importante pensar em ética na tradução. Por exemplo, nos meus estudos e na minha dissertação, cheguei à conclusão de que os jornais têm os seus guias de estilo — como é o caso da RTP1 —, mas nesses guias não existe nada de concreto sobre a forma como se deve falar sobre questões como, por exemplo, a homossexualidade, que têm implicações éticas. Nesse sentido, talvez se devesse falar de ética em tradução; para desenvolver esses aspetos da língua que ainda não foram estabelecidos anteriormente. Para dar um exemplo, como se deve verter, ou qual a melhor forma de verter, um determinado tema de uma língua para outra, tendo em conta todas as questões culturais e, necessariamente, éticas. Há muitos aspetos subjacentes.

Quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

Penso que devemos, enquanto tradutores, respeitar o original — talvez não necessariamente o autor, mas o que o texto original diz —, isso é uma obrigação ética para com o texto. Devemos fazê-lo não de forma independente, ou seja, o autor do texto tem de continuar a estar lá e, nesse sentido, também podemos falar de um respeito ético. (...) Também temos de respeitar os critérios da língua de chegada ou aquilo que será idealmente aceite na língua e na cultura de chegada, não submetendo em demasia o texto original, porque senão deixa de ser uma tradução e passa a ser uma adaptação ou outra coisa qualquer. No que diz respeito às relações entre tradutores e clientes e entre os próprios tradutores, é importante que estas sejam, mais uma vez, éticas. Essas boas relações

também definem o tradutor como sendo ético ou não, aquando da realização da sua profissão.

Tendo em conta a sua formação, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

Não, necessariamente. Falámos, no geral, nos aspetos que definem os tradutores: as suas competências linguísticas, etc. Discutimos, vagamente, as características que um tradutor deve ter, mas não abordámos, necessariamente, a sua ética.

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outras tipologias textuais?

Em colaboração com o *Observador*, não tive ainda a oportunidade de fazer muita coisa, mas penso que, de forma geral, o texto jornalístico não apresenta mais dificuldades do que outros tipos de textos. Contudo, terá as suas particularidades éticas, que não serão necessariamente mais do que outros tipos de textos — por exemplo, um relatório médico implica outras questões éticas —, mas não creio que as dificuldades éticas que o texto jornalístico possa apresentar sejam maiores do que outros casos; são diferentes.

Entrevista por e-mail a Marta Gama a 14 de fevereiro de 2016

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

Não só considero pertinente, como indispensável. Agir de forma ética é contribuir para a dignidade e para o reconhecimento da profissão de tradutor. Um tradutor deve agir de forma íntegra, possuir competência profissional, respeitar a confidencialidade e a confiança em si depositadas pelos clientes e respeitar e promover as boas relações com os seus colegas de profissão.

Quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

Como já referi, um tradutor deve privilegiar a honestidade e integridade, possuir as competências linguísticas, técnicas e profissionais necessárias, respeitar a confidencialidade e a confiança depositadas pelos clientes e promover as boas relações entre os colegas de profissão, dando provas de lealdade e solidariedade. Em suma, deve procurar ser um bom humano e um bom profissional.

Tendo em conta a sua formação, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

[Sim e não.] A questão da ética tradutória é abordada em algumas cadeiras como Teoria da Tradução e noutras disciplinas mais gerais, mas, do que me lembro, foi mais uma questão que surgiu no decorrer de outra discussão do que exatamente um tema debatido ou que fizesse parte do programa. Eu diria que a ética não é esquecida, mas ainda não tem o lugar de destaque que merece. É bastante visível a necessidade de promover a discussão da ética profissional entre alunos que aspiram a ser tradutores, para que estes possam ser melhores profissionais.

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outras tipologias textuais?

Não necessariamente. Um tradutor deve tratar todos os projetos de igual forma e com o maior profissionalismo que lhe for possível. Há que respeitar sempre a mensagem do original, procurando servir os melhores interesses do cliente. Quando não é possível agir de forma leal e imparcial, não se deve aceitar o projeto em causa.

Entrevista por e-mail a Ana Hermida a 14 de fevereiro de 2016

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

Considero, porque o resultado do trabalho do tradutor depende diretamente da sua ética da tradução.

Se sim, quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

Para não me repetir muito, considero este artigo <http://nriopreto.com/sobre-mim/etica-na-traducao/> muito acertado. Concordo com tudo o que diz.

Tendo em conta a sua formação, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

Não, apenas talvez nas associações de tradutores. Por exemplo, a APTRAD (<http://aptrad.pt/estatutos>) nos estatutos menciona precisamente a promoção da ética na tradução no artigo 3.º alínea b).

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outras tipologias textuais?

Talvez no aspeto da isenção, tal como o jornalista também deveria ser isento, mas, de resto, creio que apresenta problemas éticos parecidos com outras tipologias textuais.

Entrevista por e-mail a Bernardo Rodrigues a 14 de fevereiro de 2016

Considera pertinente, em relação à conduta profissional do tradutor, pensar numa ética da tradução? Porquê?

Enquanto profissional e gestor do seu próprio negócio, o tradutor deve seguir um código de valores que permitam que a sua carreira se desenvolva com a devida saúde financeira e física. Se considerarmos apenas o aspeto financeiro da ética da tradução, podemos verificar que é, muitas vezes, relegada para segundo plano ou até mesmo ignorada nos maiores *sites* de procura e oferta de trabalhos de tradução (ProZ e afins), onde a oferta de serviços a preços reduzidos é justificada com variadíssimas razões, desde experiência a custos de vida/rendimentos, formações e ferramentas usadas.

Quais diria serem os critérios que um tradutor deve respeitar para que a sua conduta possa ser considerada “ética”?

Com os exigentes, na sua maioria, controlos de qualidade para as traduções, creio que não será necessário considerar o conteúdo de uma tradução na conduta de um tradutor, não querendo misturar a conduta ética com a profissional. De modo a ser considerada ética, a conduta do tradutor deve determinar valores adequados ao seu mercado, evitando o *dumping* de preços e contribuindo para uma maior coerência na oferta e procura; numa questão pessoal, é ético que o tradutor procure considerar-se um empregado no seu negócio e adequar o horário de trabalho como se gerisse qualquer outro funcionário; numa questão interpessoal, é ético que o tradutor respeite quaisquer condições de confidencialidade impostas pelo cliente e que cumpra as suas próprias imposições de prazos e/ou ferramentas adequadas. Além disso, é sempre benéfico que os tradutores denunciem condutas, clientes ou empresas que prejudiquem o mercado e/ou a prática da tradução em espaços como o *Blue Board*, por exemplo.

Tendo em conta a sua formação, considera que existe, no ensino da tradução em Portugal (e em particular nas universidades), algum espaço dedicado a questões relacionadas com a ética tradutória?

Pelo que pude perceber na licenciatura, no mestrado e em algumas conferências sobre tradução, não houve qualquer espaço dedicado a esta questão. É evidente que se ouvem algumas discussões sobre práticas menos corretas ou mais surpreendentes, mas não há uma incidência direta sobre o tema. Seria bastante vantajoso, creio eu, ter mais formação sobre como gerir um negócio *freelance*, como o da tradução, com as devidas condutas éticas a nível financeiro, pessoal e interpessoal.

Face à sua colaboração com o jornal *Observador*, pensa que o texto jornalístico apresenta maiores problemas éticos aos tradutores do que outras tipologias textuais?

Até ao momento, a minha experiência foi muito curta, com apenas duas colaborações, mas o texto jornalístico não apresentou maiores dificuldades quanto à ética, creio que a imparcialidade inerente deve até facilitar a transmissão da mensagem. O tradutor não deve tecer juízos de valor quanto ao conteúdo ou intenção do original e, salvo notas de tradutor ou explicações de referências, não terá espaço/opportunidade para o fazer.

ENTREVISTAS AOS JORNALISTAS DO *OBSERVADOR*

Entrevista pessoal a Diogo Queiroz de Andrade, diretor criativo do *Observador* a 3 de novembro de 2015

Qual é que considera ser a distinção entre a conduta profissional no contexto jornalístico e a ética jornalística? Existe alguma distinção?

Sim, claro que existem distinções. A ética jornalística é um princípio que está acima da conduta profissional, ou seja, diz respeito a princípios que balizam e validam todo o trabalho jornalístico. Isso quer dizer que toda a ação jornalística tem de ser balizada por essa ética; e essa ética que é um valor moral, diz respeito aos princípios morais conhecidos (...) e pré-definidos que balizam todo o trabalho. A conduta profissional tem mais em conta o trabalho prático. Tem a ver com lealdade ao órgão de comunicação a que se pertence, tem a ver com a capacidade de cumprir prazos, tem a ver com cumprir o trabalho com os requisitos que foram pedidos, tendo sempre em conta que a ética jornalística está presente. Quando eu peço a um jornalista para fazer uma reportagem eu não preciso de dizer para ele a fazer com ética jornalística, eu já presumo isso. O que eu peço é que o jornalista entregue o trabalho num determinado prazo, com um determinado conjunto de constituintes multimédia, com uma determinada abordagem à história ou não, etc. Estamos a falar de uma série de alíneas, que são práticas, mas a tudo isto preside a ética jornalística.

Neste âmbito, quais são para si os principais parâmetros éticos que um jornalista deve observar?

São os princípios da ética jornalística: ser isento; ser objetivo, na medida do possível, porque estamos a falar de valores absolutos que são inatingíveis (...); respeitar as fontes, ou seja, respeitar aquilo que aconteceu, aquilo que as pessoas disseram ou a sua privacidade...

E no contexto digital, característico do *Observador*, é igualmente importante a atribuição dos *links* às fontes noticiosas?

Exatamente. Fazer a atribuição no digital é ainda mais importante por uma razão muito simples: porque não tem sido hábito fazê-lo, especialmente em Portugal, noutros sítios também se tem verificado o mesmo, mas no nosso país o digital tem servido como uma desculpa para não se citarem as fontes. Citar as fontes é essencial no âmbito da ética jornalística. A ética jornalística deve ser cumprida independentemente do meio, quer seja no digital, na televisão ou em qualquer outro. O meio não interfere com a ética jornalística, porque ela também está acima disso e, por isso, quando é preciso trabalhar em jornalismo, é preciso fazê-lo com ética e, neste caso concreto, isso significa fazer atribuições e citar fontes.

Esses parâmetros que identificou – a isenção, a objetividade, etc. – aplicam-se de forma transversal a todo o tipo de peças jornalísticas? (reportagens, notícias, artigos de opinião, etc.)

Claro que sim.

Em relação à presença da questão ética nas instituições de ensino portuguesas que formam os jornalistas, considera que ela ocupa um papel central nessa formação?

Eu já não me encontro no meio universitário e académico do jornalismo há uns anos. Creio que se fala sobre ética, que se discute sobre ética, mas sempre enquanto pressuposto teórico, ou seja, são dados [aos alunos] os princípios da ética jornalística. Provavelmente, discutir-se-á pouco o modo como ela se processa no dia-a-dia, porque nós somos confrontados com problemas, com questões que põem à prova essa ética jornalística. E eu creio que isso não é suficientemente abordado nas universidades, porque as universidades têm uma componente fundamentalmente teórica e não se querem preocupar com a parte prática - isto no jornalismo, obviamente -, logo não dão destaque a essas questões que são também, evidentemente, práticas. Mas essa é apenas a impressão que eu tenho face ao estado dos jornalistas licenciados que chegam aqui [à redação].

E sabe se, nas universidades, é recomendado algum código deontológico específico aos estudantes de jornalismo?

O código deontológico que existe é o do jornalista e eu espero que todos os alunos de comunicação social cá em Portugal leiam e conheçam o código deontológico do jornalista. Seria o mínimo.

Nesse âmbito, o *Observador* também segue esse mesmo código?

Sim, claro. O que não quer dizer que não gostasse, pessoalmente, que algumas coisas fossem revistas, porque penso que o código deontológico [do jornalista] está desatualizado nalgumas coisas. (...) Uma revisão periódica seria importante, mas não é determinante, não existe nada no código contra o qual nos debatamos.

Fora do contexto da ética jornalística queria fazer-lhe uma pergunta relativamente ao funcionamento e ao fluxo de trabalho no *Observador*. Enquanto diretor criativo, será que pode descrever, ainda que brevemente, como se dá esse fluxo, dentro da redação?

Vou tentar... Em relação ao trabalho, nós trabalhamos com vários fluxos simultâneos. O jornalismo é, normalmente, o produto de um caos organizado – esta é a melhor descrição possível –, e às vezes quanto maior o caos, maior é a qualidade do jornalismo. Isto parece estranho, mas a verdade é que funciona mesmo assim. Nós trabalhamos com alinhamentos horizontais e verticais. Isso quer dizer que, na vertical, temos as secções – existe uma secção de política, de economia, de país/sociedade, há uma minisecção de tecnologia e de ciência –, e nós temos *outputs* de cada uma dessas secções, que tem uma relativa (ou enorme) autonomia para cobrir as áreas a que se dedicam. Ao mesmo tempo, temos uma área de atualidade a que estamos a dar cada vez mais importância, porque as *breaking news* são um fator cada vez mais decisivo no jornalismo. Essa área de atualidade está, também, a autonomizar-se, enquanto secção própria, sendo que as questões de atualidade, quer nacional ou internacional, pertencem elas mesmas a [outras] secções. Mas, tendo em conta a importância das *breaking news* que temos de tratar no momento, é difícil compaginar isto com o trabalho normal das secções. Estamos, portanto, a falar de uma linha vertical e de uma linha horizontal, isso é importante. Para além disso, existe todo o trabalho que os

jornalistas fazem individualmente e que pode não ter a ver, diretamente, com as áreas que cobrem, nem com o trabalho que estão a fazer naquele momento. Isso quer dizer que nós, jornalistas, somos também “cata-ventos” de notícias e de informação, porque sabemos pegar numa informação que pode ser interessante. Um jornalista de tecnologia pode deparar-se com uma situação, num contexto familiar, pessoal ou de amigos, que lhe desperta uma ideia para uma reportagem, e pode nem ser ele a fazê-la. Aliás, cada vez mais, a obrigação do jornalismo, e dos *media* digitais em particular, é estar atento ao *feedback* da sociedade, que pode vir tanto de pessoas próximas, como de desconhecidos. Nós recebemos *e-mails* de pessoas com ideias para reportagens que são interessantes. Aqui já estamos a falar, para além do alinhamento horizontal e vertical, de *inputs* internos e externos. É um caos organizado que é gerido por duas ou três pessoas, de modo a que o produto final visível por todos corresponda às sensibilidades e capacidades da redação. (...) Por isso é que é cada vez mais importante nós estarmos ligados à sociedade para a qual trabalhamos, porque só assim podemos ter a capacidade de a representar, em termos de histórias e daquilo que é necessário saber.

E quem são as pessoas que fazem a gestão da redação?

Neste momento, em grande medida, será o David [Dinis], a Filomena [Martins] e eu, sendo que depois existem os tais elementos verticais que são responsáveis pelas secções e que sabem mais sobre essas secções do que nós os três alguma vez saberemos. São pilares absolutamente estruturais e cada um é fundamental em si mesmo. Não são substituíveis por nenhuma das outras pessoas.

Entrevista pessoal a Catarina Marques Rodrigues a 4 de novembro de 2015.

Qual é que considera ser a distinção entre a conduta profissional no contexto jornalístico e a ética jornalística? Existe alguma distinção?

Penso que uma coisa está ligada à outra. A conduta está ligada à ética, sem dúvida. O principal objetivo [do jornalista], ou a sua principal missão, é informar — de forma correta, com todos os factos, se possível com todas as partes do mesmo assunto. Em relação à ética, penso que o essencial é o jornalista saber que está a transmitir corretamente aquilo que lhe foi dito e não está — na forma como escreve ou como a peça é editada — a deturpar aquilo que lhe foi dito. Mas é preciso que o jornalista também não tenha medo de o dizer. Ou seja, as pessoas quando estão a falar com um jornalista sabem que são responsáveis pelas palavras que dizem e sabem a importância disso mesmo (...) Por exemplo, no meu caso, eu escrevo muito acerca de temas LGBT, sobre igualdade de género, etc.; e não posso ter medo de dizer aquilo que as pessoas me contam, embora eu saiba que se calhar grande parte da população pode não estar preparada para as ouvir. Agora, eu também tenho de perceber que às vezes há pessoas que me dizem coisas, que são a realidade delas — que envolve os filhos delas, as relações homossexuais delas ou o facto de serem transgénero —, e que me dizem coisas que eu sei que a maioria das pessoas não vai entender. E muitas vezes tenho

de desconstruir essa linguagem. Por exemplo, vou a um encontro da ILGA²¹ e falam sobre parentalidade; pode haver muitas pessoas que não percebem automaticamente, então eu tenho de dizer que o principal objetivo da ILGA, neste momento, é que os casais homossexuais possam adotar, em vez de falar de parentalidade. Talvez no meu caso a minha ética se bata muito com transmitir as mensagens que as pessoas me transmitem a mim — as suas visões, os seus medos, as suas dificuldades e desejos —, mas ao mesmo tempo desconstruir isso para o cidadão comum que me vai ler. E quando se desconstruem as mensagens que as pessoas nos passam, estamos a chegar ao cidadão comum — a maioria das pessoas — e chegamos, simultaneamente, ao cidadão mais próximo da área em questão. E a nossa missão é um pouco essa — a minha, pelo menos, passa muito por aí. Porque muitas vezes falo de temas — ou tento falar de temas — de que poucas pessoas falaram, ou que estão mais escondidos, para as pessoas poderem conhecer realidades novas. Acho que isso também deve ser um dos objetivos dos jornalistas: dar novidades, não coisas triviais que rapidamente se tornam obsoletas, mas realidades diferentes: pessoas que vivem de forma diferente da nossa, ou de forma menos comum, pessoas com pensamentos diferentes, pessoas que têm crianças diferentes. Penso que uma das nossas missões deve ser essa: abrir os horizontes e mostrar que o mundo é mais diverso do que aquilo que nós podemos achar. Mas nesse processo tem de haver uma grande ética. Por exemplo, quando eu estou a transcrever uma entrevista, muitas vezes as pessoas perdem-se naquilo que estão a dizer e é preciso saber ligar as peças todas para que a mensagem passe. Por outro lado, quando tratamos de questões relacionadas com minorias — sejam minorias de género, minorias sexuais ou raciais até —, as pessoas, os entrevistados, tentam sempre que o jornalista diga aquilo que elas querem dizer; porque têm mais reivindicações (...), mais questões que querem ver resolvidas, mas é preciso saber manter uma visão crua e distanciada e conseguir filtrar o que é realmente necessário e aquilo que serve para empolar as suas mensagens. Existe ainda um outro aspeto, no caso das questões de género: é preciso acompanhar muitas vezes as vidas das pessoas, as histórias tocantes, histórias diferentes, que despertam curiosidade... devemos contar a história como ela é, seja emocionante ou não, mas sabendo contar os factos. (...) Nunca devemos contar apenas um lado da história. Devemos mostrar o que está mal, mas dando conta do contexto todo. Eu tento fazer isso. Senão, nem as minhas fontes me respeitam, nem o cidadão comum. (...) E as pessoas depois decidem, se gostam daquela história, se lhes tocou, se acham que não há nada de mal com a história ou pelo contrário. Penso que o trabalho só fica completo assim.

Neste âmbito, quais são para si os principais parâmetros éticos que um jornalista deve observar?

Penso que o principal é o respeito pelos leitores, pelos espectadores. Quando digo respeito, falo de tentar ficar a saber o mais possível sobre uma determinada questão, o maior número de perspetivas possíveis — às vezes não são precisas muitas, mas têm de ser perspetivas sólidas (...); tentar, sobretudo, explicar às pessoas e não partir do pressuposto de que elas percebem um tema à partida. E isso também acontece muito aqui [no *Observador*], porque as pessoas não são obrigadas a saber. (...)

²¹ Associação ILGA Portugal — Intervenção Lésbia, Gay, Bissexual e Transgénero

E em relação a esse distanciamento de que fala, e que considera necessário ter enquanto jornalista, como é o que o gere face ao tipo de questões sensíveis que frequentemente trata no seu trabalho e sobre os quais terá, também, uma posição?

Não acho que uma pessoa, por ser jornalista, não possa acreditar em causas. Agora, a missão do jornalista é saber fazer esse distanciamento. O que é que é preciso fazer? Eu, por exemplo, por contactar com mais pessoas ou associações ligadas a este tipo de temas, vou tendo acesso a mais histórias. Por isso é que eu as partilho primeiro aqui, no *Observador*, com os meus editores e depois também tenho esse filtro de perceber o que é realmente importante ou não. Antes de tudo, isso parte de mim. Mas penso que isso vem muito do crescimento pessoal [do jornalista]. Eu tenho uma posição, obviamente, sobre os assuntos, porque penso que isso também faz parte do processo, à medida que vou escrevendo e lendo acerca dos assuntos — embora já a tivesse anteriormente —, e talvez, também por isso, achasse que havia coisas que não eram faladas, não eram conhecidas, porque ninguém reparava nelas. Por isso, penso que só pode ser bom tomarmos uma posição, na nossa vida pessoal, mas se soubermos ter a devida distância. Eu posso ficar emocionada com uma história, mas depois penso sempre no leitor que a vai ler e que não tomou contacto com ela como eu tomei. E não parto do pressuposto que toda a gente apoia uma determinada causa ou que vai ter a mesma reação. Conto as coisas como elas são, de forma crua, e tento fazer isso na escrita. E depois deixo que a pessoa decida a sua própria posição. (...) E poderei até fazer perguntas aos entrevistados que depois não incluo na reportagem, porque me interessam pessoalmente. Mas tenho muito presente aquilo que é importante para o meu leitor ficar a saber. "Contar as coisas como elas são" — é sempre isso que eu penso. E com os entrevistados tento captar, ao máximo, os factos. (...) Porque estas histórias têm, normalmente, um impacto emocional muito forte.

Esses parâmetros que identificou — o respeito pelo leitor, a distância, etc. — aplicam-se de forma transversal a todo o tipo de peças jornalísticas? (reportagens, notícias, artigos de opinião, etc.)

Penso que sim. Os valores aplicam-se de forma transversal — a clareza, contar os factos como eles são, a objetividade, apresentar várias perspetivas, explicar —, isso aplica-se de forma geral. O que pode acontecer é que, no caso de uma notícia, que é algo muito mais objetivo, os factos são resumidos a "quem", "como", "onde", "o quê". Mas essa mesma notícia pode originar uma reportagem posterior. (...) Na reportagem é preciso, igualmente, dar conta desses factos, mas podem-se dar mais alguns detalhes, da experiência das pessoas envolvidas, por exemplo. Há liberdade para se ser mais criativo, mais ousado, sem deixar de dar os factos, obviamente.

A sua formação foi em jornalismo?

Não. A minha licenciatura foi em Política e Relações Internacionais. Depois comecei um mestrado e uma pós-graduação na Universidade Nova em Jornalismo.

E considera que a questão ética ocupa — e ocupou no seu caso — um papel central nessa formação nas instituições de ensino?

No mestrado, sim. No início é bastante abordada a questão da objetividade, dos factos, da clareza... Essa mensagem é-nos transmitida. Porque quando começamos, enquanto

formandos de jornalismo, temos a tendência de querer elaborar imenso as nossas peças, ter uma prosa lindíssima. É frisada a importância dos factos: "o quê", "quem", "onde", etc.

É recomendado aos estudantes seguirem algum código deontológico jornalístico?

Na licenciatura não sei. O meu ensino jornalístico foi mais temático; tive cadeiras de Jornalismo Cultural, Jornalismo Político... Deontologia nunca tive, mas abordavam-se algumas ideias.

A linha editorial do *Observador* segue algum código deontológico específico?

Não. Muitas vezes são os editores que nos passam determinadas diretrizes, como ser mais objetivo, neste ou naquele caso. Até colegas... A forma como se faz e como se trabalha é transmitida de uma pessoa para outra. Passa por uma educação coletiva. Mas claro que existe o código [deontológico] geral do jornalista. (...) Uma das máximas do *Observador* é a liberdade. É uma das que eu mais prezo e que o jornal onde trabalho também preza.

Entrevista pessoal a Pedro Esteves a 4 de novembro de 2015.

Qual é que considera ser a distinção entre a conduta profissional no contexto jornalístico e a ética jornalística? Existe alguma distinção?

Eu tento fazer com que uma não colida com a outra, porque uma compromete a outra. A minha conduta define a minha ética e vice-versa. Tento não fazer nada que vá contra a ética jornalística e, portanto, respeito-a. Por outro lado, precisamos de ter presente a responsabilidade que temos enquanto meio — e a ética que isso envolve — e usar isso para desenhar a nossa conduta. Um exemplo prático: quando somos convidados a ir a assistir a algum evento, não podemos deixar de dizer mal desse evento, se for esse o caso, simplesmente porque nos foi paga a viagem. Esta é a linha que é muito importante definir. E é preciso que seja definida à partida com quem nos convida a fazer alguma coisa. Houve um congresso, por exemplo, se correu mal, o jornalista tem de dizer que correu mal. Se ele não disser, apenas porque lhe foi paga a viagem... Se o jornalista seguir a sua verdade, a ética estará sempre salvaguardada. E isso é uma boa conduta. Verdade no sentido de integridade.

Neste âmbito, quais são para si os principais parâmetros éticos que um jornalista deve observar?

O principal é a verdade. Mas isto é muito subjetivo, tremendamente subjetivo, porque cada um tem a sua verdade. Mas é perante os factos que são apurados para construir uma peça, seja ela de que tipo for... É um pouco seguir a direito custe o que custar. Acho que é o mais importante. Porque esse é o nosso papel. Depois depende também do tipo de conteúdo... Vou dar-lhe um exemplo. Tivemos há pouco uma convidada [no estúdio] e uma das perguntas que tinha para ela envolvia o seu ex-marido. E mostrei a pergunta ao [...] e percebi que era demais. Por isso depende do registo. Queríamos fazer com ela um trabalho jornalístico com uma certa graça e que a desse a conhecer ao público, mas se tivesse feito aquela pergunta provavelmente teria sido agressivo e teria estragado tudo. Ela iria ficar

zangada, se calhar triste, porque foi um divórcio recente... iria ficar melindrada comigo. E tirei a pergunta. E agora poder-se-ia dizer que corrompi o meu plano inicial, mas não comprometi a entrevista. Se tivesse feito aquela pergunta — isto é tremendamente subjetivo —, talvez tivesse estragado tudo e [a entrevista] teria sido uma porcaria. Ao respeitar a dica de que o assunto era sensível, não comprometi o meu trabalho final. E também não era uma coisa absolutamente essencial — portanto deixei cair. Tem de ser visto sempre de caso a caso. Às vezes é preciso fazer escolhas. (...) Eu decidi para bem do produto final. A principal guia é mesmo ir o mais possível à procura da verdade. Penso que é a grande baliza. No nosso caso, aqui no *Observador*, temos uma preocupação mais refinada, parece-me, comparativamente a outros sítios. No dia em que o jornal começou, um dos nossos diretores disse uma frase que me ficou gravada e penso que é muito o guia daquilo que nós fazemos aqui: "nós não queremos ser os primeiros a dar a notícia, queremos ser os primeiros a explicar a notícia". E a minha preocupação enquanto jornalista é explicar às pessoas porque é que algo é importante. Isto vai de novo ao encontro da verdade — com as devidas aspas na palavra —, mas isso para mim é um guia. (...)

A sua formação foi em jornalismo?

Não. O meu percurso não é nada típico. Eu venho das ciências da saúde — sou analista clínico — trabalhei vinte anos em serviços de transfusão de sangue. Mas estou ligado à comunicação há muitos anos. Sou locutor de rádio há mais de vinte anos, trabalho há onze na TSF, na locução, não no jornalismo. Mas como jornalista só comecei aqui. (Desde o início do *Observador*.)

E sabe se, nas instituições de ensino portuguesas, a questão ética ocupa um papel central na formação dos jornalistas?

Repare, se as pessoas não tiverem, elas mesmas, um comportamento ético, também não irão ter uma conduta profissional ética. Eu não tenho formação em jornalismo, embora esteja ligado à comunicação há muitos anos, mas tem a ver com a maneira de ser. Uma maneira de ser que se adapta, neste caso, a esta nova função que é ser jornalista.

A linha editorial do *Observador* segue algum código deontológico específico? Qual?

Temos o código deontológico [dos jornalistas] que é público e transversal a todos os jornalistas portugueses e que está disponível na *site* da Comissão da Carteira [Profissional de Jornalista]. E é esse o documento base, o documento de referência para todos. Uma coisa é o livro de estilo... Em termos de ética e deontologia, todos os jornalistas em Portugal devem seguir aquelas linhas de guia. (...) E penso que todos temos presentes essas linhas de forma muito intuitiva.

Entrevista pessoal a Vera Novais a 2 de novembro de 2015.

Qual é que considera ser a distinção entre a conduta profissional no contexto jornalístico e a ética jornalística? Existe alguma distinção?

Eu assumo no meu trabalho aquilo que assumo no meu dia-a-dia, na minha vida. Parece quase um lugar-comum, mas passa por não fazer aos outros o que não quero que me façam a mim. [Enquanto jornalista] não quero abordar uma pessoa de uma forma que seria desagradável para mim mesma. Eu ponho-me no papel do entrevistado. (...) E quando estou a escrever tenho cuidado — porque as pessoas quando estão a dar entrevistas, muitas vezes esquecem-se que estão a falar com jornalistas... E considerando que eu trabalho principalmente na área da ciência, encaro os temas e as pessoas que entrevisto de forma diferente se abordasse temas mais "polémicos". Mas às vezes as pessoas não se apercebem que dizem coisas que se arrependeriam de ter dito se aparecessem publicadas num jornal. Por isso, também faço uma triagem de informação; se penso que uma informação não é assim tão relevante para o público e pode prejudicar o entrevistado. Mas se for uma informação muito relevante para o público e se aquela pessoa a disse, não posso deixar de o publicar. E aqui é preciso encontrar um equilíbrio. Ou seja, o que não for útil para o público não precisa de ser dito, se for só para prejudicar alguém.

O público está em primeiro lugar, então?

É um balanço que fazemos. Porque as nossas fontes, à partida, não serão fontes que utilizamos apenas uma vez. Normalmente, construímos uma relação com as nossas fontes. Se quisermos fazê-lo. (...)

Neste âmbito, quais são para si os principais parâmetros éticos que um jornalista deve observar?

O jornalista trabalha para informar o público, portanto isso é um valor que ele tem de respeitar. (...) E relativamente ao que estava a dizer sobre a relação que estabelecemos com as nossas fontes, da mesma forma devemos cultivar uma boa relação com a nossa audiência. Claro que, por vezes, queremos informações que sabemos que as nossas fontes nos estão a ocultar deliberadamente. O diálogo que estabelecemos com as nossas fontes é diferente quando ambas as partes têm o mesmo objetivo. E a mim acontece-me mais esta última situação; os cientistas querem informar e eu quero que eles informem. É muito mais fácil. Outro ponto importante, já que estamos a falar de ética, é a relação entre jornalistas. Claro que existe sempre competição entre os diferentes órgãos de comunicação social, é normal e penso que até é saudável. Mas mesmo assim é preciso manter o respeito entre os jornalistas que trabalham para órgãos diferentes. (...) Por exemplo, se publicamos uma peça com base numa notícia que foi anteriormente lançada noutra jornal é preciso fazer a atribuição e valorizar e destacar essa fonte. E isto também faz parte da ética jornalística: atribuir o trabalho que foi feito a quem de direito. Citamos e dizemos quem foi que deu a notícia em primeira mão.

Esses parâmetros que identificou aplicam-se de forma transversal a todo o tipo de peças jornalísticas? (reportagens, notícias, artigos de opinião, etc.)

Sim, fazem parte da nossa conduta enquanto jornalistas e não do trabalho específico que estamos a fazer. Mas, por exemplo, a forma como nós abordamos os nossos entrevistados também dependa da postura que eles têm para conosco. Cada jornalista terá as suas próprias fronteiras éticas, ou seja, os limites que estabelece para o seu trabalho; e isso, sim, poderá variar entre jornalistas, consoante a área em que se trabalha. Por exemplo, em

política, o jornalista poderá ter de forçar muito mais uma resposta, porque os entrevistados estão muitas vezes a tentar desviar-se das perguntas (...) Mas também aqui existe um limite. E penso que isso é transversal às nossas vidas — onde é que acaba o respeito e onde começa a ofensa. (...) É preciso respeitar *sempre* os entrevistados, mesmo quando tentamos obter respostas difíceis.

Sabe se nas instituições de ensino portuguesas, a questão ética ocupa um papel central na formação dos jornalistas?

Curiosamente, penso que isso deveria ser uma questão importante em todas as áreas do saber. Eu fiz um percurso nas ciências, na área da biologia e não existe um espaço dedicado à ética. (...) No meu contacto com o jornalismo nunca houve um momento em que me tivessem dito "estes são os princípios éticos que se devem seguir". Mais uma vez, penso que a intuição desempenha um grande papel. Talvez os princípios nos sejam passados juntamente com os outros aspetos que fazem parte do jornalismo que vamos aprendendo.

A linha editorial do *Observador* segue algum código deontológico específico? Qual?

Existe o código deontológico dos jornalistas. Não existe uma definição mais específica. Aqui no *Observador*, seguimos os princípios que aí estão estipulados.

Entrevista pessoal a Filomena Martins, editora do *Observador*, a 2 de novembro de 2015.

Qual é que considera ser a distinção entre a conduta profissional no contexto jornalístico e a ética jornalística? Existe alguma distinção?

Existe um código de conduta para jornalistas que é apreendido, quando não na faculdade ou nos manuais, no primeiro momento em que um jornalista entra numa redação e quando se está a começar a carreira. E isso depende de uma série de questões. Os próprios jornalistas têm dentro de si o seu código de conduta. Tal como as pessoas têm um código de conduta quando estão em locais públicos, os jornalistas têm um código de conduta no exercício da sua profissão. (...) Diria que 70 % desse código de conduta é inerente à nossa vida social — sabemos à partida, enquanto jornalistas, que existe um conjunto de linhas vermelhas que não devem ser ultrapassadas, porque esse código social não o permite e porque as restantes regras deontológicas não o permitem também. A primeira regra ética do jornalismo chama-se "bom senso". Faz parte da conduta diária de qualquer pessoa.

Neste âmbito, quais são para si os principais parâmetros éticos que um jornalista deve observar?

Primeiro devemos preservar os protagonistas das notícias que publicamos. Há limites, dentro do que se pode dizer. Uma coisa é um jornalista falar do namoro entre o primeiro-ministro e quem quer que seja — não me interessa absolutamente nada, a não ser que... Qual é esse limite? Se o PM tem uma namorada, à partida isso não é notícia. Mas se essa namorada, de alguma forma, muda a forma como ele faz política, passa a ser notícia. O limite aqui é muito flexível. Não se pode, obviamente, denegrir a imagem de uma pessoa, (...) sem que tenham sido confirmadas todas as fontes. A primeira grande regra, e o primeiro

grande limite, que eu defino é *confirmar* a notícia. Sobretudo em determinados aspetos, como por exemplo em questões jurídicas que tenham a ver com o segredo de justiça. (...) É preciso ter o cuidado da preservação. Porque uma notícia aparentemente inocente pode ter um impacto colossal na vida das pessoas envolvidas. Esse cuidado, que implica ter a certeza de que a notícia pode ser publicada naqueles termos, é o primeiro grande limite que estabeleço. Depois, toda a gente tem direito à defesa. Devemos sempre ouvir a outra parte. Esse é o direito de contradição. (...) Essas regras tenho-as muito claras na minha carreira. Há uma terceira regra com a qual tenho muito cuidado e é quando a notícia envolve crianças. Uma notícia pode ter consequências graves para a via futura das crianças que possam estar envolvidas. E isso é um cuidado clássico, por parte dos jornalistas. Quando uma criança vê uma notícia sobre o pai ou a mãe, isso vai marcá-la para o resto da vida. (...) Existem, portanto, várias linhas vermelhas que nunca devem ser ultrapassadas, a não ser que algum interesse superior (do público) o exija.

Esses parâmetros que identificou aplicam-se de forma transversal a todo o tipo de peças jornalísticas? (reportagens, notícias, artigos de opinião, etc.)

Todos. Um parágrafo de uma notícia tem tanta importância quanto uma peça longa. É tão importante uma notícia de três linhas como outra de 20 000 caracteres. É óbvio que depois se trata de uma questão de equilíbrio e bom senso. (...)

E sabe se nas instituições de ensino portuguesas, a questão ética ocupa um papel central na formação dos jornalistas? Ou no seu contacto com estagiário sente que existe alguma parte desse ensino que tem de colmatar?

Eu tenho uma larga experiência na seleção de estagiários para jornais e a maior parte deles — regra geral — vem muito mal preparados para a profissão, em termos práticos, mas também em termos teóricos. Especialmente em termos teóricos, porque a teoria que lhes é ensinada é exatamente a mesma que me foi ensinada a mim há 30 anos. E os média mudaram muito. Quando eu cursei comunicação social, no meu segundo ano, lembro-me que tive uma cadeira de ética. Mas eram apenas transmitidas algumas noções vagas sobre o que é ética jornalística e sobre a prática da escrita de notícias. Os cursos não estão nada adequados à realidade em que vivemos, uma realidade onde essas fronteiras, esses valores e essa ética são extremamente importantes, porque vivemos numa altura em que a transmissão de informação se faz muito rapidamente. A informação é tão rápida que, enquanto jornalistas, temos o impulso de escrever imediatamente (...), mas a rapidez nunca é boa conselheira... E penso que é aí onde se encontra, atualmente, uma das grandes falhas [do ensino do jornalismo]. Os alunos não vêm preparados para essa realidade e não têm essa noção ética. E isso torna muito complicado, para nós, ensinar. (...) A maior parte das pessoas que hoje chega às redações não tem, infelizmente, a bagagem dos jornalistas de há 30 ou 40 anos. (...) E o espírito crítico sofreu com isso. Há muito menos capacidade de reação e de análise. Os jornalistas aprendem o que é a profissão apenas quando chegam à redação. Mas isso não mudou, também já era assim há 30 ou 40 anos. Quando eu cheguei pela primeira vez a uma redação, lembro-me que era tudo um admirável mundo novo. Foi como se tivesse visto, pela primeira vez, uma máquina de escrever.

A linha editorial do *Observador* segue algum código deontológico específico? Qual?

Houve algumas sessões de esclarecimento, no início em que se definiu — não um código deontológico — mas algumas regras básicas sobre o que se deve ou não fazer dentro da

redação. Isso é claro e toda a gente segue essas regras. Mas tem a ver com essa velha regra do bom senso. (...) O *Observador* tem algumas regras específicas como, por exemplo, corrigir sempre erros que sejam detetados nas notícias ou atualizar informações que delas constem. São regras pequenas, mas que num jornal *online* como o *Observador* são muito importantes.

Fora do contexto da ética jornalística, queria fazer-lhe uma pergunta relativamente ao funcionamento e ao fluxo de trabalho do *Observador*. Enquanto editora, será que pode descrever, ainda que brevemente, como se dá esse fluxo, dentro da redação?

O *Observador* tem um esquema como todos os jornais têm, embora cada um tenha o seu. Não são muito diferentes no fim, ou seja, existe quase sempre uma hierarquia de textos. No *Observador* há dois níveis: em primeiro lugar, temos o nível mais pensado das secções que funcionam, normalmente, todos os dias e que estão, sobretudo, a preparar trabalhos mais “mastigados”, (...) pensados e refletidos. Esses trabalhos estão a ser produzidos continuamente e vão entrando de acordo com a atualidade ou o agendamento que nós fizemos para dar algum equilíbrio ao jornal. Temos uma certa agenda. Sabemos, por exemplo, que ao fim de semana, que é quando as pessoas têm mais tempo para ler, temos outro tipo de artigos que a serem lançados – como é o caso dos de leitura longa, de cultura ou as reportagens. Há, portanto, uma planificação desses artigos, que estão pensados e discutidos com os editores das secções e que vão sendo produzidos pelos jornalistas dessas secções. Esta é uma parte do trabalho. A outra parte tem a ver com a atualidade “pura e dura”, da loucura que às vezes habita a redação. Há sempre alguém a tratar dessa atualidade – a maior parte do dia serei eu –, em que é preciso estar sempre atento ao que se está a passar no mundo. Como é que se faz isso? Eu tenho uma espécie de radar, em que estou a observar o que se passa em vários jornais de todo o mundo. Isso inclui, obviamente, os portugueses, mas cada um tem a sua organização – no meu caso, consulto portugueses, espanhóis, ingleses, americanos e alguns do resto do mundo e utilizo ainda, evidentemente, o *facebook* e o *twitter*, como fontes de informação –, e aí vão surgindo notícias. Depois existem as notícias de atualidade “pura e dura”, como a queda de um avião, um comunicado do primeiro-ministro inglês, uma sondagem das eleições espanholas, etc., que têm de ser equilibradas com notícias de cariz económico, notícias *light* porque essas não deixam, também, de ser notícias. Tudo isso tem de ser equilibrado e, na prática, trata-se de fazer uma distribuição. Há jornalistas mais dedicados a uma determinada área, como é o caso da ciência ou da economia, que trabalham mais nesses âmbitos. Todo este fluxo de informação vai circulando e vai sendo produzido. Depois é necessário equilibrar a “montra” do jornal, isto é, a *homepage* do jornal acessível a quem a quer visitar, e chamar a atenção dos jornalistas para os títulos, que têm de ser bem pensados, para aquelas notícias mais “*fast-food*” e para o equilíbrio dos artigos. E é assim que funciona o fluxo do trabalho.

ANEXO II

EXEMPLOS DE TRADUÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DO ESTÁGIO

I

TRADUÇÃO E TRANSCRIÇÃO ÁUDIO²²

Obrigado por esta entrevista, Judith. Há 25 anos criou os Estudos de Género com a sua obra *Gender Trouble*. Hoje em dia qual é a importância dos corpos?

Não sei se há algum dia em que os corpos não são importantes. Os corpos são sempre importantes e são importantes todos os dias. Mas, sim, penso que ainda enfrentamos muitas dificuldades atualmente. As mulheres continuam a ter problemas em andar na rua à noite sem medo de serem vítimas de violência. O mesmo se passa com pessoas transgénero ou pessoas que são facilmente identificadas com sendo *gays* ou lésbicas. Continuamos a lutar contra a discriminação, lutamos para ter mais liberdade e reconhecimento. Todos esses corpos são importantes. E imagino que, quando as pessoas saem à rua e exigem reconhecimento e liberdade, estão precisamente a dizer que os seus corpos importam. Elas apontam para si mesmas, mostram-se e insistem nessa mensagem. E informam-nos que são elas que estão a sofrer e a resistir contra os vários tipos de opressão existentes. Não sei muito bem como responder melhor à sua questão. Talvez queira reformulá-la...

Porque é o reconhecimento tão importante para nós?

Isso é interessante, porque o reconhecimento pode funcionar de duas formas. Por um lado, eu quero ser reconhecida, mas pode acontecer que a categoria pela qual eu sou reconhecida não me reconhece de todo. Por isso, há sempre esse problema. Penso que é muito difícil para as pessoas viverem sem serem identificadas, sem ser vistas, sem sentirem que têm uma posição reconhecida na sociedade. Penso que isso pode fazer as pessoas sentirem que vivem nas sombras ou que não contam. Nesse sentido, é importante encontrar formas de sermos reconhecidos para que nos possamos afirmar enquanto cidadãos, enquanto atores, enquanto pessoas cujas vidas são importantes e merecem ser levadas em conta. Penso que é muito difícil viver sem reconhecimento. Por outro lado, se um sistema jurídico define a homossexualidade de uma forma muito negativa ou os media retratam as mulheres de forma muito negativa, as pessoas não se querem identificar com essas categorias e não se reconhecem nas categorias que lhes foram dadas. E é preciso lutar para mudar as categorias, para as tornar mais abrangentes ou mais justas. O reconhecimento pode ser bom, mas pode também ser um anulamento. Temos de nos debater constantemente com os termos do reconhecimento.

²² Entrevista levada a cabo pela jornalista do *Observador* Catarina Marques Rodrigues à filósofa norte-americana Judith Butler, aquando da sua visita a Portugal em junho de 2015. A entrevista não foi publicada na íntegra. Excertos legendados podem ser encontrados na seguinte página: <http://observador.pt/videos/adn/como-e-que-podemos-ser-todos-iguais/>

Precisamos de ser reconhecidos para viver em sociedade?

Penso que sim, de certa forma. Caso contrário, se não nos reconhecerem ou se não pudermos ser reconhecidos, a política pública feita em nome das pessoas presume ou sabe quem são as pessoas e quem é reconhecido são as pessoas que já têm esse estatuto. O que é que acontece às pessoas nas margens que não são reconhecidas? O que é que acontece às pessoas *queer* e *trans* que não são reconhecidas? O que é que acontece quando o conceito de “pessoas” é maioritariamente um conceito masculino? Onde estão as mulheres nesse grupo? Não é possível haver democracia se as pessoas não forem representadas, mas essa representação encontra-se geralmente circunscrita, de alguma forma, e exclui um número de pessoas que não são designadas “pessoas”.

Como podemos combater este problema?

Estamos a combatê-lo. Não se trata de arranjar uma nova estratégia. Penso que existem movimentos sociais fortes e uma história forte de resistência política. Durante muito tempo, os trabalhadores não eram considerados cidadãos, mas apenas os donos de propriedades o eram. Com Marx, no séc. XIX, assistimos a um movimento muito importante que vem afirmar que os trabalhadores são pessoas e que estes representam, de facto, a grande maioria das pessoas. Isso foi muito diferente daquilo que se presumia antes. Podemos continuar a rever o nosso conceito de “pessoas”.

Como podemos confrontar ou combater as fronteiras e os limites definidos em relação aos nossos corpos, pela sociedade, quando fazemos parte da sociedade?

Devemos ter em conta que a sociedade não é uma unidade, a sociedade tem muitas partes diferentes que a compõem. E a pergunta é qual é a parte da sociedade que está a resistir às normas dominantes? Por isso, se eu for uma mulher e me sentir restringida por certas ideias de feminilidade, por exemplo, instituições, o sistema educativo ou a igreja que me dizem que eu devo ser mãe, mas eu não quero ser mãe. Como é que eu resisto a esta ideia? Resisto apenas enquanto indivíduo, sendo corajosa e forte? Ou junto-me a outras que também lhe estão a resistir? Por outras palavras, e do meu ponto de vista, temos de encontrar a nossa comunidade, os nossos elos de solidariedade para que possamos agir eficazmente contra este tipo de normas.

No caso do género, pensa que podemos lutar contra o nosso género atribuído?

Muitas pessoas mudam o seu género atribuído. Se me perguntar se penso que é possível fazê-lo, então gostava de lhe responder da seguinte forma: sempre foi possível, as pessoas fazem-no a toda a hora. Não é uma ideia nova, certo? Hoje em dia, existem leis na Alemanha que permitem às pessoas mudar o seu género atribuído, tal como no Reino Unido e na maioria dos países europeus existe essa liberdade. O processo para o fazer é complicado, mas há muitas pessoas que mudam o seu género atribuído, pessoas que não se sentem confortáveis com o género que lhes foi atribuído, que lhes resistem e que o negam e que pedem para serem chamadas por um nome diferente ou que alteram, legalmente, o seu sexo ou o seu nome.

Considera que, atualmente, é mais fácil levar a cabo esse processo porque estamos a falar mais sobre estes temas e porque há cada vez mais pessoas a afirmarem-se como transgénero e a dizerem que não gostam do seu corpo e que querem mudar. Pensa que é mais fácil, hoje em dia, lutar contra as restrições sociais e sermos apenas quem queremos ser?

Sim. Bom, veja, algumas pessoas, ou melhor, as pessoas transgénero gostam dos seus corpos, mas a perceção que têm dos seus corpos é diferente da perceção daquelas pessoas cujos corpos se enquadram nos géneros que lhes foram atribuídos. O que elas não gostam é o género que lhes foi atribuído. Muitas pessoas *trans* mantêm os corpos que têm, não procuram mudá-lo. Algumas procuram mudá-lo, através do uso de hormonas ou de cirurgia, mas muitas não o fazem. Contudo, elas vivem os seus corpos de forma diferente. E gostam dos seus corpos. Não é que não gostem dos seus corpos. Elas não gostam é do seu género atribuído. Penso que sempre houve pessoas transgénero, a maioria a viver social e culturalmente o género que desejavam ter, mas sem serem legalmente reconhecidas. Existe uma história de aceitação. Uma pessoa pode defender que é um homem para que outras a aceitem como tal. Mas penso que atualmente a maior parte das pessoas transgénero aceita que passaram por uma transição e querem contar essa história e incorporá-la naquilo que são. E há agora novas possibilidades legais para a mudança do género atribuído, mas ao mesmo tempo existem muitas pressões: avaliações psiquiátricas, é necessário provar que se viveu segundo um determinado género durante um longo período de tempo, há assistentes sociais que tomam decisões, autoridades médias, vigilância psiquiátrica... É muito difícil uma pessoa submeter-se a isso tudo. E muitas pessoas não querem passar por esse processo, porque sentem que é degradante. Eu diria que continua a existir uma larga maioria de pessoas transgénero que ainda não percorreu o caminho jurídico. É um caminho difícil de percorrer.

Ontem disse algo como “todos somos potenciais precários”.

Sim.

Ou seja, a precariedade é uma possibilidade para qualquer um de nós. Isso deve-se, em parte, ao facto da nossa identidade de género mudar ao longo de toda a nossa vida?

Isso pode ser um motivo porque enfrentamos a precariedade, mas na verdade para vocês que são jovens e têm um emprego, um diploma, para quem as coisas estão a correr bem e têm as vossas atividades jornalísticas e fotográficas... está tudo bem. Ganham o suficiente, vivem algures em Lisboa e parece estar tudo bem. E, de repente, a economia muda, ficam sem trabalho e deixam de receber. E são confrontados com este problema: “esperem, eu fiz tudo bem, eu estava a percorrer o caminho que devia e, de repente, as pessoas não conseguem pagar ou há demasiada dívida”. Por isso, hoje em dia, muitas pessoas, especialmente os jovens, estão a percorrer os seus caminhos convencidas de que estão a avançar e subitamente apercebem-se que o percurso que eles tinham imaginado para si mesmos já não é possível. Penso que é em momentos destes que as pessoas tomam posições políticas, porque veem que esta situação não está a acontecer só com elas, mas com toda a gente: com o meu amigo artista, com o meu amigo professor, com o meu amigo

que ia ser enfermeiro e, de repente, essas pessoas não têm a possibilidade de ir em frente. Penso que, quando isso acontece e a taxa do desemprego chega aos 30 ou 40 %, é inevitável que até a pessoa mais apolítica tome uma posição. Contudo, existem outras formas de enfrentar a precariedade. Uma pessoa transgénero pode ser confrontada com a precariedade num ambiente transfóbico. Uma pessoa *gay* ou lésbica pode ser confrontada com a precariedade em situações de discriminação, quando perde a sua habitação ou o seu emprego porque é *gay* ou lésbica. É evidente que este tipo de discriminação acontece constantemente. Estes são dois percursos diferentes para a precariedade. Mas, não sei, penso que provavelmente... permanecer num género reconhecível é uma escolha mais inteligente, em termos económicos, porque arriscamo-nos a não conseguir um emprego quando temos uma determinada aparência. Podemos correr esse risco, porque estamos indignados com essa situação ou podemos não correr esse risco. Mas não sei... Uma das interrogações que tenho sobre Portugal, quando me diz que estas questões ainda não foram aqui muito discutidas, é sobre quantas pessoas estão a sofrer em silêncio porque não existe um grande debate público, quantas pessoas sentem que têm de permanecer num determinado papel de género ou orientação sexual para serem aceites. Quanto medo existe? Quanta vergonha? São perguntas para as quais não tenho respostas.

A precariedade, de muitas formas, e além do seu *Gender Trouble*, constituiu uma evolução da sua teoria?

Bom, penso que estava a tentar dizer que ela sempre esteve presente no meu trabalho. Na altura em que escrevi o *Gender Trouble* estava a haver uma enorme crise de SIDA nos EUA e os homens gays e os trabalhadores do sexo estavam a morrer. Era considerado vergonhoso ter a doença e morrer por causa da SIDA. E começou a haver um movimento social bastante significativo que afirmava que este setor da população tem direito a ser chorado e não deve ser tratado como se fosse lixo, como se não merecesse o luto digno ou os cuidados de saúde dignos. Tivemos de lutar para dar dignidade a essas vidas para que houvesse cuidados de saúde e educação para a saúde e formas adequadas de fazer o luto daqueles que tinham morrido. Mas isso era uma parte precária da população... as pessoas em África vítimas de SIDA são uma população profundamente precária. Por isso, penso que a precariedade sempre fez parte do meu trabalho.

Ontem falou de democracia radical.

Sim.

Considera que exigir igualdade de direitos é um ato de democracia radical?

Bom, depende. Temos de perguntar para quem é a igualdade de direitos. Se a resposta for “igualdade de direitos apenas para mim e para o meu grupo”, então provavelmente não é radical. Democrático, mas não radical. Ou seja, o problema da exigência de igualdade de direitos, e eu quero igualdade de direitos para todos, é que definimos sempre o grupo para o qual a igualdade de direitos é importante, mas quais são os limites que estabelecemos a esse grupo? Quem pertence ao grupo? O grupo a que nós chamamos, por exemplo, “as pessoas”. Não sei. Na Europa, as pessoas das margens e que vivem em campos de refugiados fazem parte desse grupo de pessoas? E em relação aos pobres? E as

comunidades migratórias que chegaram à Europa como resultado dos processos de descolonização? Fazem parte das pessoas? Temos de perguntar sempre quem são as pessoas e temos de expandir a partir daí, lutando contra as exclusões que fazemos constantemente.

Isso quer dizer que estamos sempre dependentes de quem faz as leis e as políticas? Dependemos sempre dos conceitos que as pessoas têm sobre quem é importante?

Bom, quem é que é reconhecido? Voltamos à questão do reconhecimento. Quem é reconhecido? Estas pessoas exigem igualdade de direitos e devem ter igualdade de direitos. Mas estas nem sequer são consideradas pessoas, logo não fazem exigências e nós não reconhecemos a sua capacidade de fazer exigências e, conseqüentemente, não têm os mesmos direitos. O que foi que fizemos? Expandimos a igualdade até um certo ponto e mantivemos a nossa ideia limitada de reconhecimento no mesmo lugar.

Acredita que haverá algum momento no futuro em que não teremos categorias de género?

Não, não acredito nisso. Penso que, provavelmente, o género será sempre uma constante. Embora ele assuma formas diferentes, não penso que nós consigamos transcender o género.

Pensa que haverá sempre limites e distinções? Porque, neste momento, existem tantas formas... a nossa identidade de género pode mudar ao longo de toda a nossa vida, certo?

Sim.

Portanto...

Sim, mas se me perguntar se chegaremos a um momento em que o género já não existe, talvez esteja a querer saber se chegaremos a uma altura em que assumimos que o homem e a mulher não são os únicos géneros. E eu diria que isso seria bom, se chegarmos... embora continuasse a haver homens e mulheres, essas duas categorias não esgotariam o nosso conceito de género. Há outras formas de entender o género fora das categorias de homem e mulher. Podemos continuar a ter género sem essas duas categorias.

Sim?

Sim. Espero que sim. Penso que é disso que trata o género *queer*. Se pensar neste conceito de *queer*, trata-se de um homem, de uma mulher, de alguém entre os dois ou que é influenciado pelos dois, é alguém que está a fazer algo de diferente? Ontem viajei para Portugal e uma funcionária da TAP disse-me "Aqui tem o seu bilhete, *monsieur*". Vinha de Paris. E depois disse "Peço desculpa, *madame*". E eu disse "Não, não. Não precisa de pedir desculpa, eu sou ambígua." Disse-lhe "*Je suis ambigu*". E ela disse "Oh" e depois riu-se. E eu pensei que foi bom ela ter rido. Porque ela também poderia ter ficado em pânico e aterrorizada ou ter ficado mesmo muito feliz. Mas ela apreciou-o, aceitou-o e percebeu que pedir desculpa por me chamar a coisa "errada" foi incorreto. Eu não precisava do pedido de desculpas. Foi um momento interessante em que ela compreendeu e aceitou o que se tinha passado. E eu vi o seu sistema concetual a mudar, apenas um pouco, mas foi bom.

Qual é a atitude correta, numa situação dessas?

A que quiser. Não há uma atitude correta. Por vezes digo apenas obrigado e passo a ser o *monsieur*. E, outras vezes, se estiver num restaurante e perguntarem “Senhoras, o que vão desejar?”, eu digo “Não, não. Eu não sou uma senhora”. E isso é difícil, porque para algumas pessoas é um gesto de cortesia dizer “Senhoras, o que desejam?” Ou seja, estou a pedir àquela pessoa que seja malcriada comigo quando lhe peço para não me tratar por senhora. E há também a questão de classe, porque eu estou sentada à mesa e esta pessoa está a trabalhar. Nessas situações tenho de decidir em talvez ser, simplesmente, uma senhora. Mas talvez não. Depende do dia.

Mas devemos dizê-lo, se não nos sentirmos como senhoras.

Mas há uma forma simpática de o dizer, sem que se ofenda a outra pessoa. Não é preciso ser-se agressivo: “Não, na verdade eu não sou uma senhora. Pode-me chamar outras coisas.”

Voltando ao tema do reconhecimento, pensa que podemos ser reconhecidos para além da lei?

A quem é que se refere?

A todos nós. Se eu for transgénero, posso ser reconhecida para além da lei?

Bom, depende da lei, depende de quem é esse “nós”, depende de onde nos encontramos, do país, da cidade, do tribunal. Neste momento, em termos políticos, temos de saber onde é que nos encontramos, quem é que nos pode ou não escutar e em que situações é que a lei pode ou não funcionar em nosso favor. Estamos numa época de mudança.

Mas pensa que nós e os restantes países do mundo estamos a seguir a mesma tendência?

Não, tenho a certeza que não. Estamos a ir em muitas direções.

Isso deve-se ao facto de algumas pessoas temerem a igualdade?

Bom, temos problemas ainda mais graves do que esse. Se os EUA chegarem a um país qualquer do norte de África ou do Médio Oriente e disserem que lhes vão ensinar o que é a igualdade, as pessoas vão chamar-lhes imperialistas e mandá-los ir para casa: “Muito obrigado, mas nós temos de encontrar o nosso próprio caminho”. Eles não se querem tornar em mais um *franchising* da McDonald’s, portanto, temos de ter cuidado com palavras como a igualdade. Há formas diferentes de a pensar. E penso que há debates internacionais muito profundos sobre como nós entendemos a igualdade.

Qual é a primeira coisa que ensina aos seus alunos?

A ler. A aprender a ler atentamente. A não folhear apenas os livros e apanhar as ideias gerais, mas a ir devagar e a pensar com cuidado.

Porque leva tempo a...

Leva tempo a compreender e a aprender a ler de forma crítica. Eu trabalho no campo da teoria crítica. Como é que nos tornamos críticos? Ser crítico não significa ser destrutivo, mas saber prestar especial atenção aos significados para que se possa compreender o que está a acontecer e encontrar um ponto de vista e uma interpretação próprios.

Qual é a coisa mais importante que ensina aos seus alunos?

Liberdade intelectual. É isso que ensino.

Porque é que isso é tão importante?

Porque uma mente aprisionada por um poder exterior é um sofrimento terrível.

Muito obrigada.

II

TRADUÇÃO E EDIÇÃO PARA LEGENDAGEM²³

O me nome é Lisa, sou americana
e vivo na Alemanha há 25 anos,

porque queria viver
com a minha parceira,

que é a outra mãe da Lena.

E decidimos que queríamos
ter filhos juntas e a Lena

é a mais velha dos nossos 3 filhos.
Portanto, é esse o contexto.

Agora podes contar a tua história.

Bom, eu nasci numa família
com mães lésbicas,

com um dador anónimo
e tenho um irmão

e uma irmã mais novos.
Tenho 19 anos e estudo

Ciências Políticas
e Administração Pública,

na Universidade de Konstanz.

Sabe alguma coisa sobre
o seu dador?

Não, nada. E nunca irei
saber nada acerca dele.

- Não quer saber?

²³ Nestes casos foi-nos requerido que formatássemos o texto de modo a que a equipa técnica do jornal responsável pela legendagem final pudesse mais fácil e rapidamente aplicar as legendas. O critério estabelecido para este tipo de legendas implicava o uso máximo de 35 caracteres por alínea de texto. O resultado final pode ser consultado na seguinte página: <http://observador.pt/especiais/tua-familia-melhor-minha/>

É uma pergunta que
me fazem muitas vezes.
Mas, não. Porque ele é um dador.
Não é um pai. E não sinto que falte
nada na minha vida.

Porque tenho duas mães
e não preciso de mais nada.

E não me falta nada. Por isso...

A questão do dador nunca foi
um tema tabu na nossa família,
na verdade, é algo acerca do qual
brincamos muitas vezes,
porque estamos sempre à procura
de pequenas características nossas
nos nossos filhos e quando
não as encontramos, dizemos:

“Ah, devem ser do dador”.
Para as características boas e más.

As crianças muitas vezes têm de
explicar ou mostrar que estão bem,
que são normais. E penso que isso
é uma pressão que as crianças

não deviam ter.

- Como se tivessem de ser perfeitas?

Sim, de certa forma.
E a culpa não é dos pais

ou da família, mas é algo
que todas as minorias que ainda
não foram aceites como iguais têm,
esse problema, esse...

Esse fardo. Há um certo peso sobre

estas famílias arco-íris pioneiras
para “provarem” que está tudo bem
e o critério usado para isso é
o bem-estar das crianças.
Muitas vezes a pergunta é:
são heterossexuais?
são equilibradas, psicologicamente?
têm competências
sociais e intelectuais?

E se a resposta a essas perguntas
for “sim”, as crianças estão bem.

A família está bem. Mas se há algum
fator que não corresponde,

isso é usado como uma desculpa
para descredibilizar estas famílias.

Esta é a minha vida
e esta é a minha família.

E não percebo porque é que...
Agora percebo, em termos sociais,

que é um pouco diferente,
mas para mim o sentimento

é tão normal e tão aborrecido
que não percebo porque é que

as outras pessoas a consideram
tão interessante.

Não sei o que há a questionar.
Para mim, isto é a minha família,

a minha vida. É como perguntar
porque que é que alguém

tem cabelo castanho.
Não sei...

A perspectiva das crianças
que crescem em famílias arco-íris

é a da normalidade, a sua situação
é normal para elas

e a sua aprendizagem é diferente,
porque têm de aprender porque é que

o mundo lá fora tem curiosidade
em relação a elas.

Podemos falar de qualidade,
quando as famílias arco-íris

puderem ser tão imperfeitas
como qualquer outra.

III

TRADUÇÃO²⁴

(Texto de Partida)²⁵

The Alzheimer's enigma

The cause of Alzheimer's disease has troubled the science world's best detectives. Michael Regnier asks: can such a mystery really be solved if we gather enough clues?

04 March 2014

The King of Crete demanded that, to atone for the death of his son, the city of Athens send him seven young men and seven young women every seventh year. When they arrived in Crete, they were sent into the Labyrinth, at the centre of which lived the Minotaur, a monstrous creature with the body of a man but the head of a bull. If the Minotaur didn't kill the young Athenians, they were condemned to wander the tortuous maze, losing first their way and eventually their lives.

This human tribute had been paid twice when Theseus, a prince of Athens, took his place among the 14 youths. In most retellings of the myth, it is taken for granted that the hero will defeat the Minotaur in combat. But the physical fight is not the point of this story – it's how Theseus overcame the mental challenge of navigating the Labyrinth. As well as his sword, he took with him a ball of thread, a *clew*, to line his path. No matter how deep into the maze he had to go, the thread would bring him out safely.

Theseus's clew is the root of the modern English word clue, and clues are the best way to solve a mystery. They are signposts showing that a puzzle, no matter how convoluted it seems, has a straightforward solution. Real life is messier than myth or fiction, but we still tend to believe that our problems can be reduced to something manageable, if we only gather enough clues.

§

"Auguste D—" was the name on the blue cardboard case file. Auguste Deter, admitted to the Hospital for the Mentally Ill and Epileptics in Frankfurt on 25 November 1901. Senior physician Dr Alois Alzheimer examined her the next day and over three days after that.

"What is your name?"

"Auguste."

²⁴ Artigo traduzido a partir da revista *online Mosaic Science*, publicado na íntegra e editado pela jornalista Rita Ferreira. Poderá ser encontrado na seguinte página: <http://observador.pt/especiais/o-enigma-do-alzheimer/>

²⁵ Disponível em: <http://mosaicscience.com/story/alzheimers-enigma>.

“Last name?”

“Auguste.”

“What is your husband’s name?”

“Auguste, I think.”

“Your husband?”

“Ah, my husband.”

Aged 51, Deter had an unusually severe and progressive dementia. Her first symptom had been intense jealousy towards her husband. Soon her memory had begun to fail, she was often disoriented and would hide things in her flat; sometimes she felt someone wanted to kill her and she would start screaming. She died within five years.

By then, Alzheimer had taken a job in Munich but, unable to forget Deter, he arranged for her brain to be sent to him after her death. He wanted to get inside her head, literally, and see what 32 pages of medical notes had failed to show: the cause of her mental degeneration. Alzheimer cut thin slices from her brain and examined them under the microscope, looking for clues.

Your brain is a dark, damp maze. The 1.5 kg or so of soft brain tissue that is folded and pleated in your skull holds within it another, more complex labyrinth of nerve cells reaching out to each other in the darkness, making electrical and chemical connections, forming pathways and circuits that somehow give rise to consciousness and cognition, the memories and thoughts that define you. In Deter’s brain, that labyrinth had become a trap. Connections were lost, cells missing, memories wiped, intellect destroyed. As its order and organisation broke down, her brain made desperate attempts to reroute signals, wandering the same loop of thought over and over or generating bizarre, frightening delusions. The interweaving neural paths that once allowed her to interact with the world eventually became impassable, overgrown with knotty plaques and tangles – these were the clues Alzheimer found.

In Deter’s otherwise healthy nerve cells, many of the fibres along their branch-like extensions were unusually thick and impregnable – the ‘tangles’. At the same time, lying between her cells were small, round clumps, or ‘plaques’. It seemed obvious that these plaques and tangles – the twin hallmarks of what is now called Alzheimer’s disease – made the difference between a healthy brain and a diseased one.

§

Detective fiction was invented in 1841 by Edgar Allan Poe. Inspired by the burgeoning sciences of the early 19th century, the American writer created Monsieur C Auguste Dupin, a Parisian sleuth. Dupin was supremely intelligent, observant and rational. He was also reclusive and boastful, but capable of astounding leaps of deduction that cut through the most mystifying crimes. Literary commentators of the day said Poe had moved the focus of

storytelling from the heart to the head: romance and drama were sacrificed for logic and reasoning; thoughts counted more than actions.

Dupin's first case was *The Murders in the Rue Morgue*: two women had been brutally murdered in a fourth-storey room from which there was apparently no possible exit – the windows were fastened from the inside, the chimneys too narrow for even a cat to climb, and a crowd of neighbours had blocked the stairs to the locked door, the key on the inside, as they listened to the horrific shrieking within. One woman's head was almost completely severed from her body; the other's body was crammed head-down up a chimney. Insoluble to all of Paris, not least the police, the mystery becomes transparent to Dupin thanks to the clues (Poe uses this spelling throughout) he finds at the scene of the crime. The killer is indeed an inhuman brute – it turns out to be an escaped orang-utan.

As the fictional construct of an author solving constructed crimes, Monsieur Dupin was infallible. Real life would prove more challenging.

§

"Alzheimer's disease is a construct; all diseases are constructs," says Simon Lovestone, Professor of Old Age Psychiatry at the Institute of Psychiatry, King's College London. "They're our best attempt to explain the world."

Alois Alzheimer's descriptions of Deter added a new construct to the medical textbooks: a rare form of dementia that attacked memory, self-awareness and rational intellect, was accompanied by plaques and tangles in the brain, and developed much earlier than 'senile dementia', the gradual loss of mental faculties that was all but accepted as a natural part of old age.

This definition came under threat in the 1930s, as it was discovered that some apparently healthy old people also had plaques and tangles in their brains when they died. If Alzheimer's clues were red herrings, not specific to the dementia at all, it would leave nothing else on which to start building an understanding of the disease.

From the 1960s, scientists took a more rigorous approach. Rather than noting merely the presence or absence of plaques and tangles in people's brains, they began to measure how many there were and how these quantities related to performance in standardised tests of cognitive ability. In general, more plaques and tangles were present in cases of more severe dementia, suggesting they were indeed linked. Where people had plaques and tangles but no dementia, it may have been that they died before symptoms appeared, or that our brains could compensate up until a certain point. Overall, researchers were now satisfied that Alzheimer's disease was real.

In fact, Alzheimer's disease was redefined in the 1970s to include anyone with dementia who was then found to have plaques and tangles in their brain when they died. This turns out to include many people who would previously have been diagnosed with 'senile dementia' as well as those who fit Alzheimer's original description. This new construct became by far the most common form of dementia – according to the charity Alzheimer's

Research UK, about half a million people in the UK have Alzheimer's disease, accounting for more than 60 per cent of all people with dementia.

"To me as a scientist, Alzheimer's disease is a process in the brain which is manifested by plaques, tangles and neuronal loss," says Lovestone. "It is defined by progressive loss of cognition and an ability to function in the daily world.

"People lose their memories and then they lose their ability to do complex tasks and then increasingly simple tasks, and this results in them needing care. And it is frequently accompanied by behavioural and psychological symptoms, which can be everything from sleep disturbance to frank psychotic features.

"To me as a clinician, Alzheimer's disease is a patient before me with a set of characteristic symptoms, who I'm currently unable to help very much."

§

The body of Mary Rogers had been found floating in the Hudson river, off the shore of New Jersey, in July 1841. A tobacconist's clerk, she was referred to in the press as the "beautiful cigar girl". The ensuing investigation gave the American journalists ample opportunity to come up with a slew of sensational theories. Some papers claimed Rogers's former employer was the culprit, some that she was the victim of a gang rape and murder; others had more far-fetched ideas.

Edgar Allan Poe thought he knew better. The following year, he translated the salient details of the case to Paris so that Monsieur Dupin could tackle the analogous *Mystery of Marie Rogêt*, serialised in *Snowden's Ladies' Companion*. Before he could publish the final instalment and reveal the culprit, however, real life intervened: a woman confessed on her deathbed that Rogers had not been murdered but had actually died during a botched abortion on her premises.

No one was ever convicted in the Rogers case, largely because no one could ever be sure what had happened. In Poe's story, Dupin never commits to a solution. Poe left his ending inconclusive, instead discussing the nature of probability and error when choosing between competing theories.

§

The 1970s redefinition of Alzheimer's disease attracted more attention, more money and more researchers. Everyone had their own pet theory. John Hardy, a scientist who has come as close as anyone to finding a convincing explanation of Alzheimer's disease, says it was the land of anything goes: "People said it was aluminium, 'slow viruses', oxidative damage – not that any of these are necessarily 100 per cent wrong but it was just an anarchic ideas mush."

Out of the mush, however, came a simple theory that led to the first set of treatments for Alzheimer's disease. Scientists had discovered that we need a neurotransmitter called acetylcholine to form memories. Since memory is the first thing to go in Alzheimer's disease, and nerve cells that used a lot of acetylcholine seemed especially vulnerable, researchers

were convinced this could be the basis of a treatment. They designed drugs such as Aricept to bolster acetylcholine and help maintain the function of those specific nerve cells.

It would have been a relatively simple solution to Alzheimer's disease – if it had worked. Unfortunately, the benefit to patients is short-lived before the disease regains the upper hand and mental degeneration continues. And yet there is still no better treatment available today than these imperfect drugs.

§

Poe returned to the elegant simplicity of a constructed crime for Dupin's third and final case. In it, the detective must locate *The Purloined Letter*, which has been brazenly stolen from the Queen of France. The thief, a politician referred to only as Minister D–, turns out to be Dupin's mirror image, his arch-rival: both detective and crook renowned for their genius and distinguished in mathematics and poetry. These similarities are deliberate, Poe's point being that a detective has to be able to understand and think like his quarry to catch him.

By the time Dupin is asked to help, the police are on the Minister's trail, surreptitiously searching his home nearly every night for three months. They have used microscopes to examine the walls, floors, tables and even the rungs of the chairs for signs that the letter had been secreted within. Only Dupin understands that Minister D– would have anticipated such thoroughness and avoided any attempt to conceal the letter: therefore, unlikely as it seems, he must have not hidden it at all.

Donning a pair of green spectacles as a disguise, Dupin calls on the Minister. He spots a soiled and crumpled letter lying carelessly in a cheap plasterboard card-rack. Despite not matching the police's description, this, he deduces, is obviously the stolen object. He is, of course, proved right when he later steals back the letter, which had simply been folded over on itself.

§

Plaques and tangles had not been forgotten amid the attempts to explain Alzheimer's disease. Scientists scrutinised their structures with ever more powerful microscopes, and then identified what they were made of. Tangles consist of tau, a protein that usually helps to maintain the structure of nerve cells. In Alzheimer's disease, tau moves to the wrong part of the cell, folds over on itself and forms helical filaments, which then build up as tangles. Another protein that can fold back on itself is amyloid beta. It is made from a longer protein called amyloid precursor protein, or APP, but no one knows whether it has a proper job in the body. In Alzheimer's disease, amyloid beta misfolds and forms long fibres that accumulate and become plaques.

Having gone hand-in-hand for decades, plaques and tangles were divided now it was known they were made of different proteins. Looking for a simple explanation of the disease, scientists required one or the other to be the cause – for two proteins to be equally involved would be improbably complicated. Inevitably, people took sides: it was amyloid versus tau.

The amyloid camp seized the initiative. John Hardy and colleagues made a breakthrough in the genetics of Alzheimer's disease and developed the 'amyloid cascade hypothesis'. This quickly became the dominant explanation of the disease and has directed most research efforts ever since. It is so well established it even took centre stage in the plot of a primetime British TV detective drama in 2013.

Hardy laughs when he remembers that episode of *Lewis*, in which a murderous Alzheimer's researcher is apprehended by the eponymous detective. "He found a body in the attic of an Oxford college. It turned out to be the body of a PhD student who had been murdered by their very glamorous woman supervisor. The student had come up with the amyloid hypothesis and the supervisor had stolen it from her."

That's not quite how it happened in real life. In the late 1980s, Hardy was racing many other scientists around the world to find an 'Alzheimer's gene'. They were all studying families with lots of cases of aggressive dementia, the kind that takes hold when someone is in their 40s or 50s rather than over 65. Because the disease runs in these families, there was likely to be a consistent genetic factor that caused Alzheimer's disease in those who inherited it in each generation.

"It's much easier to go down a river than to go up," Hardy explains. "Instead of looking at the brain and trying to work out what had happened backwards, one could find the gene and work out what had happened going forwards."

The race was hard-fought, with false turns and retraced steps. Eventually, in 1991, Hardy's team won, identifying the first genetic mutations to be associated with Alzheimer's disease – and they were all in the amyloid gene. Soon, other research groups found different mutations in the amyloid gene that were associated with the disease, as well as in two other genes that help to control amyloid beta. It was compelling evidence that a fault in amyloid beta kick-starts Alzheimer's disease.

In the amyloid cascade hypothesis, which Hardy and colleagues formalised the next year, everything followed in sequence: the formation of plaques, the tangles, nerve cells failing and dying, and progressive dementia the end result. Its linear order made it an appealing explanation.

"The good thing about the amyloid hypothesis is that it forced people to think about the disease in a simple way," says Hardy. "Suddenly everyone had a framework on which to pin their experiments."

"It might have been wrong – well not wrong, but not completely correct – but at least there was a framework."

The framework was embraced by the pharmaceutical industry, who began developing drugs to head off the cascade by blocking the production or accumulation of amyloid beta. It would have been a relatively simple solution to Alzheimer's disease – if it had worked. In the last 15 years or so, drug after drug designed to work on amyloid beta has failed to provide enough benefit to enough patients to be considered effective. Of the dozens of drugs that

have been tested in that time, some have been withdrawn because of detrimental side-effects; others just did not show enough of an effect slowing patients' mental decline or helping them get by in everyday life.

The failure of these drugs does not necessarily mean the amyloid hypothesis is wrong – Hardy and other scientists point to a number of flaws in the way many of these drugs were tested. On the other hand, it may mean the hypothesis needs tweaking: perhaps amyloid beta starts the cascade, which is then sustained by something else. But the drug trials have not given a clear answer, to Hardy's obvious frustration: "The summary of all those trials is we really don't know. It's like reading tea leaves."

However, one of the most recent drugs to be tested, solanezumab, has shown a hint of an effect in people with mild Alzheimer's disease – enough to be re-tested just in people in the early stages of the illness. If the effect is confirmed, this drug could potentially be used to treat people when symptoms first appear, or even as a preventive treatment for people with evidence of plaques but no symptoms. Anything positive to come out of these 'failed' trials would be something to work with: "If any of these drugs starts to work, even if it's a small effect, then we will crack Alzheimer's," says Hardy.

"I used to try and fix my motorbike and if you can't get the bike to start at all, then you're fucked. But once you get it to kick over a few times and it just needs tuning, that's a lot easier."

§

While no one disputed the genetic discoveries in Alzheimer's disease, the amyloid hypothesis did not heal the divisions between the amyloid and tau camps – if anything, it made them wider and more acrimonious.

Michel Goedert was in the team that identified tau as the major constituent of tangles in 1988; he has focused on tau ever since. When amyloid beta turned out to be the common link between the genetic mutations, he recognised its significance as the first step on the path to disease, but he did not like some of the interpretations of tau's role that followed.

"It led many people to say that the tangles were something of no consequence. Worse than a by-product: an innocuous by-product," he says. "I didn't buy it but the pressure was so strong, you couldn't ignore it. So there was this period of seven years and there was – well, not just these battles, but it seemed to be clear who had won the battle."

Tau research became deeply unfashionable. Those who persevered in the 1990s say it was extremely difficult to get funding or to get their results published in the more prestigious scientific journals.

Vindication came in 1998, when a group of scientists – including Hardy, who says he has now published far more on tau than amyloid beta – discovered that a rare form of dementia was caused by mutations in the tau gene. This meant that misfolded tau was enough to damage nerve cells and it was unlikely, therefore, to be just an innocent bystander in Alzheimer's disease.

The spread of tangles in the brain is much more closely related than plaques to the progress of dementia in Alzheimer's disease. When it was discovered that tau could cause damage, the amyloid hypothesis was updated to accommodate the idea that it might be tau, not amyloid beta, that actually kills nerve cells and causes dementia. "You could call the APP [amyloid] dysfunction the initiator of the whole thing but the tau dysfunction is the executioner," says Goedert.

There are some who go further, however, saying that tau is the real driving force behind Alzheimer's disease. According to them, the reason the tau gene has not been linked to the disease is that tangles are a natural phenomenon of ageing in the brain. For most of us, this only becomes a problem in old age when the tangles have blocked lots of pathways, similar to the way our muscles become weak in old age. In Alzheimer's disease, some other factor – maybe faulty or excessive amyloid beta – causes problems to occur earlier and progress faster.

Either way, people with Alzheimer's disease might well benefit from treatments that stop tau. There are such drugs in the pipeline, but the tau field lags behind amyloid.

Only one tau drug has reached the final stages of testing and it has attracted controversy, not least because of the man responsible for its development.

§

In 1907, the same year that Alzheimer published his first report of the case of Auguste Deter, a French novelist called Gaston Leroux published *The Mystery of the Yellow Room*. It owed much to Poe's detective stories, telling the tale of a crime attempted in a room from which there was apparently no possible exit. Leroux's innovation was to create rival detectives, setting a brilliant young investigative journalist against a grizzled master sleuth hired by the police to help with their inquiries.

The twist is that one of Leroux's investigators turns out to be the culprit. This blurring of the line between detective and crook heightened what Poe had instinctively recognised when he made detective Dupin and criminal Minister D– so similar, sharing brilliant intelligence, mathematical ingenuity and poetic imagination. Almost every fictional detective since has shared this ambiguity: to get results, sometimes you have to cross the line; you cannot always play strictly by the rules.

§

Claude Wischik was born in France and raised in Australia. He studied mathematics and philosophy, dabbled in theatre and film, then went back to university to do a medical degree. Having decided to specialise in psychiatry, he came to the UK – the Medical Research Council Laboratory of Molecular Biology (LMB) in Cambridge – to get a PhD.

He joined a small team trying to identify the protein in Alzheimer's tangles. His first task was to purify the samples so that they contained just the tangle filaments. Wischik struggled to make headway, so a colleague recommended trying a compound called alcian blue on the samples. To his horror, far from purifying them, it made the tangles disappear.

In the end, they managed to purify the tangles. By this time, Michel Goedert had arrived and between them they proved that Alzheimer's tangles were made of tau. But within a few years, Wischik was off the team. He disagreed with the others about what made tau accumulate in the brain during Alzheimer's disease. Already battling against the dominance of amyloid beta, the tau camp could not support more divisions.

"I was really the black sheep in the LMB," says Wischik, "which is why I had to get out." He completed his psychiatry training and got a job as director of the Cambridge Brain Bank Laboratory, through which he was able to continue his research on Alzheimer's disease and tau.

He had not forgotten the compound that dissolved tangles. He had even found others that did the same, or did it better. The best was a dye called methylene blue, and he was sure it could be the basis of a drug to undo tau tangles: "I decided, in this amyloid versus tau war, the only way to win is to win," he says. "The only way to win is to develop a treatment that works."

Years later, Goedert saw Wischik on TV. The BBC was reporting from the 2008 International Conference on Alzheimer's Disease in Chicago, where Wischik had just made a big announcement. Goedert remembers the interview: "He said what he'd discovered was the most important discovery since Alzheimer's description of the disease."

§

Serendipity had struck. The father of Wischik's son's classmate happened to be a surgeon and venture capitalist. He offered Wischik the financial opportunity he needed. Together they set up a company, TauRx Therapeutics, raising the money to turn methylene blue into a fully fledged tangle-busting drug.

In 2008, they announced results of a trial of 321 people in which their drug had, over two years, slowed the mental decline of people with Alzheimer's disease by 90 per cent compared with those taking a placebo. By 2012, TauRx had raised \$200 million to undertake the last stage of drug testing – a clinical trial involving many hundreds of patients across 22 countries.

Wischik has clearly persuaded private investors to back his idea. He has persuaded the regulators at the European Medicines Agency and the Food and Drug Administration in the USA that it is not a dangerous gamble for patients to try the drug. But he has yet to persuade the Alzheimer's research community.

"I thought that when we announced the data that this would just be embraced," he says, "whereas I got really criticised." What worries other researchers is that the new trial is going ahead before the full data from the previous trial have been peer reviewed and published in the scientific literature for all to scrutinise. Until then, they do not have much more than his word that it works: "All I can say is, he should publish his work," says Goedert. "Then we could tell."

Wischik is focused more on future results than on writing up past data. The next trial of the drug, now called LMTX, is due to report in mid-2015, when we will discover whether or not it works better than the amyloid-based drugs that, so far, have all fallen at this final hurdle.

“We will publish the wretched data,” Wischik says. “I’ve got ten papers I need to write, as well as business plans and investor relations and patents and going around begging for money, running the team – and I get yelled at by my wife for not writing papers. I will, but I just need a bit of space to do it in and that space doesn’t seem to arise.”

§

With just three short stories, Edgar Allan Poe created detective fiction, a genre now so ubiquitous it seems odd that anyone ever had to invent it. Monsieur Dupin, the archetypal sleuth, has been copied, transformed and reinvented innumerable times since.

One of Poe’s admirers was the Argentinian writer Jorge Luis Borges, who in 1941 – precisely 100 years after *The Murders in the Rue Morgue* – began publishing his own trio of detective stories: *The Garden of Forking Paths*, *Death and the Compass*, and *Ibn-Hakam al-Bokhari, Murdered in His Labyrinth*. These were no simple homage: Borges folded the genre in on itself, trapping his detectives in figurative and literal mazes as each case becomes increasingly convoluted. Success and failure are redefined as his protagonists become consumed by cases that often fail to resolve, even when the solution is revealed.

Borges’s constructs are more elaborate than Poe’s. They are self-conscious warnings against assuming that every puzzle has a clue to follow to comprehension. And as one of Borges’s characters says, “There’s no need to build a labyrinth when the whole world is one.”

§

Those who have lost a relative or friend to Alzheimer’s disease often say it is as if the person dies twice – the mind first and then the body, unaware of who they are, what they are or where they are. Faced with a disease that traps people in their own degenerative brain, our inclination might be to reconstruct that disease in all its complexity in the hope of understanding it. But scientists will tell you that what you really need to do is construct a thread that will guide you out of the labyrinth.

“Yes, the world’s complicated – we get that,” says psychiatrist Simon Lovestone. “But if one wants to understand the world, the approach that has been most useful in human history has been to reduce it to tractable elements.” In other words, build a simpler construct from the evidence. The theory based on acetylcholine and memory was one attempt, as is the amyloid hypothesis, as is the idea that it is all about tau.

If Wischik’s tau drug proves successful, he will claim victory in the “amyloid versus tau war”. At last, there would be something to work with, to fine-tune and make more effective at treating Alzheimer’s disease. But it would not prove his tau-only explanation of the disease: an Alzheimer’s drug that dissolves tangles in the brain would be just as effective if tau’s destructive function is initiated by amyloid beta. If his LMTX drug works, perhaps none of

that matters; if it fails, we will still not know how the tangles get there, the extent to which amyloid beta is involved or whether the amyloid cascade hypothesis is true or not.

And the amyloid hypothesis itself may not be as simple as it first promised: “If I had a critique of the field,” says Lovestone, “it is that we haven’t actually taken seriously the fact that there is a cascade and that we actually need to deconvolute that cascade.” While the amyloid hypothesis presents a short series of steps that lead from a fault to Alzheimer’s disease, we still do not understand the potentially complicated links that connect each step.

With amyloid-based treatments stalling in trials, researchers are delving deeper into the gaps in the amyloid hypothesis, adding to the clues we have but threatening its original simplicity. Some scientists are still trying to prove that amyloid beta can be directly toxic to nerve cells, while others are working out the role of the immune system, which causes inflammation in the brains of people with Alzheimer’s disease. John Hardy says discovering the normal function of amyloid beta is the missing piece of the jigsaw.

Everyone knows that ageing is the biggest risk factor for Alzheimer’s disease and unravelling that link is unlikely to be straightforward either. Meanwhile, there are reports that dementia is linked to diabetes, hygiene, copper, alcohol, obesity, gum disease and more. With theories multiplying yet again, there is a danger that the research is creating a labyrinth of its own, confusing understanding and even blocking the scientists looking for a solution.

Hardy has written that if Auguste Deter were alive today, “her sad prognosis would be much the same as in 1906”. Alzheimer’s disease may well be a construct, but with no author to decide where the answer lies, we are essentially lost. We may be deep in the labyrinth or just round the corner from the exit. The only course is to follow every possible thread, hoping each time that this will be the clew that leads us out.

(Texto de chegada)

O enigma do Alzheimer

A causa da doença do Alzheimer tem perturbado os melhores detetives do mundo científico. Michael Regnier pergunta: pode um mistério destes ser realmente solucionado se juntarmos pistas suficientes?

4 de março de 2014

Para expiar a morte do seu filho, o Rei de Creta mandou que a cidade de Atenas lhe enviasse 14 jovens, sete rapazes e sete raparigas, a cada sete anos. Uma vez chegados a Atenas, os jovens eram enviados para o Labirinto, em cujo centro vivia o Minotauro, uma criatura monstruosa com um corpo de homem e uma cabeça de touro. Se o Minotauro não matasse os jovens atenienses, estes eram condenados a vaguear pelo Labirinto tortuoso, primeiro perdendo o seu caminho e, eventualmente, as suas vidas.

Este tributo humano foi prestado duas vezes até que Teseu, um príncipe de Atenas, ocupou o seu lugar entre os 14 jovens. Quando o mito é recontado, a maioria das vezes toma-se por garantido que o herói derrota o Minotauro em combate, mas a luta física não é o cerne desta história – é como Teseu supera o desafio mental de percorrer o Labirinto. A par da sua espada, o herói leva consigo um novelo para traçar o seu caminho. Independentemente da profundidade do Labirinto, o novelo guiá-lo-á de volta em segurança.

A palavra inglesa para “novelo” (*clue*) está na origem da palavra que atualmente significa “pista” (*clue*) e as pistas são a melhor forma para resolver um mistério. Mostram-nos que um puzzle, por muito complicado que pareça, tem uma solução simples. A vida real é mais confusa que os mitos e as ficções, mas continuamos a acreditar que, se conseguirmos juntar pistas suficientes, os nossos problemas podem ser reduzidos a algo controlável.

§

“Auguste D–” era o nome no arquivo de cartão azul. Auguste Deter, internada no Hospital para Doentes Mentais e Epiléticos de Frankfurt a 25 de novembro de 1901. O médico residente era o Dr. Alois Alzheimer que a examinou no dia seguinte e ao longo dos três que se seguiram.

“Qual é o seu primeiro nome?”

“Auguste.”

“E o seu último nome?”

“Auguste.”

“Qual é o nome do seu marido?”

“Auguste, penso eu.”

“Do seu marido?”

“Ah, o meu marido.”

Com 51 anos, Deter sofria de um caso de demência invulgarmente severa e progressiva. O seu primeiro sintoma tinha sido os intensos ciúmes que sentira em relação ao marido. A sua memória começou a falhar rapidamente, sentia-se frequentemente desorientada e costumava esconder coisas no seu apartamento; por vezes, sentia que alguém a queria matar e começava a gritar. Morreu dentro de cinco anos.

Por essa altura, Alzheimer tinha aceitado um trabalho em Munique, mas não conseguindo esquecer-se de Deter, conseguiu que lhe enviassem o seu cérebro após a morte da paciente. Ele queria, literalmente, entrar na sua cabeça, e ver o que 32 páginas de apontamentos médicos não tinham conseguido mostrar: a causa da sua degeneração mental. Alzheimer cortou fatias finas do seu cérebro e examinou-as ao microscópio, na busca de pistas.

O nosso cérebro é um labirinto escuro e húmido. As dobras e pregas dos quase 1,5 kg de tecido cerebral mole, seguros pelo nosso crânio, guardam outro labirinto mais complexo de células nervosas unidas na escuridão, estabelecendo ligações químicas e elétricas e formando percursos e circuitos que, de alguma forma, dão origem à consciência e à cognição, às memórias e aos pensamentos que nos definem. No cérebro de Deter, esse labirinto havia-se transformado numa armadilha. Havia ligações que se tinham perdido, células em falta, memórias apagadas, intelecto destruído. À medida que a ordem e a organização cerebrais eram destruídas, o cérebro de Deter fazia tentativas desesperadas para redirecionar os seus sinais, repetindo infundavelmente os mesmos ciclos errantes de pensamentos ou gerando ilusões bizarras e assustadoras. A rede neuronal entrelaçada que em tempos lhe tinha permitido interagir com o mundo acabou por tornar-se intransitável, coberta de placas nodosas e emaranhados – estas foram as pistas que Alzheimer encontrou.

Nas células nervosas de Deter, que de outro modo estariam saudáveis, muitas das fibras ao longo das extensões ramificadas eram invulgarmente grossas e inexpugnáveis – os “emaranhados”. Simultaneamente, encontravam-se entre as suas células pequenos maciços redondos, as “placas”. Parecia ser óbvio que estas placas e estes emaranhados – as marcas do que é atualmente designado como a doença de Alzheimer – fazem a diferença entre um cérebro saudável e um doente.

§

A ficção de detetive foi inventada em 1841 por Edgar Allan Poe. Inspirado pelas novas ciências que floresciam no início do século XIX, o escritor americano criou Monsieur C. Auguste Dupin, um detetive parisiense. Dupin era extremamente inteligente, observador e racional. Era também solitário e presunçoso, mas capaz de fazer fantásticas deduções que acabavam com os mistérios mais misteriosos. Os comentadores literários da época disseram que Poe havia transferido o centro da narrativa do coração para a cabeça: o romance e o

drama foram sacrificados para dar lugar à lógica e ao raciocínio; os pensamentos contavam mais do que as ações.

O primeiro caso de Dupin foi *Os Assassinatos da Rua Morgue* (“The Murders in the Rue Morgue”): duas mulheres tinham sido brutalmente assassinadas no quarto andar de um prédio, numa divisão que não permitia, aparentemente, escapatória possível – as janelas estavam fechadas por dentro, as chaminés demasiado estreitas para um gato sequer as poder trepar e uma multidão de vizinhos tinha bloqueado as escadas que davam para a porta trancada, com a chave na parte interior, enquanto ouviam os gritos horripilantes que vinham de dentro. A cabeça de uma das mulheres tinha sido quase totalmente cortada do resto do corpo; o corpo da outra mulher tinha sido enfiado, de cabeça para baixo, pela chaminé acima. O mistério insolúvel para toda Paris – para já não falar da polícia – torna-se claro para Dupin devido às pistas (Poe utiliza a forma ortográfica “*clews*”) que ele encontra no local do crime. O assassino era, de facto, uma besta desumana – revelou tratar-se de um orangotango.

Enquanto construção ficcional de um autor, o Monsieur Dupin era infalível em resolver mistérios também eles construídos. A vida real teria sido um desafio maior.

§

“A doença de Alzheimer é uma construção; todas as doenças são construções” diz o professor de Psiquiatria Geriátrica Simon Lovestone do Instituto de Psiquiatria da King’s College de Londres. “[As construções] são a nossa melhor tentativa para explicar o mundo.”

As descrições que Alois Alzheimer fez de Deter acrescentaram uma nova construção aos manuais da medicina: uma forma rara de demência que ataca a memória, a auto-consciência e a capacidade racional e intelectual, acompanhada por placas e emaranhados no cérebro que se desenvolvem muito mais cedo que a “demência senil”, a perda gradual de faculdades mentais que era tudo menos aceite como fazendo parte natural do processo de envelhecimento.

Esta definição ficou ameaçada na década de 1930, quando se descobriu que os cérebros de algumas pessoas idosas, aparentemente saudáveis, também tinham placas e emaranhados quando morriam. Se as pistas de Alzheimer fossem falaciosas e não dissessem, de todo, respeito à demência, não restaria nada para poder começar a compreender a doença.

A partir dos anos 60, os cientistas adotaram uma abordagem mais rigorosa. Em vez de simplesmente tomarem nota da presença ou ausência de placas ou emaranhados nos cérebros das pessoas, eles começaram a medir a sua quantidade e como é que esta estaria relacionada com o desempenho em testes cognitivos. De forma geral, havia um maior número de placas e emaranhados nos casos mais graves de demência, o que sugeria, de facto, que os dois estariam relacionados. Nos casos das pessoas que tinham placas e emaranhados mas que não sofriam de demência, podia ser que elas tivessem falecido antes do aparecimento de sintomas ou que os seus cérebros pudessem ter compensado a sua presença até certo ponto. Globalmente, os investigadores estavam convencidos que a doença de Alzheimer era real.

Na verdade, a doença de Alzheimer sofreu uma redefinição na década de 70 e passou a incluir qualquer pessoa com demência em cujo cérebro fosse descoberto placas e emaranhados aquando da sua morte. Isto acabou por incluir muito mais pessoas que teriam sido anteriormente diagnosticadas com “demência senil”, bem como aquelas que correspondiam à descrição inicial de Alzheimer. Esta nova construção tornou-se, de longe, a forma mais comum de demência – segundo a associação para a investigação da doença de Alzheimer no Reino Unido, cerca de meio milhão de pessoas no Reino Unido sofrem da doença de Alzheimer, o que corresponde a mais de 60 % de todas as pessoas com demência.

Para Lovestone, “a doença de Alzheimer diz respeito a um processo cerebral cuja manifestação se dá na forma de placas, emaranhados e perdas neuronais”. O cientista continua: “é definida por uma perda progressiva da cognição e da capacidade de funcionar no dia-a-dia”.

“As pessoas perdem as suas memórias, depois perdem a sua capacidade de desempenhar tarefas complexas e depois, progressivamente, tarefas mais simples, passando a precisar de assistência. E frequentemente isto é acompanhado por sintomas psicológicos e comportamentais, que vão desde distúrbios de sono a características claramente psicóticas.”

“Como médico, a doença de Alzheimer é para mim um paciente com um conjunto de sintomas característicos para quem não posso, neste momento, servir de grande ajuda.”

§

O corpo de Mary Rogers foi encontrado a flutuar no rio Hudson, à costa de New Jersey, a 11 de julho de 1841. Trabalhava numa tabacaria e foi descrita na imprensa como a “bonita rapariga dos cigarros”. A subsequente investigação deu aos jornalistas americanos uma ampla oportunidade para inventarem um manancial de teorias sensacionalistas. Alguns jornais afirmavam a culpabilidade do antigo patrão de Rogers, outros que ela tinha sido morta após uma violação em grupo, outros tinham ideais ainda mais rebuscadas.

Edgar Allan Poe pensou que podia fazer melhor. No ano seguinte, trasladou os detalhes notórios do caso para Paris para que o Monsieur Dupin pudesse enfrentar o análogo *Mistério de Marie Rogêt* (“Mystery of Marie Rogêt”), publicado em série no *Guia das Senhoras de Snowden* (“Snowden's Ladies' Companion”). Contudo, antes de ele conseguir lançar o último capítulo e revelar o culpado, a vida real interveio: uma mulher tinha confessado no seu leito de morte que Rogers não tinha sido assassinada mas morrido durante um aborto mal executado na sua casa.

Ninguém foi condenado no caso de Rogers, em grande medida porque ninguém podia alguma vez ter certeza absoluta sobre aquilo que tinha acontecido. Na história de Poe, Dupin não se compromete com uma solução. Poe deixou o final inconclusivo, em vez disso discutindo a natureza da probabilidade e do erro na escolha de teorias competitivas.

§

A redefinição da doença de Alzheimer nos anos 70 atraiu mais atenções, mais dinheiro e mais investigadores. Todos tinham a sua própria teoria. John Hardy, um cientista que tinha chegado tão perto como qualquer outro de encontrar uma explicação convincente para a doença, diz que se tratava de um terreno onde tudo era possível: “As pessoas disseram que era por causa do alumínio, dos “vírus lentos”, dos danos oxidativos – não que alguma destas teorias estivesse 100 % errada, mas era simplesmente uma papa anárquica de ideias”.

No entanto, dessa “papa” surgiu uma teoria simples que levou ao primeiro conjunto de tratamentos para a doença de Alzheimer. Os cientistas tinham descoberto que precisamos de um neurotransmissor chamado acetilcolina para formar memórias. Visto a memória ser a primeira coisa a desaparecer na doença de Alzheimer e as células nervosas que usam acetilcolina parecerem especialmente vulneráveis, os investigadores estavam convencidos que isto podia ser a base para um tratamento. Desenvolveram medicamentos, como o Aricept, que estimulam a acetilcolina e ajudam a manter as funções dessas células nervosas específicas.

Teria sido uma solução relativamente simples para a doença de Alzheimer – se tivesse funcionado. Infelizmente, o benefício para os pacientes era de curta duração até que a doença voltasse a ganhar terreno e a degeneração mental continuasse. Ainda assim, não existe até à data um melhor tratamento sem ser estes medicamentos imperfeitos.

§

Poe regressou à simplicidade elegante de um crime construído no terceiro e último caso de Dupin. Nele, o detetive tem de localizar *A Carta Roubada* (“The Purloined Letter”), que havia sido descaradamente furtada à Rainha de França. O ladrão, um político apenas designado por Ministro D—, acaba por ser a imagem espelhada de Dupin, o seu arqui-inimigo: tanto o detetive como o bandido são reconhecidos pelo seu génio e distinguem-se na matemática e na poesia. Estas semelhanças são deliberadas, já que Poe quer mostrar que um detetive tem de saber compreender e pensar como o seu oponente para o poder apanhar.

Quando é pedido a Dupin que ajude na investigação, já a polícia está no encalço do Ministro, fazendo buscas sub-reptícias à sua casa quase todas as noites dos últimos três meses. São usados microscópios para examinar as paredes, o chão, as mesas e até o interior das cadeiras, procurando indícios de que a carta tenha sido escondida. Só Dupin percebe que o Ministro D— teria antecipado uma meticulosidade daquele género, evitando qualquer tentativa para esconder a carta: logo, por muito improvável que pareça, ele não a terá escondido de todo.

Colocando um par de óculos como disfarce, Dupin convoca o Ministro. Ele repara numa carta suja e amarrotada que está num suporte barato de gesso. Embora não corresponda à descrição da polícia, Dupin deduz que este é, obviamente, o objeto roubado. Claro que se prova que ele tem razão, quando mais tarde rouba de volta a carta que tinha sido, simplesmente, dobrada em dois.

§

As placas e os emaranhados não tinham sido esquecidos entre as tentativas para explicar a doença de Alzheimer. Os cientistas analisaram as suas estruturas com microscópios ainda mais potentes e identificaram aquilo de que eram feitos. Os emaranhados consistiam de “tau”, uma proteína que habitualmente ajuda a manter a estrutura das células nervosas. Na doença de Alzheimer, a tau move-se para a parte errada das células, dobra-se a si mesma e forma filamentos em espiral que se acumulam e dão origem aos emaranhados. Outra proteína que pode dobrar-se a si mesma é o amiloide beta. Esta proteína é formada a partir de uma outra mais comprida chamada proteína precursora do amiloide (PPA), mas ninguém sabe se cumpre uma função específica no corpo humano. Na doença de Alzheimer, o amiloide beta dobra-se mal e forma fibras longas que se acumulam e se transformam em placas.

Tendo andado de mão em mão durante décadas, as placas e os emaranhados haviam sido divididos segundo as diferentes proteínas que os constituíam e que agora se conheciam. Procurando uma explicação simples para a doença, os cientistas exigiram que uma ou outra fosse a causa – porque era improvavelmente complicado as duas proteínas estarem igualmente envolvidas. De forma inevitável, as pessoas escolheram o seu partido: era o amiloide *versus* a tau.

O lado do amiloide tomou a iniciativa. John Hardy e os seus colegas fizeram uma descoberta na genética da doença de Alzheimer e desenvolveram a “hipótese da cascata amiloidal”. Esta tornou-se, rapidamente, a explicação dominante para a doença e direcionou a maior parte dos esforços de investigação desde que surgiu. Está tão bem estabelecida que até desempenhou um papel central no enredo de um drama britânico de detetives a passar em horário nobre em 2013.

Hardy ri-se quando se lembra do episódio *Lewis*, onde um investigador de Alzheimer é apreendido pelo detetive que dá o nome ao episódio, num caso de assassinio. “Ele encontrou o corpo num sótão de um departamento da universidade de Oxford. Descobriu-se que era o corpo de uma aluna de doutoramento que tinha sido morta por uma supervisora muito glamorosa. A estudante tinha desenvolvido a hipótese da cascata e a supervisora tinha-lha roubado.”

Não foi bem assim que aconteceu na vida real. No final da década de 1980, Hardy estava a competir com muitos outros cientistas à volta do mundo para encontrar o “gene do Alzheimer”. Todos estavam a estudar famílias com muitos casos de demência grave, o tipo de demência que começa a afetar pessoas nos seus 40 ou 50 anos, em vez das pessoas acima dos 65. Uma vez que a doença era comum nestas famílias, era provável que houvesse um fator genético consistente que causasse a doença de Alzheimer naqueles que a herdavam em cada geração.

“É muito mais fácil descer um rio do que subi-lo”, explica Hardy. “Em vez de olhar para o cérebro e tentar descobrir o que aconteceu no passado, podíamos encontrar o gene e perceber o que tinha acontecido de ora em diante.”

A competição foi fortemente disputada, com passos atrás e em falso. Eventualmente, em 1991, a equipa de Hardy ganhou, identificando as primeiras mutações genéticas associadas à

doença de Alzheimer – e todas estavam no gene do amiloide. Pouco tempo depois, outros grupos de investigação encontraram mutações diferentes no gene do amiloide associadas à doença e ainda em dois outros genes que ajudam a controlar o amiloide beta. Eram fortes indícios de que uma anomalia no amiloide beta pode despoletar a doença de Alzheimer.

Na hipótese da cascata amiloidal, que Hardy e os seus colegas formalizaram no ano seguinte, tudo seguia uma sequência: a formação de placas, emaranhados, células nervosas que falham e morrem e demência progressiva como resultado final. A sua ordem linear fez dela uma explicação apelativa.

“O que a hipótese amiloidal tem de bom é que obriga as pessoas a pensar sobre a doença de forma simples”, diz Hardy. “De repente, toda a gente tinha uma estrutura para enquadrar as suas experiências.”

“Podia estar errado – bom, errado não, mas não completamente certo -, mas havia um enquadramento.”

O enquadramento foi bem recebido pela indústria farmacêutica, que começou a desenvolver medicamentos que impedissem a cascata, ao bloquearem a produção ou acumulação do amiloide beta. Teria sido uma solução relativamente simples para a doença de Alzheimer – se tivesse funcionado. Nos últimos 15 anos, mais ou menos, foram criados medicamentos atrás de medicamentos que atuavam no amiloide beta, mas nenhum conseguiu fornecer benefícios suficientes a pacientes suficientes para que pudessem ser considerados eficazes. Das dezenas de medicamentos que foram testados nesse período de tempo, alguns foram retirados devido a efeitos secundários nocivos; outros não conseguiram, simplesmente, atrasar suficientemente o declínio mental dos pacientes ou ajudá-los no seu dia-a-dia.

O fracasso destes medicamentos não quer dizer, necessariamente, que a hipótese amiloidal esteja errada – Hardy e outros cientistas apontam um número de falhas na forma como muitos destes medicamentos são testados. Por outro lado, pode querer dizer que a hipótese precise de ser refinada: talvez o amiloide beta inicie a cascata, que depois é sustentada por outra coisa. Mas os testes clínicos não conseguiram dar uma resposta concreta, para a frustração de Hardy: “O resumo de todos esses testes é que não sabemos realmente. É como ler folhas de chá”.

Contudo, um dos medicamentos mais recentemente testados, “soanezumab”, mostrou ter algum efeito em pessoas com casos mais leves da doença de Alzheimer – o suficiente para voltar a ser testado unicamente em pessoas nos estágios iniciais da doença. Se se confirmar o seu efeito, este medicamento poderá, potencialmente, ser usado para tratar pessoas quando os sintomas se começam a manifestar ou até como tratamento preventivo para pessoas com evidência de placas mas que ainda não apresentam sintomas. Qualquer coisa positiva que saísse destes testes “falhados” seria algo a poder ser explorado: “Se algum destes medicamentos começar a funcionar, mesmo que os efeitos sejam pequenos, seremos capazes de decifrar o Alzheimer”, diz Hardy.

“Costumava tentar arranjar a minha moto e se não conseguia fazer sequer com que ela pegue, estás lixado. Mas quando consegues dar-lhe alguns toques e ela apenas precisa de

ser afinada, isso é muito mais fácil.”

§

Embora ninguém duvide das descobertas genéticas na doença de Alzheimer, a hipótese amiloidal não curou as divisões entre o campo do amiloide e o da tau – quanto muito, fê-las maiores e mais crispadas.

Michael Goedert fazia parte da equipa que identificou a tau como um dos principais constituintes dos emaranhados, em 1988; ele tem estado concentrado na tau desde então. Quando se descobriu que o amiloide beta era o elemento comum entre as mutações genéticas, Goedert reconheceu a sua importância como um primeiro passo no caminho para a doença, mas não gostou de algumas interpretações que se seguiram acerca do papel da tau.

“Levou a que muitas pessoas dissessem que os emaranhados eram algo que não tinha consequências. Pior do que um subproduto: um subproduto inócuo”, diz ele. “Não acreditei nisso, mas a pressão era muita, não se podia ignorar. Houve um período de sete anos e havia – bom, não só nestas batalhas, mas parecia ser claro quem tinha ganho a batalha.”

A investigação sobre a tau tornou-se, profundamente, antiquada. Aqueles que persistiram nos anos 90 referem que foi extremamente difícil obter financiamento ou publicar os seus resultados nas revistas científicas mais prestigiadas.

A apologia chegaria em 1998, quando um grupo de cientistas – incluindo Hardy, que diz agora ter publicado muito mais sobre a tau do que o amiloide – descobriu que uma forma rara de demência era causada por mutações no gene da tau. Isto significava que a dobra incorreta da tau podia provocar danos às células nervosas e, desta forma, era improvável que ela fosse apenas um espetador inocente à doença de Alzheimer.

A propagação de emaranhados no cérebro tem uma relação muito mais estreita com o progresso da doença de Alzheimer do que as placas. Quando se descobriu que a tau podia causar danos, a hipótese amiloidal foi atualizada para acomodar a ideia de que podia ser a tau, não o amiloide beta, a matar as células nervosas que causam demência. “Podemos dizer que a disfunção da PPA [amiloides] é o catalisador de todo o processo, mas a disfunção da tau é o seu carrasco”, diz Goedert.

No entanto, há alguns cientistas que vão ainda mais longe, dizendo que a tau é a verdadeira força motriz por trás da doença de Alzheimer. Segundo eles, a razão pela qual o gene da tau não foi relacionado à doença prende-se com o facto de os emaranhados serem um fenómeno natural no envelhecimento do cérebro. Para a maioria das pessoas, isto só se torna um problema na velhice quando os emaranhados bloqueiam muitas das ligações, de forma semelhante a como os músculos ficam mais fracos com a idade. Na doença de Alzheimer, existe outro fator – talvez a falta ou o excesso de amiloide beta – que faz com que os problemas ocorram mais cedo e progridam mais depressa.

De qualquer forma, as pessoas com Alzheimer podem muito bem beneficiar de tratamentos que bloqueiam a tau. Há medicamentos desse género a serem desenvolvidos, mas o campo

da tau ainda está atrasado em relação ao do amiloide.

Apenas um medicamento da tau chegou à fase final de ensaios e ganhou controvérsia, especialmente por causa do homem responsável pelo seu desenvolvimento.

§

Em 1907, o mesmo ano em que Alzheimer publicou o seu primeiro relatório sobre o caso de Auguste Deter, um romancista francês chamado Gaston Leroux lançou *O Mistério do Quarto Amarelo* (“Le Mystère de la Chambre Jaune”). Devendo muito às narrativas de detetives de Poe, contava a história de uma tentativa de crime num quarto do qual não havia, aparentemente, escapatória possível. A inovação de Leroux foi de criar detetives rivais, pondo um jovem e brilhante jornalista de investigação contra um detetive grisalho e experiente contratado pela polícia para ajudar nas investigações.

A reviravolta dá-se quando se descobre que um dos investigadores de Leroux é o culpado. Este esbatimento da linha que separa o detetive do bandido salientou o que Poe tinha, instintivamente, reconhecido quando fez o detetive Dupin e o criminoso Ministro D— tão semelhantes, partilhando uma inteligência brilhante, um engenho matemático e uma imaginação poética. Desde então, quase todos os detetives ficcionais partilham esta ambiguidade: para obter resultados é preciso, às vezes, atravessar a linha; não é possível jogar sempre estritamente segundo as regras.

§

Claude Wischik nasceu em França e cresceu na Austrália. Estudou matemática e filosofia, interessou-se por teatro e cinema e depois voltou à universidade para tirar medicina. Tendo decidido especializar-se em psiquiatria, foi para o Reino Unido – O Laboratório de Biologia Molecular do Conselho de Investigação Médica de Cambridge (LBM) – para obter o seu doutoramento.

Juntou-se a uma pequena equipa que tentava identificar a proteína presente nos emaranhados da doença de Alzheimer. A sua primeira tarefa foi purificar amostras para que contivessem apenas os filamentos dos emaranhados. Wischik teve dificuldade com a tarefa, por isso um colega sugeriu-lhe que usasse nas amostras um composto chamado *alcian blue*. Longe de as purificar, Wischik ficou horrorizado quando o composto fez com que os emaranhados desaparecessem.

Eventualmente, foram capazes de purificar os emaranhados. Por esta altura já tinha chegado à equipa o Michel Goedert e conseguiram, entre todos, provar que os emaranhados do Alzheimer eram constituídos pela tau. Mas no espaço de alguns anos, Wischik tinha saído da equipa. Ele tinha discordado dos outros sobre o que fazia a tau acumular no cérebro ao longo da progressão da doença de Alzheimer. Debatendo-se já com o domínio do amiloide beta, o campo da tau não podia suportar mais divisões.

“Eu era mesmo a ovelha negra no LBM”, refere Wischik, “e foi por isso que tive de sair de lá”. Formou-se em psiquiatria e arranjou trabalho como diretor do Laboratório do Banco Cerebral de Cambridge, através do qual pôde continuar a sua investigação sobre a doença de

Alzheimer e a tau.

Não se tinha esquecido do composto que dissolvera os emaranhados. Até encontrou outros que faziam o mesmo ou melhor ainda. O melhor de todos era um corante chamado *methylene blue* e Wischik estava convencido de que se tratava da base para um medicamento capaz de desfazer os emaranhados da tau: “Decidi que, no meio desta guerra entre o amiloide e a tau, a única forma de ganhar é ganhando. A única forma de ganhar é desenvolver um tratamento que resulte”.

Anos mais tarde, Goedert viu Wischik na televisão. A BBC estava a fazer uma transmissão a partir de Chicago da Conferência Internacional de 2008 sobre a doença de Alzheimer, onde Wischik tinha acabado de fazer um comunicado importante. Goedert lembra-se da entrevista: “Ele disse que a sua descoberta era a mais importante desde a descrição que Alzheimer havia feito da doença”.

§

Foi sorte fortuita. O pai de um dos colegas de turma do filho de Wischik era, por acaso, um cirurgião e um investidor de capital. Ele ofereceu a Wischik a oportunidade financeira de que precisava. Juntos criaram uma empresa, a TauRx Therapeutics, angariando dinheiro para transformar a *methylene blue* num medicamento destruidor de emaranhados de pleno direito.

Em 2008, anunciaram os resultados de um ensaio clínico com 321 casos, no qual o seu medicamento tinha conseguido, em dois anos, abrandar a regressão mental em pessoas com doença de Alzheimer em 90 %, comparado com aquelas que tomaram o placebo. Em 2012, TauRx tinha conseguido angariar 200 milhões de dólares (cerca de 180 milhões de euros) para levar a cabo o último estágio dos testes aos medicamentos – um ensaio clínico envolvendo várias centenas de pacientes espalhados por 22 países.

Wischik tinha claramente persuadido investidores privados a apoiar a sua ideia. Convenceu os reguladores da Agência Europeia de Medicamentos e a Administração de Alimentos e Medicamentos (FDA) dos EUA que os pacientes não corriam riscos ao experimentarem o medicamento. Mas ainda não tinha conseguido convencer a comunidade de investigação da doença de Alzheimer.

“Pensei que, uma vez anunciados os dados, isto seria simplesmente aceite”, diz Wischik, “mas fui verdadeiramente criticado”. O que preocupa os outros investigadores é que o novo ensaio vai ser feito antes de os dados completos do ensaio anterior terem sido revistos pelos colegas e publicados na literatura científica para que possam ser escrutinados por todos. Até esse momento, eles não tinham muito mais do que a sua palavra sobre a eficácia do medicamento: “Tudo o que posso dizer é que ele devia publicar o seu trabalho”, explica Goedert, “Depois podíamos ter a certeza”.

Wischik está mais preocupado com os resultados futuros do que em escrever os dados do passado. Está previsto ser apresentado o relatório do próximo ensaio do medicamento, que agora se chama LMTX, em meados de 2015, e aí ficaremos a saber se funciona melhor

que os medicamentos amiloidais que, até agora, não conseguiram ultrapassar este último obstáculo.

“Vamos publicar os malditos resultados”, diz Wischik, “Tenho dez artigos que preciso de escrever, mais os planos de negócios e as relações de investimento e as patentes e tenho de andar por aí a implorar por dinheiro, gerindo a equipa – e a minha mulher grita comigo por eu não escrever os artigos. Vou escrevê-los, mas preciso só de um pouco de espaço para o fazer e esse espaço parece não surgir”.

§

Com apenas três contos, Edgar Allan Poe criou a ficção de detetive, um género agora tão omnipresente que parece estranho pensar que alguém o teve de inventar. Monsieur Dupin, o arquétipo do detetive, foi copiado, transformado e reinventado inúmeras vezes deste então.

Um dos admiradores de Poe foi o escritor argentino Jorge Luis Borges que, em 1941, – precisamente cem anos após *Os Assassínatos da Rua Morgue* – começou a publicar o seu próprio trio de histórias de detetives: *O Jardim dos Caminhos que se Bifurcam* (“El Jardín de senderos que se Bifurcan”), *A Morte e a Bússola* (“La Muerte y la Brújula”) e *Ibn-Hakam al-Bokhari, Morto no Seu Labirinto* (“Abenjacán el Bojarí, Muerto en su Laberinto”). Esta não foi uma simples homenagem: Borges dobrou o género sobre si mesmo, aprisionando os detetives em labirintos figurativos e literais, à medida que cada caso se torna cada vez mais complicado. O êxito e o fracasso são redefinidos, com os protagonistas a serem consumidos por casos que ficam, muitas, por resolver, mesmo quando a solução é revelada.

As construções de Borges são mais elaboradas que as de Poe. São alertas auto-conscientes contra a assunção de que cada puzzle tem uma pista que pode ser seguida até à compreensão. E como diz uma das personagens de Borges: “Não é preciso construir um labirinto quando o mundo inteiro o é”.

§

Aqueles que perderam um familiar ou um amigo com Alzheimer dizem muitas vezes que é como se essa pessoa morresse duas vezes – primeiro a mente e depois o corpo, sem saberem quem são, o que são e/ou onde estão. Face a uma doença que aprisiona as pessoas no seu próprio cérebro degenerativo, a nossa tendência poderá ser reconstruir essa doença e toda a sua complexidade na esperança de compreendê-la. Mas o que os cientistas nos dizem para fazer, realmente, é construir uma linha que nos guie para fora do labirinto.

“Sim, o mundo é complicado – sabemos isso”, diz o psiquiatra Simon Lovestone, “mas se queremos entender o mundo, a abordagem que tem sido mais útil na história da humanidade é reduzi-lo a elementos tratáveis”. Por outras palavras, fazer construções mais simples a partir das evidências. A teoria baseada na acetilcolina e na memória foi uma tentativa, tal como é a hipótese da cascata amiloidal e tal como é a ideia de que tem tudo a ver com a tau.

Se o medicamento de Wischik for bem sucedido, ele proclamar-se-á vencedor na guerra do “amiloide *versus* tau”. Finalmente haveria algo com que se pudéssemos trabalhar, afinar e criar formas mais eficazes de tratar a doença de Alzheimer. Mas não provaria a sua teoria exclusiva da tau para a doença: um medicamento para o Alzheimer que dissolve os emaranhados no cérebro seria na mesma eficaz ainda que a função destrutiva dos emaranhados fosse despoletada pelo amiloide beta. Se o seu medicamento LMTX funcionar, pode ser que nada disso tenha interesse; se falhar, continuaremos sem saber como é que os emaranhados se formam, a extensão do envolvimento do amiloide beta ou a veracidade da hipótese da cascata amiloidal.

E a própria hipótese amiloidal pode não ser tão simples como inicialmente prometia ser: “Se tivesse uma crítica para a área”, diz Lovestone, “é que não assumimos, de forma séria, o facto de que existe uma cascata que precisamos, realmente, de desobstruir”. Embora a hipótese amiloidal apresente uma série curta de passos que explicam como uma falha desencadeia a doença de Alzheimer, ainda não compreendemos as ligações potencialmente complicadas que unem cada passo.

Enquanto os tratamentos com base no amiloide ainda estão retidos em fase de teste, os cientistas investigam com maior profundidade as falhas na hipótese amiloidal, acrescentando às pistas que têm, mas ameaçando a sua simplicidade original. Alguns ainda estão a tentar provar que o amiloide beta pode ser diretamente tóxico para as células nervosas, outros estão a tentar perceber o papel do sistema imunitário, que causa inflamações nos cérebros das pessoas com Alzheimer. John Hardy diz que o elemento que falta no quebra-cabeças é descobrir a função normal do amiloide beta.

Todos sabem que o envelhecimento é o maior fator de risco da doença de Alzheimer e desvendar essa ligação também não será, provavelmente, um percurso simples. Entretanto, há relatos de que a demência pode estar relacionada com a diabetes, a higiene, o cobre, o álcool, a obesidade, doenças gengivais, entre outros fatores. Com esta nova multiplicação de teorias, existe o perigo de que a investigação esteja a criar o seu próprio labirinto, confundindo a compreensão e bloqueando até os cientistas que buscam uma solução.

Hardy escreveu que, se Auguste Deter fosse viva hoje, “o seu triste prognóstico seria muito semelhante ao de 1906”. A doença de Alzheimer pode muito bem ser uma construção, mas sem que haja nenhum autor que nos diga onde está a resposta, estamos essencialmente perdidos. Podemos estar nas profundezas do labirinto ou a dois passos de encontrar a saída. A única solução é seguir todas as linhas possíveis, esperando de cada vez tratar-se da pista que nos leve para fora dele.